

ITAMAR CARDOZO LOPES

OS DILETANTES E AS LIDES DO ESPÍRITO: um estudo sobre o entusiasmo intelectual nas cartas do Centro Cultural Euclides da Cunha, de Ponta Grossa (1948-1959)

**ASSIS
2011**

ITAMAR CARDOZO LOPES

OS DILETANTES E AS LIDES DO ESPÍRITO: um estudo sobre o entusiasmo intelectual nas cartas do Centro Cultural Euclides da Cunha, de Ponta Grossa (1948-1959)

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade).

Orientador: Hélio Rebello Cardoso Junior

**ASSIS
2011**

Ficha Catalográfica Elaborada pela Seção de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

L864d Lopes, Itamar Cardozo
Os diletantes e as lides do espírito : um estudo sobre o entusiasmo intelectual nas cartas do Centro Cultural Euclides da Cunha, de Ponta Grossa (1948-1959) / Itamar Cardozo Lopes. Assis, 2011.
120 f.
Dissertação (Mestrado em História, Área de concentração : História e Sociedade), Universidade Estadual Paulista
Orientador: Prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Junior

1. Intelectuais. 2. Correspondências. 3. Subjetividades.
4. Sensibilidades. 5. História Cultural. I. Cardoso Junior, Hélio Rebello.
II. T.

CDD: 909

ITAMAR CARDOZO LOPES

OS DILETANTES E AS LIDES DO ESPÍRITO: um estudo sobre o entusiasmo intelectual nas cartas do Centro Cultural Euclides da Cunha, de Ponta Grossa (1948-1959)

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade).

Data de aprovação: _____, _____ de _____ de 2011.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Junior (Presidente)
UNESP/Assis - SP

Prof^a. Dr^a. Maria Teresa Santos Cunha (Titular)
UDESC/Florianópolis – SC

Prof^a. Dr^a. Tania Regina de Luca (Titular)
UNESP/Assis - SP

Prof. Dr. Erivan Cassiano Karvat (Suplente)
UEPG/Ponta Grossa - PR

Prof. Dr. Milton Carlos Costa (Suplente)
UNESP/Assis - SP

*À Michele, que me tem feito entender que a vida
vai além das palavras e dos livros.*

*Aos meus pais, que talvez desconheçam as minhas
razões tanto quanto eu desconheço as suas.*

*E ao pequeno sobrinho Arthur, que vive há pouco
a imensa felicidade de ser criança.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao meu orientador, o Prof. Hélio Rebello Cardoso Junior. Dirijo a ele os meus reconhecimentos não só por ter acolhido o meu projeto de pesquisa, mas principalmente pela liberdade de trabalho que me concedeu ao longo desses anos, pelas leituras criteriosas e pela confiança inabalável em mim depositada.

Não posso deixar de agradecer também à minha família: meus pais, Celso e Giselda, minha irmã, Vanessa, e meu sobrinho, o pequeno Arthur – o da epígrafe. Agradeço a eles a paciência e a compreensão em relação ao isolamento compulsório, porém sempre necessário em trabalhos dessa natureza. Aos meus pais, em especial, agradeço tudo o que fizeram por mim. Sem o seu apoio incondicional, sem a sua fé e confiança, eu jamais teria chegado até aqui. Dedico a eles este trabalho.

Da mesma forma, faço extensivos os meus reconhecimentos a Dirço (Dirceu) Serzoski, pois foi ele quem conduziu as intermináveis reformas na casa em que passei a viver a partir de meados de 2008, exatamente quando ingressei na pós-graduação. Assim, é com grande carinho que lembro agora não só dele, mas também de sua esposa Alice e de seu filho Fabiano, incluídos agora em minha nova família.

Já às professoras Tania Regina de Luca e Maria Teresa Santos Cunha, agradeço o privilégio de terem aceitado o meu convite para participação na banca. Foi para mim uma grande honra tê-las como examinadoras. Além da diligência apresentada pelas duas professoras, fiquei também muito feliz com a disponibilidade demonstrada pelos professores Antonio Celso Ferreira, André Joanilho, Erivan Cassiano Karvat e Milton Carlos Costa, pois em diferentes momentos aceitaram prontamente a meus convites para serem ou membros das bancas de qualificação e defesa, ou suplentes das mesmas.

Sou igualmente grato aos meus colegas de pós-graduação, a quatro deles em especial: Fábio, Igor, Maurício e Pedro. Espero ter perdido velhos colegas e ganhado novos amigos. A eles, deixo então um grande abraço.

Com a mesma intensidade, devo ainda minha gratidão à Vivian e ao Rodolfo, pois me hospedaram gentilmente em Assis durante o primeiro semestre de 2008. Em tempos tão sombrios, abrir as portas de casa para um estranho é sem dúvida um ato bastante arriscado, o que me leva a agradecer a ambos pela amável acolhida: tratou-se de um gesto fraterno de confiança e de solicitude, gesto este cada vez mais raro nos dias atuais.

Ao CNPq, agradeço não só pela bolsa de mestrado concedida, mas também por me ter permitido desempenhar – com a devida anuência do Programa de Pós-graduação em História da UNESP/Assis –, a função de professor colaborador durante dois anos junto ao Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Aos professores desse Departamento deixo também o meu reconhecimento, especialmente ao Prof. Cláudio DeNipoti, que, além de participar do exame de qualificação, leu praticamente todo o texto, apontando sugestões e melhorias. À Josélia Gomes, agradeço o fornecimento em primeira mão de índices e também de boa parte dos documentos já em formato digital.

Minha maior dívida de gratidão, porém, dirijem-se à minha esposa Michele, muito embora me faltem palavras para lhe agradecer a companhia, o carinho e o cuidado que me permitiram suportar todas as pressões, ansiedades e dificuldades enfrentadas nesse percurso. É também a ela que dedico todo o meu esforço.

A história [...], não é possível pô-lo em dúvida, tem prazeres estéticos que lhe são próprios, que não se assemelham aos de nenhuma outra disciplina. É que o espetáculo das actividades humanas, seu objecto particular, é, acima de qualquer outro, de natureza a seduzir a imaginação dos homens. Sobretudo quando, graças ao distanciamento no tempo ou no espaço, o seu desenrolar se enfeita com as subtis seduções do que é estranho.

*Marc Bloch
(Introdução à história)*

LOPES, I. C. **Os diletantes e as lides do espírito**: um estudo sobre o entusiasmo intelectual nas cartas do Centro Cultural Euclides da Cunha, de Ponta Grossa (1948-1959). 2011. 120 f. Dissertação (Mestrado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.

RESUMO

O principal objetivo desta pesquisa é tentar compreender algumas das motivações que, na metade do século passado, ainda orientavam as atividades de muitos grupos de intelectuais no interior do país. Assim, através da análise de um rico acervo epistolar acumulado entre 1948 e 1959 pelo Centro Cultural Euclides da Cunha, de Ponta Grossa (PR), o presente estudo procura desvendar a empolgação característica que cercava as atividades do grupo intelectual ali reunido. Ao se examinar hoje os indícios e vestígios encontrados nessa documentação, é possível perceber, por exemplo, a existência de um apego muito grande às lides científico-literárias e ao trabalho intelectual diletante. Na mais remota das hipóteses e sem a menor dúvida, tais motivos devem ter ocupado tempo e espaço consideráveis nas vidas destas pessoas, devem ter mobilizado suas existências e, desse modo, forjado em grande parte suas identidades. Em última análise, estas questões devem ter tido um significado que agora irremediavelmente nos escapa. Tendo isso em vista, a proposta deste trabalho é tentar reconstruir este significado nos pormenores de suas dimensões social, conceitual e subjetiva, lançando mão para tanto de alguns conceitos e apontamentos enfeixados pela história cultural.

Palavras-chave: Intelectuais. Correspondências. Subjetividades. Sensibilidades. História Cultural.

LOPES, I. C. **The dilettantes and the labors of spirit**: a study of the intellectual enthusiasm in the letters of the Centro Cultural Euclides da Cunha, Ponta Grossa (1948-1959). 120 f. 2011. Dissertation (Master's Degree in History). – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.

ABSTRACT

The aim of this research is to understand some reasons which have guided the activities of many intellectuals groups in Brazil's half of twentieth century. Then, through analysis of the epistolary rich collection amassed between 1948-1959 by the *Centro Cultural Euclides da Cunha*, of Ponta Grossa, Paraná, Brazil, this study tries to uncover the great excitement that surrounded the activities of the intellectual group gathered there. By examining these documents it is possible to realize the existence of a very large devotion to scientific, literary and intellectual works. Undoubtedly, those reasons must have occupied considerable time and space in the lives of these people, should have mobilized their existence and thus largely forged their identities. Keeping this in view, the purpose of this work is to try to reconstruct this meaning in its social, conceptual and subjective details, using for that some cultural history methodological guidelines.

Keywords: Intellectuals. Letters. Subjectivities. Sensibilities. Cultural History.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
<i>Capítulo 1</i>	
DELINEAMENTOS OU DO ENTUSIASMO INTELECTUAL COMO PROBLEMA HISTÓRICO	17
<i>Capítulo 2</i>	
ENFRENTAMENTOS OU DO ENTUSIASMO INTELECTUAL COMO OBJETO DESDOBRADO	46
2.1. <i>Abnegados paladinos</i>	48
2.2. <i>Irmãos pelo espírito</i>	56
2.3. <i>A batalha da cultura</i>	67
<i>Capítulo 3</i>	
AJUSTAMENTOS OU DO ENTUSIASMO INTELECTUAL COMO MOTE DE REFLEXÃO HISTORIOGRÁFICA	76
CONCLUSÃO	103
ANEXOS	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114

INTRODUÇÃO

Tudo isto vai longe e pretérito, mas a vida se renova no vigor da geração presente, como as rosas-de-todo-ano, para ornamentá-la indefinidamente pelo tempo e pelo espaço afóra.

Augusto Faria Rocha
(Antonina, 5 de setembro de 1949)

Ao contrário do que apregoa o autor da singela epígrafe acima, não vão muito longe os fatos e vidas implicados neste trabalho. Mais precisamente, são apenas sessenta e três anos que nos separam das folhas amarrotadas e amarelecidas que constituem aqui as nossas principais fontes. São correspondências. Muitas delas manuscritas, outras datilografadas, algumas em velhas folhas de caderno, quase ilegíveis. São cartas remetidas das mais diversas regiões do país e até mesmo do exterior. O assunto tratado? Na grande maioria dos casos, as cartas veiculavam áridas mensagens de agradecimento, suficientes para afugentar muitos historiadores. Mas persistimos. E assim, entre uma carta e outra, acabamos tropeçando em remetentes mais “prolixos”, isto é, que não se contentaram em dizer apenas “muito obrigado”.

As cartas de agradecimento a que nos referimos dirigiam-se ao *Centro Cultural Euclides da Cunha* (CCEC), uma agremiação de intelectuais fundada em 1948 na cidade de Ponta Grossa, no Paraná. Nessas cartas, o que os remetentes agradeciam era o fato de terem sido agraciados com o título de sócios da instituição. Mas como se tratava de uma correspondência institucional entre intelectuais, o ritual da formalidade era frequentemente quebrado: manifestados o reconhecimento e a gratidão, tirava-se proveito da ocasião para se falar de livros, para enviá-los ou mesmo solicitá-los, para pleitear publicações, remeter ensaios, etc. Mais importante do que isso, porém, as cartas acabavam muitas vezes se tornando lugares privilegiados não só para se compartilhar anseios e convicções, mas também para se reafirmar os laços identitários e os sentimentos de pertença.¹

¹ Ainda que se reportem mais à correspondência pessoal e íntima, as observações de Angela de Castro Gomes reforçam ainda mais as nossas constatações. Segundo ela: “A correspondência pessoal entre intelectuais é, sobretudo nesses casos, um espaço revelador de suas idéias, projetos, opiniões, interesses e sentimentos. Uma escrita de si que constitui e reconstitui suas identidades pessoais e profissionais no decurso da troca de cartas”. GOMES, Angela de Castro. *Em família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. In: **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 51-52.

O aspecto que mais nos chamou a atenção em relação a esse processo afirmativo foi o modo singular com que ele se dava nas cartas. Ao responderem o convite feito pela agremiação, por exemplo, os correspondentes se esmeravam em demonstrar sua afeição aos pendores intelectuais através de formulações líricas e exageradamente gongóricas, o que acabou inquietando-nos profundamente.² Ao mesmo tempo em que isto ocorria, nos deparávamos em outros estudos com perfis individuais igualmente marcados por uma devoção extremada aos labores intelectuais. Frente a tais ocorrências, sentíamos então como se tivessem sido multiplicadas as poucas décadas que nos separavam do material pesquisado.

Sendo assim, as questões que lançaríamos ao passado começavam finalmente a ganhar forma. Perguntávamo-nos então: seria a nossa incompreensão face aos maneirismos retratados nas cartas o indício de uma ruptura ou mutação na esfera dos comportamentos? Ou seria essa postura uma manifestação idiossincrática isolada e atípica? Seria essa devoção um caractere exclusivo da agremiação? Em quaisquer dos casos, ficava o desejo de desvendar os seus significados, de tentar interpretá-los.

A essa aspiração, assomavam-se ainda os *insights* de outros historiadores que ajudavam a precisar melhor o objeto que se delineava. Jean-François Sirinelli, por exemplo, lembrava-nos um dado de suma importância:

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar.³

De certa forma, os questionamentos que fazíamos à documentação consideravam a possibilidade de se estar lidando com um tipo muito peculiar de estrutura de sociabilidade – ou “estruturas de sentimento”, como diria Raymond Williams.⁴ Tal estrutura aproximaria as posturas de muitos grupos de intelectuais do período, principalmente daqueles que compunham as pequenas academias de cultura espalhadas pelo interior do país.

De maneira semelhante, ao decidir estudar um contexto lateral e negligenciado do desenvolvimento das ciências sociais no país, o antropólogo Luís Rodolfo Vilhena identificou

² Tais formulações remetem sem dúvida a um estilo de época, a um hábito que seria mais ou menos comum entre o estrato letrado do período. No âmbito do nosso trabalho, porém, as ocorrências nesse sentido foram tomadas como sintomas que denunciavam a existência de um mundo cultural e conceitual bastante distinto do nosso, mundo este que mereceria maior atenção por parte dos historiadores.

³ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1996, p. 248.

⁴ Marcelo Ridenti comenta e usa o conceito em: RIDENTI, Marcelo. Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. **Tempo Social**, São Paulo, vol.17, n. 1, pp. 81-110.

o que seria uma espécie estrutura de sociabilidade – ele fala em *ethos* – comum não só aos folcloristas por ele analisados, mas extensivo também à grande maioria dos chamados “intelectuais de província”, isto é, àqueles intelectuais interioranos diletantes e não-acadêmicos, geralmente às voltas com diversos afazeres e que estariam ligados aos assuntos de seu interesse por um elo puramente romântico.⁵

Diante de todas essas considerações, somos novamente levados a concordar com Sirinelli quando ele diz que

a sociabilidade também pode ser entendida de outra maneira, na qual também se interpenetram o afetivo e o ideológico. As “redes” secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos freqüentemente apresentam traços específicos. E, assim entendida, a palavra sociabilidade reveste-se portanto de uma dupla acepção, ao mesmo tempo “redes” que estruturam e “microclima” que caracteriza um microcosmo intelectual particular.⁶

Estruturas de sociabilidade e microclima são conceitos que parecem traduzir bem o objetivo do nosso trabalho. Afinal, o que pretendemos fazer aqui é refletir sobre uma postura de devoção intelectual que teria sido compartilhada por muitos grupos de intelectuais ainda na metade do século passado. Interessa-nos, sobretudo, tentar reconstituir sua fisionomia e apurar as principais ideias que a sustentavam.

Por conseguinte, a investigação dessas questões se dará através do exame das correspondências anteriormente mencionadas. Assim, a documentação que nos levou a construir esta proposta de pesquisa é também a que será analisada para desenvolvê-la. Como dissemos, tratam-se apenas de correspondências recebidas pelo CCEC, de modo que este tão-somente motivou sua produção. Isso significa que não se deve esperar encontrar aqui uma análise pormenorizada da instituição em si, pois além de já terem sido realizadas algumas pesquisas sobre a mesma, o nosso objeto neste trabalho é outro. Na verdade, as correspondências que o CCEC acumulou interessam-nos muito mais pelo que elas podem revelar sobre as ideias, os projetos e os anseios daqueles que o constituíam. Embora se trate de uma correspondência preponderantemente formal, isso não compromete de todo o seu potencial informativo em relação às questões aqui levantadas.⁷

⁵ Sobre isso, ver: VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: Funarte/FGV, 1997, especialmente os capítulos 4 e 5. Ver também: MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 390-392.

⁶ SIRINELLI, Os intelectuais... op. cit., p. 253.

⁷ “Há também textos que procuram registrar, evidentemente não de forma exclusiva, fatos referentes a uma temporalidade basicamente profissional, assumindo características de linguagem mais distantes de uma escrita

Da mesma forma, não haveria também nenhum problema no fato de realizarmos nosso estudo baseados unicamente em correspondências recebidas, pois o exercício epistolar é por excelência uma via de mão dupla.⁸ Sendo assim:

Trocar cartas, corresponder-se, escrever para alguém são formas de se expor, de compartilhar experiências, construir elos invisíveis e, muitas vezes, duradouros. A carta como uma prática de escrita, tanto fala de quem a escreve como revela sempre algo de quem a recebe, anunciando a intensidade do relacionamento entre os envolvidos [...].⁹

Contudo, o presente trabalho não se limita a este inquérito conduzido junto às correspondências. É preciso destacar que o estudo aqui realizado inclui também um pequeno exercício de reflexão teórica, exercício este que de modo algum se desvincula do trabalho empírico propriamente dito. Poderíamos dizer que o maior objetivo dessa reflexão seria desenvolver a concepção de história que atravessa todo o trabalho, desde a formulação da problemática até o subsequente enfrentamento de suas questões.

Quanto aos resultados que o nosso esforço de pesquisa logrou atingir, apresentamos divididos em três capítulos. No primeiro deles, procuramos não só realizar uma apresentação detalhada da problemática que começou a ser desenvolvida ainda nesta introdução, mas tratamos também de fundamentá-la e de justificá-la. Para efeito de maior clareza, faremos isso estabelecendo já um primeiro diálogo com as correspondências estudadas, porém o seu uso nesse momento terá uma função mais ilustrativa em relação ao problema formulado. Na tentativa de sintetizar ao máximo o seu conteúdo, o capítulo recebeu o título de *“Delineamentos ou do entusiasmo intelectual como problema histórico”*.

Procurando adotar um mesmo padrão de títulos para todos os capítulos, chamamos o segundo de *“Enfrentamentos ou do entusiasmo intelectual como objeto desdobrado”*. Logo, o objetivo do capítulo não poderia ser outro: explorar a documentação a partir do problema delineado na etapa anterior. Para que pudéssemos enfrentar a questão, subdividimos o texto do capítulo em três itens temáticos. No primeiro desses itens, chamado *“Abnegados paladinos”*, tratamos da postura de renúncia aos interesses mundanos e materiais que marcava

íntima, sem deixar de ser uma escrita pessoal”. GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 18.

⁸ A esse respeito, afirma Foucault: “O trabalho que a carta opera sobre o destinatário, mas que também é efectuado sobre o escritor pela própria carta que envia, implica pois uma ‘introspecção’; mas há que entender esta menos como uma decifração de si por si mesmo do que como uma abertura de si mesmo que se dá ao outro”. FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: **O que é um autor?** 7ª. ed. Lisboa: Nova Vega, 2009, p. 151-152.

⁹ CUNHA, Maria Teresa Santos. “Por hoje é só...”: cartas entre amigas. In: BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. **Destinos das Letras**: história, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002, p. 184.

indelevelmente as correspondências. No segundo, chamado “*Irmãos pelo espírito*”, são tratadas as principais temáticas às quais os correspondentes e integrantes do CCEC se voltavam. No terceiro e último item do capítulo, chamado “*A batalha da cultura*”, busca-se explorar a visão decadentista que emergia de grande parte das cartas pesquisadas. Ao final desse item, relaciono rapidamente essa visão com dois grandes movimentos históricos que estariam então em curso: a consolidação das universidades e o declínio da tradição humanista.

O capítulo que fecha o trabalho é aquele em que procuramos revelar os pressupostos teóricos e metodológicos que funcionaram diretamente na elaboração da problemática e também na própria condução da pesquisa. Por essa razão, denominamos o capítulo de “*Ajustamentos ou do entusiasmo intelectual como mote de reflexão historiográfica*”. Seu objetivo, portanto, é fornecer uma justificativa teórico-metodológica para as questões que foram perseguidas ao longo de todo o nosso percurso.

Capítulo 1

DELINEAMENTOS OU DO ENTUSIASMO INTELECTUAL COMO PROBLEMA HISTÓRICO

Para o historiador dos intelectuais, muito particularmente, coloca-se o problema da simpatia. Esta, no sentido primeiro do termo, é necessária; constitui mesmo a essência do trabalho do historiador.

*Jean-François Sirinelli*¹⁰

Para conhecer o seu objeto, o historiador deve possuir em sua cultura pessoal, na própria estrutura do seu espírito, as afinidades psicológicas que lhe permitirão imaginar, sentir, compreender os sentimentos, as idéias, o comportamento dos homens do passado com que virá a deparar nos documentos.

*Henri-Irénée Marrou
(Sobre o conhecimento histórico)*

À primeira vista, o problema ao qual se prende esta investigação talvez possa despertar alguma estranheza no espírito do leitor. Afinal de contas, é preciso reconhecer que dedicar um estudo histórico sério a uma noção tão vaga e inusitada quanto a de “entusiasmo intelectual” de fato levanta suspeitas, como o faz, aliás, toda e qualquer mudança, como todo desvio de trajeto que, por ínfimo que seja, em maior ou menor grau sempre implicará em aventuras e desventuras.

Os historiadores, porém, dificilmente se lançam sozinhos pelos vales ermos e pelos pântanos desconhecidos. Não obstante existam alguns poucos dentre eles que, vez por outra, abandonam as trilhas, se desgarram corajosamente do bando e caçam a sós, como o fazem as aves de rapina ou alguns grandes felinos – para depois ajuntarem ao seu redor outros caçadores e desbravadores animados pelo seu sucesso –, a grande maioria evolui pelas

¹⁰ SIRINELLI, Os intelectuais... op. cit., p. 239.

carreiras em grupos que se apoiam e se ajudam mutuamente. Avançam, portanto, como o fazem os alpinistas para enfrentar as agruras da escalada: amarrando-se uns aos outros.

De maneira semelhante, não estivemos sozinhos em nenhum momento do nosso percurso. Desde a formulação do que viria a ser o problema central da pesquisa até seu posterior encaminhamento, procuramos sempre acompanhar, com segurança e alguma autonomia, os passos firmes de alguns companheiros de senda. Nesse sentido, a ênfase que achamos por bem destacar em nosso estudo é consoante, em primeiro lugar, às investidas levadas a cabo não só pelos historiadores, mas também por muitos outros pesquisadores ao longo das últimas três décadas. Em termos mais precisos, porém, pode-se mesmo dizer que as questões que procuraremos explorar ao longo deste trabalho situam-se na confluência de três campos distintos do conhecimento histórico: a história cultural, a história intelectual ou dos intelectuais, e o que mais recentemente vem sendo chamado de história da palavra impressa.

A conjunção aqui operada entre estes três ramos da historiografia, no entanto, só poderá ser adequadamente compreendida se for pensada em função da natureza mesma do problema aventado. Em outras palavras, é somente a partir da apresentação das principais indagações que o constituem que poderemos apreender e distinguir com clareza os liames que mantêm com os diferentes campos do conhecimento histórico mencionados acima.

Estando então em conformidade com tais condições, começaremos por destacar que o problema fundamental levantado nesta pesquisa esteve inicialmente ligado a uma constatação importante, porém bastante fugidia: a empolgação característica que até a metade do século passado ainda cercava as atividades de muitos grupos de intelectuais, principalmente no interior do país.¹¹ Por conseguinte, o que precisamente despertou-nos a atenção e a curiosidade nesse sentido foi a atmosfera entusiástica singular que, naquele contexto, continuava sendo parte integrante do comportamento e principalmente das práticas de grande parte daqueles indivíduos dedicados aos labores científicos e literários.

No plano concreto, tal entusiasmo manifestava-se, muitas das vezes, através da reunião de pequenos grupos de intelectuais em associações e pequenas academias – tanto formais quanto informais –, cujo amálgama era fornecido justamente por um clima de comprometimento e de investimento pessoais muito fortes. No domínio individual, por sua vez, os caracteres deste investimento eram igualmente observáveis, demonstrando inclusive um envolvimento subjetivo que seria ainda mais profundo. Como corolário desta postura,

¹¹ Segundo Michel Foucault, seria preciso justamente “marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos”. FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do poder**. 21ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005, p. 15.

desde o início de nosso percurso pela temática fomos frequentemente surpreendidos por testemunhos, personagens, perfis e declarações desconcertantes procedentes deste mundo particular. O traço comum entre todos estes elementos – ao menos no que toca ao período que vai do final do século XIX até meados da metade do século XX – era a existência de um tipo característico de apego aos livros e às lides intelectuais, que a rigor traduzia-se nos termos de uma verdadeira obsessão pelo conhecimento e pela edificação espiritual.

No que se refere às primeiras décadas do século passado, por exemplo, uma destas formulações pode ser encontrada na aventura intelectual experimentada por Deusdedit Moura Brasil, advogado que frequentou a Biblioteca Pública do Paraná de modo intermitente entre 1914 e 1918:

Leitor assíduo, Deusdedit deixou em seus escritos inúmeras impressões, não somente sobre os autores e obras que leu, mas também sobre o próprio processo de aprendizado calcado na leitura e sobre os meios para este aprendizado. Em sua dissertação para o concurso de professor na Faculdade de Direito, Deusdedit descreveu de forma bastante enfática o processo que caracterizou sua passagem pelas salas de aula daquela mesma faculdade. Esta foi, para ele, uma “phase acerrima em que me trepidaram espírito e corpo, como arbustos transplantados a regiões estranhas a lutarem com o meio tellurico (...)”.

Este processo foi traumático, já que não buscava meramente obter as notas para a aprovação nas cadeiras que cursou, mas tentava dar conta do aprendizado de forma mais completa. O trauma se manifestou ante o volume de leituras que ele teria que fazer durante e após seu curso, expresso como “pasma e deslumbramento causados pela obra humana, contemplada no espelho prefulgente da bibliografia inexgotável que senti vontade absurda de resumi-la em foco e aluminar-me de vez, como por processo mechanic se desaggrega, se desfaz, sem acção do tempo e da lucta, o corpo em cinzas ou em pó”.¹²

Como é possível observar, o que realmente chama a atenção nas declarações de Deusdedit – muito mais do que o nome e o vocabulário – é o arrebatamento físico e quase transcendental que ele manifesta não só pela prática da leitura, mas também pelo próprio processo de aprendizado que esta lhe proporcionava. Causa ou consequência disso, aquilo que de fato importava para o advogado era algo muito mais profundo do que a princípio poderíamos supor. Com efeito,

[...] sua busca ia para além do conhecimento superficial sobre os assuntos de seu interesse, para “regiões mais altas” e “recantos mais límpidos”, as razões últimas que lhe proporcionassem a satisfação de viver em paz, reservado e imune: a satisfação de “lançar olhar em torno de si e não ignorar demasiadamente (...). Buscava poder discernir entre “a semente e a casca”, habituar-se a “colher do emaranhado venenoso (...) a jóia ou o brinco que deleitará e confortará o espírito em seguida”.

¹² DENIPOTI, Cláudio. Deusdedit, Joakim, seus livros e autores. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 18, n. 35, 1998, p. 314.

Após esse processo, Deusdedit avaliou que estava capacitado para exercer o cargo de professor substituto porque amadureceu o suficiente, ou, em suas palavras: Estou na fase do incubo, do empollamento, ou melhor, na puberdade mental, satisfeito porque esclareci ao meu espírito irrequieto as primeiras duvidas, distendi-lhe a primeira mão de cal, dei-lhe a primeira luz, retirei-o dos cachos da escuridade, iniciei o grande enigma, e agora, poderá adejar ao talante sem ignorância pasmosa de quem contempla herbário, sem fazer antecipadamente classificação de cada arbusto.¹³

O que Deusdedit pretendia, portanto, era garantir “uma sensação de segurança e solidez naquilo que ele entendia como função do intelectual e do cientista – são raros os momentos em que ele parece lembrar-se que é advogado”.¹⁴ Em última instância, as motivações que o impeliam ligavam-se a um desejo quase incontrolável de realmente mergulhar fundo no debate científico e filosófico de seu tempo.

Esse debate, calcado em uma noção de ciência bem definida, tinha por pressuposto o dever de “fomentar o ensino superior, ministrando-o como queria Alberto Torres – aos capazes de recebê-lo e disseminando a grandeza anatômica do Brasil – supino ideal de Sylvio Romero”.

A noção de educação adotada por ele transparecia também em sua opinião sobre a alfabetização, ou a “diffusão dos vinte e cinco utilíssimos caracteres, com alguns tragos de moralidade e civismo”. Alfabetização essa, definida como “luz aos trevosos cérebros”, que não deveria ser abrupta (“não tão forte para não maltratar a vista”), nem em demasia (“moderada, lentamente”), mas apenas suficiente para que família e pátria fossem engrandecidas.¹⁵

Um outro exemplo que ilustra bem esta dedicação apaixonada pelos afazeres intelectuais pode ser encontrado no perfil e na própria vida de Dario Vellozo, homem que viveu em Curitiba até 1937. Ao longo dos 58 anos de sua existência, Dario Vellozo demonstrou uma profunda devoção aos livros e às atividades editoriais, além de ter fundado e colaborado na criação de inúmeros periódicos e associações literárias na capital paranaense. Entre as agremiações por ele fundadas, destacam-se, por exemplo, o *Instituto Neo Pitagórico*, de 1909, e a *Escola Brasil Cívico*, de 1913.

Contudo, e malgrado o reconhecimento que logrou conquistar em todo o Paraná,

[...] a inserção de Dario Vellozo [...] no universo da palavra escrita, deu-se cedo e de forma não tão requintada, pois ele iniciou-se como aprendiz de encadernador no Rio de Janeiro, logo após ter estudado no Liceu de São Cristóvão. Em 1885, ano seguinte a seu aprendizado, tornou-se compositor-tipógrafo na oficina de Moreira Maximino & Cia., também na capital do Império. Iniciando-se nas artes de confeccionar obras impressas, Vellozo antecipava sua total inserção nesse universo. Esses conhecimentos valeram-lhe uma profissão quando sua família, (pai e irmãos, já que a mãe morrera ainda no Rio) emigrou para Curitiba, pois seu primeiro

¹³ DENIPOTI, Deusdedit..., op. cit., p. 315.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ Ibid., p. 316.

trabalho, logo após a mudança em agosto de 1885, foi como tipógrafo do jornal *Dezenove de Dezembro*, o primeiro a ser impresso no Estado. Sua chegada ao novo lar e sua aceitação por parte dos habitantes locais foi, de certa forma, atenuada pelos livros. Vários daqueles que se tornariam seus discípulos ou admiradores admitiram que, a princípio, acharam-no petulante, mas foram vencidos ou pelo maior volume de leituras que trazia em sua formação, ou pela rica biblioteca da casa de seu pai.¹⁶

No que tange aos propósitos do nosso trabalho, é sem dúvida significativo que a rejeição inicial de que Dario foi vítima tenha sido superada graças à bagagem de leituras e à biblioteca de que dispunha. Para além da simpatia pessoal, porém, esta mesma biblioteca também possibilitou a ele a realização de um outro importante feito: a reunião de um pequeno grupo de jovens estudantes e de intelectuais interessados em ler e discutir obras literárias nacionais e estrangeiras. “Os serões literários diários contribuíram para que o pequeno grupo constituísse uma associação – batizada de *Cenáculo* – responsável por diversas publicações periódicas e de livros daqueles em seu círculo de influência”.¹⁷

Deste modo, a inserção de Dario Vellozo neste domínio particular realmente se deu de forma integral, uma vez que atuou a um só tempo como editor, como professor, como escritor profícuo e também como mentor. Em outras palavras,

Dario Vellozo estava envolvido no mundo do livro, não somente pela leitura, mas em todo o processo de produção, criação e divulgação da palavra impressa. A forma intensa como ele leu os simbolistas, os “pitagóricos” e os autores locais demonstram uma profunda dedicação a este universo. Como personagem exemplar do apego que seu tempo atribuía ao livro, Vellozo penetrou mais do que a maioria de seus contemporâneos nesse universo, carregando no processo algumas dezenas de seguidores mais empenhados. Seu envolvimento com a leitura e o mundo do livro foi a chave para seu reconhecimento naquela sociedade, que inicialmente fechou-se provincianamente a ele, mas que elevou-o ao patamar de um de seus maiores expoentes intelectuais.

Vellozo foi um exemplo extremo desse envolvimento com o mundo da leitura, mas de forma alguma esteve sozinho. Sua dedicação aos livros encontrou eco em um meio bastante fecundo, onde a palavra impressa marcava o comprometimento com idéias de nação, pátria, civilização, arte, ciência, etc.¹⁸

Assim como no caso de Deusdedit, as inclinações de Dario Vellozo não se restringiam ao simples cultivo gratuito da erudição, mas apresentavam também uma preocupação constante com os problemas cívicos e sociais do país, especialmente no que tocava às questões suscitadas pela educação e pela instrução pública. Em ambos os casos, no entanto, o ponto exato que parece importante ressaltar neste momento diz respeito à entrega

¹⁶ DENIPOTI, Cláudio. **A sedução da leitura**: livros, leitores e história cultural – Paraná, 1880-1930. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998, p. 31-32 (Grifo do autor).

¹⁷ *Ibid.*, p. 33.

¹⁸ *Ibid.*, p. 41-42.

substancial a tais questões, ou seja, ao fervor apaixonado que marca respectivamente o testemunho do primeiro e o perfil do segundo. Do ponto de vista histórico, foi justamente esta entrega entusiasmada aos afazeres intelectuais que nos causou profunda impressão, visto que era então compreendida e vivenciada simultaneamente como vocação, paixão e missão.

Este tipo de envolvimento com as atividades intelectuais e com o universo da palavra impressa, porém, não era uma exclusividade do ambiente curitibano do período. Embora a capital paranaense estivesse de fato atravessando um momento de transformações sócio-culturais e de desenvolvimento intelectual *sui generis* no início do século passado, como já observaram os historiadores, em outras cidades do interior do Estado também era possível de se encontrar indivíduos cujas vidas haviam sido pautadas ou profundamente inspiradas pelo apego aos livros e às lides intelectuais.¹⁹ Na cidade de Ponta Grossa, por exemplo, o nome de José Hoffmann não aparece apenas associado ao jornal Diário dos Campos ou aos vários cargos políticos que ocupou, mas sobretudo pelo fato de que “possuía uma grande biblioteca e lia muito”.²⁰ A recordação mantida por seu filho Celso vem reforçar ainda mais tal associação, pois

Celso relata que seu pai dedicou grande parte de sua vida à leitura de obras das mais variadas espécies, buscando, com isso, adquirir novos e maiores conhecimentos sobre todas as questões que achava relevante.

Uma das imagens que Celso mais guarda de José Hoffmann é justamente a de um leitor costumaz que passava o tempo todo rodeado por livros, em busca de um saber sem fim.²¹

Ainda que o perfil de Hoffmann estivesse profundamente atrelado à própria natureza do trabalho jornalístico, ele é representante de um hábito que era bastante comum entre o estrato letrado da sociedade do período. Esta dedicação, como se sabe, ainda encontrava suas maiores justificativas junto ao pensamento que conferia então aos livros, jornais, escolas e bibliotecas o *status* de índices e promotores da “civilização” e do “progresso”, o que contudo não a impediu de ser vivenciada de um modo subjetivamente mais intenso por muitos outros

¹⁹ Sobre as transformações sócio-culturais e sobre a efervescência intelectual da *belle époque* curitibana consultar, por exemplo, BERBERI, Elizabete. **Impressões**: a modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998; DENIPOTI, Cláudio. **Páginas de prazer**: a sexualidade através da leitura no início do século. Campinas: Editora da Unicamp, 1999; TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias**: mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Fundação Cultural, 1996. Sobre o efeito destas mesmas transformações no interior do Paraná, principalmente sobre a cidade de Castro, consultar, por exemplo, LEANDRO, José Augusto. **Palco e tela em Castro**: teatro, cinema e modernidade – 1896-1929. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

²⁰ CHAMMA, Guísela Velêda Frey. **Ponta Grossa**: o povo, a cidade, o poder. Ponta Grossa: PMPG, 1988, p. 101.

²¹ CHAVES, Niltonci Batista. **A cidade civilizada**: discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos na década de 1930. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001, p. 49.

indivíduos. O envolvimento com tais assuntos, neste caso, ultrapassava em muito o aspecto imediatamente prático das justificativas de caráter utilitarista, convertendo-se por vezes numa devoção quase que religiosa. Em se tratando da cidade de Ponta Grossa, o perfil que mais se enquadraria nesse sentido seria talvez o de Faris Antônio Salomão Michaelé, homem que dedicou praticamente toda sua existência às atividades de natureza intelectual.

Nascido em 3 de setembro de 1911, Faris Michaelé era natural de Mococa, pequena cidade localizada no nordeste do Estado de São Paulo. Filho de imigrantes da região de Akar, extremo norte do Líbano, Faris mudou-se com a família de Mococa para Ponta Grossa em 1913 ou 1914, e em 1936 formou-se bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Paraná, localizada então na capital Curitiba. Como advogado, porém, atuou apenas esporadicamente, “pois Faris, que já demonstrara não ter inclinação para o comércio, não se sentiu tampouco atraído pelo dia-a-dia da advocacia”.²²

Desde os tempos em que integrou a primeira turma de estudantes do Ginásio Regente Feijó, a partir de 1927, o jovem Faris já revelaria quais seriam na verdade seus grandes e reais interesses: foi nesta escola que teria fundado o *Grêmio Literário Visconde de Taunay*, além de ter colaborado, juntamente com outros alunos, na edição do jornal estudantil *O fanal*. A este interesse pela literatura e pelos implementos culturais logo se juntaria um outro, a saber, a disposição para o conhecimento e aprendizagem de línguas e idiomas. Segundo o que correntemente se afirmava a este respeito, Faris teria sido um verdadeiro poliglota. Além do árabe e do francês, conhecidos de modo rudimentar talvez no próprio ambiente familiar, Faris também teria tomado contato com o alemão em seus primeiros tempos na escola. Posteriormente, escreveu e publicou poesias em inglês, castelhano, tupi-guarani e nheengatu ou tupi moderno, sobre o qual publicou inclusive um guia didático. Se nos dispusermos a acreditar naquele que foi o autor de sua biografia, os conhecimentos de Faris não teriam parado por aí:

Conhecia o grego. Lia o hebraico, já que esta língua é aparentada com o árabe, uma de suas “línguas maternas” comentadas acima. Isto sem falar nas línguas africanas haussá e iorubá sobre as quais escreveu um livro erudito. Sabia, quer lendo, quer entendendo, línguas e dialetos dos quais nós, os pobres mortais, nem suspeitávamos existissem, como o copta antigo, a língua dos hieróglifos faraônicos, o malaio, etc.²³

²² WANKE, Eno Theodoro. **Faris Michaelé, o tapejara**: uma biografia. Rio de Janeiro: Edições Plaquette, 1999, p. 36.

²³ Id. Evocação de Faris Michaelé. In: MICHAELE, Faris Antonio Salomão. **Cepa esquecida**: brasileiros ilustres de sangue indígena. Ponta Grossa: Gráfica Planeta, 1983, s/p.

A despeito de qualquer exagero por parte daquele que foi também seu discípulo, a extensão dos conhecimentos e/ou das pretensões de Faris nos permite ter uma ideia aproximada do empenho e do esforço com que se atirava a tais questões.²⁴ Esta diligência é tanto mais impressionante se lembrarmos que grande parte desta bagagem não poderia ser conquistada na época senão pela via do autodidatismo, requisito ainda muito comum nas décadas de 1920 e 1930. Não obstante isso, sua dedicação às atividades intelectuais se mostrava ser ainda mais ampla:

Foi professor do Colégio Estadual Regente Feijó, dos cursos de Letras e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da de Direito de Ponta Grossa, dedicando-se às mais variadas áreas do saber: Sociologia, Antropologia, História, Etnografia, Direito, Línguas e outras.

Sua biblioteca particular era famosa na cidade, reunindo perto de oito mil exemplares e, curiosamente, entre eles, nenhum livro de Matemática, poucos de História Universal. Predominam as obras de Antropologia, Biologia, Geografia Humana, Filosofia, Física, Fitogeografia, Sociologia, Economia Política, Ensaio, Romances, Gramática (416 volumes) e Dicionários (115 volumes). Chamam também a atenção várias bíblias em diversos idiomas (31 volumes).²⁵

Deste modo, todo o saber acumulado por Faris só poderia mesmo ter sido adquirido “através de uma insaciável fome de livros”.²⁶ Assim, seu interesse pela literatura, pelas

²⁴ As inúmeras entidades culturais e literárias às quais Faris Michaele esteve vinculado são também exemplares desta dedicação. Seguem algumas delas: Academia Paranaense de Letras (Curitiba), Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (Curitiba), Academia de Letras José de Alencar (Curitiba), Centro de Letras do Paraná (Curitiba), Centro do Professorado Paulista (São Paulo), Instituto Hans Staden (São Paulo), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (São Paulo), Casa da Cultura (Limeira - São Paulo), Casa de Euclides (S. José do Rio Pardo), Instituto Histórico de Paranaguá, (Paranaguá), Instituto Histórico de Alagoas (Alagoas), Academia Belo-Horizontina de Letras (Belo Horizonte), Casa de Euclides (Natal), Associação Passo-Fundense de Letras (Passo Fundo), Academia Riograndense de Letras (Porto Alegre), Academia Piracicabana de Letras (Piracicaba), Academia Brasileira de Filologia (Rio de Janeiro), Academia de Letras de Uruguaiana (Rio Grande do Sul), União dos Trovadores do Brasil (Rio de Janeiro), Centro Cultural Humberto de Campos (Espírito Santo), Academie Ansaldo (Paris), American International Academy (Nova York), International Council of Museums (Londres), Academia de Cultura Guarani (Assunção), Instituto de História, Etnologia y Folclore (Tucumán - Argentina), Casa de Cultura (Lima), Faro dei Titánici (Nápoles), Accademia Letteraria Scientifica Internazionale (Nápoles), Accademia di Paestum (Salerno), Accademia dei Magnati ed Autori (Roma), Accademia dei Magnati Bibliófilo (Nápoles), Unión Cultural Americana (Buenos Aires), Instituto de Cultura Americana (La Plata), Accademia Letteraria Araldica Scientifica (Treviso), Instituto e Biblioteca Panamericana (Buenos Aires), Orden de los Insignidos de América (Buenos Aires), Asociación de los Escritores de la Provincia de Buenos Aires (La Plata), Legión Espiritual Americana (La Plata), Confraternité Universelle Balzacienne (Paris), Asociación Panamericana de Intercambio Cultural (La Paz), Grupo Americanista de Intelectuales y Artistas (Montevideu), Centro Cultural de Filgueiras (Filgueiras - Portugal), Asociación de los Derechos del Negro (Buenos Aires), Instituto Argentino de Críticos Literarios (Buenos Aires), Academia Universal de Humanidad (Buenos Aires), Institut Nord-Africain d'Etudes Metapsychiques (Argel-Argélia), Sociedad Naturalista Colombiana (Medelin), Centro Literario Filosófico “Arca del Sur” (Montevideu), Academia Andronosófica (San Marino - Mônaco). MICHAELE, op. cit., p. 298-299. A este respeito conferir também: DITZEL, Carmencita de Holleben Mello. **O arraial e o fogo da cultura**: os euclidianos pontagrossenses. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 1998, p. 175-178, e WANKE, **Faris Michaele**..., op. cit., p. 110-112.

²⁵ DITZEL, op. cit., p. 172-173.

²⁶ WANKE, Evocação de Faris Michaele..., op. cit., s/p.

línguas e pelas diversas áreas do conhecimento humano não poderia ser explicado apenas em termos profissionais e/ou utilitaristas, pois envolvia também um investimento pessoal e material que seriam efetivamente muito grandes. Como pudemos observar nos exemplos acima, Faris e muitos outros de seus contemporâneos tiveram suas vidas de tal forma absorvidas pelas lides intelectuais que para nós até se torna difícil assimilar ou materializar no presente. É, portanto, a este tipo específico de postura ou comportamento que viemos até aqui nos referindo ao falar em “entusiasmo intelectual”.

Evidentemente, este entusiasmo não se encerrava pura e simplesmente nesse clima de profunda imersão subjetiva visto acima. Como já foi devidamente mencionado, ele encontrava sua sustentação e sua razão de ser em algumas ideias que já haviam sido transformadas em verdadeiras profissões de fé da intelectualidade do período. Assim, a ênfase no papel redentor da imprensa e a confiança nas possibilidades da ciência denunciavam a persistência de um clima de otimismo que, apesar de tudo, ainda seria moeda corrente na metade do século XX. No caso do Brasil dos anos 1950, foi talvez Fernando de Azevedo quem melhor expressou

o pensamento, dominante nos meios intelectuais do país, de que a ciência, o progresso, a modernização, tudo isto viria junto com os novos tempos. A imigração européia, o desenvolvimento da indústria e do comércio, o crescimento das cidades, todas estas transformações que sacudiam o Brasil desde, pelo menos, os anos 20, não deixariam de trazer, como corolários, as ciências naturais e as próprias ciências humanas. “Como o desenvolvimento da indústria, as descobertas da física, da química e das ciências experimentais, em geral, acarretam um aperfeiçoamento contínuo das ciências morais e políticas, não será demais esperar que aumente também, no campo das ciências humanas, o fundo formado pela observação e pela experiência com a crescente aplicação de métodos modernos. É certo, pois, que entramos resolutamente numa fase de renovação da cultura que se amplia e se diversifica”.²⁷

Nesta medida, a busca pelo conhecimento que animava grande parte dos intelectuais neste momento combinava bem com exortações políticas em favor da educação e da instrução, bem como com manifestações simpáticas a muitos outros incrementos na esfera cultural. O caso de Faris Michaele é novamente exemplar nesse sentido, pois seu nome esteve vinculado ao surgimento de várias instituições importantes na cidade de Ponta Grossa. Como assinalou a historiadora Carmencita Ditzel, Faris teve

participação nas fundações das faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e Direito, do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico de Ponta Grossa, da União

²⁷ SCHWARTZMAN, Simon. **Formação da comunidade científica no Brasil**. FINEP/Companhia Editora Nacional, 1979, p. 8.

Brasileira de Trovadores de Ponta Grossa e [n]a criação do Centro Cultural Brasil-Estados Unidos (1944), destinado ao ensino de inglês e ao intercâmbio cultural, do Centro Cultural Euclides da Cunha (1948) e do Museu Campos Gerais (1950) que pertence à UEPG desde 1983 [...].²⁸

Como se pode ver, o entusiasmo que em geral cercava as lides intelectuais manifestava-se de diversas formas. Ele poderia simplesmente se materializar em declarações ou confissões exaltadas, como no caso do “advogado” Deusdedit Moura Brasil, ou então marcar de modo indelével a própria existência, como ocorreu com Dario Vellozo e Faris Michaelle. No entanto, independentemente de suas modalidades, este entusiasmo parecia estar sempre envolto numa espécie de *libido sciendi*, isto é, num comportamento que seria caracterizado acima de tudo por um “desejo extremo de saber”.²⁹ Ora, a forma mais arraigada e comum de dar vazão a este desejo era naturalmente acumular e se atirar aos livros, tal como o fizeram José Hoffmann, o próprio Faris Michaelle, e também muitos outros em suas pulsões autodidatas.

O que todavia necessita ficar claro é que este apego aos livros não deve ser entendido apenas como a propensão ou o hábito de ler e colecionar tais objetos – o que por si só já é significativo³⁰ –, mas também como uma inclinação muito mais ampla e que envolveria portanto todo o universo da palavra impressa. De certa forma, isto acabava reforçando não só o prestígio social que permeava neste momento o processo e a posse da instrução formal ou da alfabetização, mas também a importância que se atribuía ao manejo e domínio das letras, principalmente quando tais habilidades se referiam ao uso e à função precisa de que estariam então investidos livros e jornais. Mas isto não era tudo. Com efeito, a aquisição e a difusão do saber via palavra impressa pareciam ainda muito próximas dos termos em que eram pensadas em fins do século XIX, quando “bibliotecas, imprensa, livros e escolas aparecem como espaços de realização futura da utopia do progresso, ao mesmo tempo que são os instrumentos de construção do caminho civilizacional que se imaginava para a nação”.³¹

²⁸ DITZEL, O arraial e o fogo..., op. cit., p. 174.

²⁹ BADINTER, Elisabeth. **As paixões intelectuais**: desejo de glória 1735-1751. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 11.

³⁰ “A associação de livros com seus leitores é diferente de qualquer outra entre objetos e seus usuários. Ferramentas, móveis, roupas, tudo tem uma função simbólica, mas os livros infligem a seus leitores um simbolismo muito mais complexo do que o de um mero utensílio. A simples posse de livros implica uma posição social e uma certa riqueza intelectual”. MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 242.

³¹ DENIPOTI, Cláudio. Templos do progresso: instituições de leitura no Brasil oitocentista. In: DENIPOTI, Cláudio; PIERONI, Geraldo (orgs.). **Saberes brasileiros**: ensaios sobre identidades - séculos XVI a XX. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 151.

Deste modo, se no final do século XIX e início do XX havia de fato uma grande celebração em função das benesses trazidas pela imprensa³², em 1944 esta ainda era vista por um jornal ponta-grossense como “o marco assinalador de uma nova civilização”. No que se referia às bibliotecas a conclusão não era muito diferente, pois seriam elas de grande necessidade e utilidade e ainda “de um valor insofismável”.³³

Para Ary Martins, o articulista que registrou tais palavras, não seria nada exagerado afirmar que a difusão de livros e a implantação de bibliotecas seriam mesmo a solução para o desenvolvimento do Brasil. E isto não só do ponto de vista humano, intelectual ou estritamente espiritual, mas inclusive no que se referiria ao aspecto material ou econômico. No primeiro caso, os livros eram vistos, por exemplo, como “‘mestres mudos’, pastores de almas, pregadores de exemplos, cultivadores do entendimento, páis [sic] dos conselheiros, semeadores de virtudes para o bem estar”, etc. Em relação ao aspecto material ou econômico, o livro poderia funcionar, segundo Martins, como um instrumento potencializador da força de trabalho no meio rural: “Ele é um dos elementos que muito contribue para a educação do homem do campo. Onde o caboclo, vítima de enfermidades, desconhecedor de preceitos de higiene, de problemas agrícolas e domésticos, vai buscar um melhor padrão de vida, é no livro”.³⁴

Assim, e a despeito das incongruências sociais presentes em tais afirmações, a instalação de bibliotecas seria imprescindível tanto no meio urbano como no meio rural, já que integrava e encerrava um esforço genuinamente patriótico. Um esforço, aliás, que já havia sido iniciado e que era também incentivado por muitos educadores no país. Como observava o próprio autor das assertivas acima, muitos destes educadores haviam “feito campanha pela realização de tais instituições, vizando um ideal construtivo: a comprêensão dos deveres morais e cívicos, a-fim de reequilibrar éticamente a sociedade”.³⁵

O verdadeiro argumento presente no artigo de Ary Martins, entretanto, só pode ser inteira e adequadamente compreendido se levarmos em conta o diagnóstico que o autor faz do contexto em que vive. Para ele, haveria um grande reparo a ser feito no que dizia respeito aos

³² Ao começar a circular em dezembro de 1902, o periódico *O Arauto* apresentava-se justamente discorrendo sobre as maravilhas da tipografia: “É com efeito a esta engenhosa invenção que se deve principalmente a diffusão das luzes, dos progressos das ciências e das artes e de uma multidão de descobertas que sem ella, teriam sido perdidas para o gênero humano ou desterradas para o seio de um pequeno número de indivíduos; em uma palavra a ella se deve o alto grão de civilização a que chegaram a maior parte das nações modernas [...]”. MARTINS, Romário. Catálogo dos jornaes publicados no Paraná de 1854 a 1907. Curityba: Impressora Paranaense, 1908, p. 80 apud BERBERI, op. cit., p. 69.

³³ MARTINS, Ary R. A imprensa, o livro, a biblioteca. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 8 de janeiro de 1944, p. 5.

³⁴ Ibid.

³⁵ Ibid.

rumos e caminhos tomados pela humanidade. O progresso material, dizia, teria tomado a vanguarda do intelectual, o que daria margem a graves consequências: “Do progresso mecânico distanciado do da cultura”, afirmava, “advém a guerra que trás o rebaxamento [sic] moral que repercute por todo o mundo, fazendo com que as ocupações materiais sejam preferentes”. Diante deste estado de coisas, alertava para a necessidade de uma “restauração intelectual”, uma preparação das “novas gerações para as lides do porvir”. Tal restauração, por sua vez, não poderia ser feita senão através dos livros: “É difundindo bibliotecas que o Brasil poderá servir o espírito humano na obra de acudir o mundo do declínio da cultura”.³⁶

O objetivo do artigo, desse modo, era justamente evidenciar o desequilíbrio e o afastamento que teria se estabelecido entre os progressos técnicos, por um lado, e aqueles da esfera do espírito ou da cultura, por outro. Para dar conta deste problema, no entanto, não bastaria apenas teorizar e clamar comodamente em favor da instalação de bibliotecas e de instituições de leitura. Seria ainda necessária “a intervenção de homens capazes, de espíritos bem formados, para conduzirem seus semeliantes para um caminho mais acertado”.³⁷ Além disso, as bibliotecas não podem se erguer sozinhas. Elas demandam dedicação, esforço, trabalho, mobilização de recursos e cooperação, o que pressupõe uma associação e uma conjugação das iniciativas individuais. É sobretudo com base nesse espírito, por exemplo, que se fundam neste momento diversas agremiações literárias e/ou de cultura, e que também se multiplicam as manifestações favoráveis à sua constituição. As proposições apresentadas pelo articulista, portanto, estão longe de serem meros devaneios idiossincráticos. Com efeito, elas representam as aspirações concretas de boa parte da intelectualidade do período, que, como veremos, se identificava justamente com o papel de guia do que seria então uma verdadeira “cruzada cultural”.

De um modo geral, poder-se-ia dizer que as questões que despertaram o nosso interesse derivaram diretamente deste e de muitos outros apontamentos semelhantes. No entanto, dentre todas as modalidades em que este argumento se apresentava foi sobretudo uma que despertou com maior intensidade nossa curiosidade e atenção. Como já dissemos alhures, o que a princípio realmente nos surpreendeu foi o modo arrebatado e apaixonado com que muitas das vezes tais questões foram vivenciadas nesse momento. Em outras palavras, poderíamos dizer que aquilo que de fato intrigou-nos foi a forma profundamente elaborada e empolada com que estes assuntos eram tratados e expressos nos registros e testemunhos. A

³⁶ MARTINS, Ary R. A imprensa, o livro, a biblioteca. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 8 de janeiro de 1944, p. 5.

³⁷ Ibid.

nosso ver, ocorrências como estas não constituiriam apenas recursos retóricos ou manifestações estilísticas datadas e gratuitas, mas poderiam apontar para questões históricas e historiográficas bastante elementares.

Esta surpresa inicial, por sua vez, só veio a aumentar quando finalmente travamos contato com um rico acervo documental, acumulado entre 1948 e 1981 por um grupo de intelectuais congregados na cidade de Ponta Grossa, no Paraná. Tratava-se, com efeito, do volumoso conjunto de documentos produzidos e armazenados pelo já mencionado *Centro Cultural Euclides da Cunha*, órgão que havia sido fundado na cidade por Faris Michaelle em meados de maio de 1948.

Em linhas gerais, o CCEC poderia ser definido como um agrupamento intelectual formalmente instituído, que procurou fomentar o desenvolvimento da literatura, das ciências e das artes, estimulando, nesse processo, o intercâmbio de ideias entre as demais regiões do país e das Américas. No quadro de seus associados estiveram presentes eminentes personalidades da cidade de Ponta Grossa, oriundas dos mais diversos setores da sociedade organizada: militares, professores, advogados, comerciantes, artistas e escritores, médicos e políticos locais partilharam e participaram das atividades que cercavam os ideais da instituição. Mas sua presença e atuação não ficaram restritas apenas à esfera local ou ao território paranaense, pois além de congregar numerosos e destacados intelectuais da região e do Estado, os euclidianos de Ponta Grossa mantinham-se em contato frequente com diversas instituições espalhadas pelo Brasil, e seus laços chegavam mesmo a ultrapassar os limites do país. Na sua grande maioria, porém, os indivíduos ligados ao CCEC abraçavam um mesmo e amplo universo de questões, envolvendo principalmente os temas patrióticos e nacionalistas, além dos assuntos referentes aos indígenas, ao congaçamento dos povos da América e, evidentemente, sobre a vida e a obra de Euclides da Cunha.

Segundo o que afirma Carmencita Ditzel, historiadora que realizou um estudo pioneiro sobre o CCEC, o agrupamento ponta-grossense poderia ser visto como um herdeiro legítimo da tradição dos institutos históricos e das academias de letras que surgiram no Brasil durante o século XIX.³⁸ Esta tradição parecia ainda estar operando com bastante força durante toda a primeira metade do século passado, de modo que o próprio surgimento do CCEC não constitui um fato historicamente isolado. Na verdade, e como o têm demonstrado muitas pesquisas, a existência e a proliferação de academias e de centros culturais e literários

³⁸ DITZEL, Carmencita de Holleben Mello. **O arraial e o fogo da cultura**: os euclidianos pontagrossenses. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 1998, p. 4; Id. O arraial do Pitangui: o Centro Cultural Euclides da Cunha de Ponta Grossa. In: _____; SAHR, Cícilian Luiza Löwen (orgs.). **Espaço e Cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: UEPG, 2001, p. 212.

parecem mesmo configurar um tipo de tendência comum à época. É o que se pode depreender do grande número de estabelecimentos com os quais o CCEC manteve contato epistolar, órgãos como o *Instituto Neo Pitagórico* e a *Academia de Letras do Paraná*, ambos situados em Curitiba; o *Centro de Letras Malba Tahan*, localizado em União da Vitória; a *Casa de Euclides*, de São José do Rio Pardo; a *Casa de Cultura*, de Limeira; a *Associação de Intercâmbio Cultural*, de Guiratinga, no Mato Grosso, etc.

Tal como essas agremiações, o CCEC também adotou alguns preceitos organizacionais derivados diretamente dos institutos históricos e geográficos e das academias literárias que, naquele momento, ainda se constituíam em modelos de excelência na administração, produção e divulgação do trabalho intelectual, especialmente no caso de cidades interioranas como Ponta Grossa, no Paraná.

Funcionando assim de 1948 até meados de 1985, o CCEC talvez tenha sido o maior e mais prestigioso empreendimento intelectual até então realizado na cidade de Ponta Grossa. Segundo Eno Theodoro Wanke, ele teria dado início a uma nova fase na história da cultura local, pois a partir da sua fundação começariam “os *anos de ouro* de Ponta Grossa, que se torna uma espécie de Meca da Cultura, não só em âmbito municipal, mas também estadual, federal e até mundial!”.³⁹ Como discípulo de Faris Michaele, Eno Wanke havia frequentado assiduamente o CCEC, sobretudo entre os anos de 1954 e 1955. Deste modo, quando procurou o descrever num livro décadas mais tarde, assim o fez em termos marcadamente nostálgicos. Segundo ele:

O CCEC foi, realmente, um ponto crucial, de referência na história cultural da cidade, um lugar onde os escritores, poetas, jornalistas, radialistas, professores e estudiosos em geral, ou seja, os que tinham algo a ver com o estudo, a literatura e sua difusão em Ponta Grossa tinham um refúgio, um local para se reunir, discutir os assuntos, manter a amizade e a chama da camaradagem viva. Ou então, simplesmente, consultar um livro ou – o que era bastante freqüente – seu presidente, ele mesmo um livro sempre aberto, pronto a resolver dúvidas e a ensinar.

Para isso, não havia [...] simplesmente reuniões mensais “na primeira quarta-feira do mês” (digamos), onde a diretoria apenas discute assuntos burocráticos ou simplesmente se atém a bate-papos agradáveis sobre as últimas fofocas do futebol, da política, ou de assuntos mundanos alheios à cultura. Não. O Centro estava diariamente aberto, e sua grande e rica biblioteca estava sempre funcionando para quem quisesse estudar ou simplesmente se divertir lendo.

[...] A biblioteca, de cerca de 5000 volumes, dominava as paredes, e a gente ia diretamente aos livros. Havia mesas onde se podia sentar e ler. Podia-se tomar livros por empréstimo, levando-os para a casa. Uma verdadeira biblioteca pública, aberta inclusive para os estudantes e o público em geral, a primeira que Ponta Grossa teve.⁴⁰

³⁹ WANKE, Faris Michaele..., op. cit., p. 7. O grifo é do autor.

⁴⁰ Ibid., p. 99-100.

Ainda que eivada de um certo saudosismo, a descrição de Wanke nos permite entrever algo da importância e da projeção conquistadas pelo grupo junto à cidade, além de nos dar também uma vaga ideia de como seria o dia-a-dia e o funcionamento da instituição. O que mais uma vez fica evidente com relação a este aspecto é o grande apreço destas pessoas pelas lides intelectuais e literárias, demonstrando assim sua proximidade com as formulações que vinham sendo discutidas mais acima. Esta proximidade fica ainda mais manifesta quando nos acercamos do funcionamento propriamente dito da instituição, que não poderia ser outro:

Para a consecução de suas finalidades, o Centro explicita[va] em seu estatuto as suas atividades primordiais: realização de cursos, conferências, palestras e reuniões culturais; divulgação de obras científicas, literárias e artísticas nacionais e dos demais países americanos; publicação de um jornal trimestral; organização de uma biblioteca e sala de leitura; realização de maratonas intelectuais periódicas para estimular na juventude o gosto pelas ciências, letras e artes.⁴¹

Divulgação de obras científicas, literárias e artísticas nacionais e dos demais países americanos; organização de uma biblioteca e sala de leitura. Há, certamente, uma profunda ligação entre o papel ou função da palavra impressa na sociedade de um modo geral e a razão de ser de uma instituição como o CCEC. Estimular na juventude o gosto pelas ciências, letras e artes, afinal, é também incitar nela o hábito da leitura e o apego aos livros.⁴² Não podemos nos esquecer, além do mais, que naquele momento a palavra impressa desfrutava ainda de um enorme prestígio enquanto forma tradicional de transmissão de conhecimento. Deste modo, a lógica de atuação e a própria existência da instituição preconizavam uma proximidade – largamente difundida – entre noções precisas de cultura, de literatura, de livro e de intelectualidade.

Como frutos e também como promotores entusiastas de todas estas ideias, os indivíduos ligados ao CCEC cristalizaram suas impressões, opiniões, seus pensamentos e sentimentos nos documentos que produziram e que felizmente foram preservados. O fundo documental que a entidade produziu foi doado em 1995 ao Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, apresentando um acervo com cerca de 5.000 livros,

⁴¹ DITZEL, **O arraial do pitangui...**, op. cit., p. 213.

⁴² Segundo Elizabeth Prosser, “os intelectuais [...] viam uma profunda ligação entre a arte, a educação e a cultura. De fato, as concepções de educação, cultura e arte, na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX, eram complementares: a educação servia-se da cultura e da arte, a cultura somente seria possível por meio da educação e da arte, e a arte, parte integrante da cultura e da educação, era considerada a expressão máxima de qualquer sociedade e da história. As três eram vistas como integrantes, colaboradoras e símbolos umas das outras, imprescindíveis para a ascensão social e para a formação da elite. Eram, também, bastante valorizadas na formação para o trabalho, pois estavam presentes nos vários cursos e escolas profissionalizantes da época, tanto na Europa e nos Estados Unidos quanto nos países periféricos como o Brasil. PROSSER, Elizabeth Seraphim. **Cem anos de sociedade, arte e educação em Curitiba: 1853-1953**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004, p. 19-20.

345 títulos de revistas, além de um grande número de cartas enviadas por intelectuais do Brasil e do exterior como Gilberto Freyre, Érico Veríssimo, Roquete Pinto, Cândido Rondon, Luís da Câmara Cascudo, Roger Bastide, Valfrido Pilotto, Raul Gomes, entre outros. Também fazem parte deste acervo alguns recortes de jornais, somados a outros manuscritos e discursos, além de periódicos literários como os 24 números do jornal *Tapejara* (ver Anexo G), editado pelo próprio CCEC no período de 1950-1976.⁴³

Embora tenhamos feito uma rápida sondagem nas 12 primeiras edições do jornal *Tapejara*, as atenções deste trabalho estarão voltadas especialmente para as correspondências passivas reunidas pelo CCEC.⁴⁴ Tais correspondências se encontram atualmente organizadas em dois diferentes fundos: o acervo do CCEC, e o acervo particular de seu emérito presidente, o professor Faris Michaelle. Neste último caso, as correspondências recebidas somam um total de 780, compreendendo o período que vai de 1922 a 1989. Existem também alguns rascunhos de cartas enviadas por Faris, tanto manuscritas quanto datilografadas, mas que foram preservadas apenas eventualmente, já que o mesmo parecia não ter o hábito de manter cópias.

No que toca à série de cartas do CCEC, organizada em ordem cronológica e dividida em duas outras sub-séries, encontramos os seguintes números: 728 correspondências endereçadas ao Centro para o período de 1948 a 1981 (sub-série 1), e 1456 cartas remetidas ao professor Faris Michaelle, abrangendo os anos de 1934 a 1976 (sub-série 2).⁴⁵

Contudo, dado o grande volume de documentos presente no acervo epistolar da instituição, nesta pesquisa optaremos por trabalhar com apenas uma das sub-séries de cartas dirigidas ao CCEC (a sub-série 1), mais especificamente com as 611 cartas enviadas à agremiação entre 1948 e 1959. Esta delimitação explica-se não só pelo fato de serem poucos os documentos referentes às décadas de 60, 70 e 80, mas porque também já não apresentavam mais a mesma riqueza de conteúdo encontrada nas décadas anteriores. O progressivo declínio

⁴³ Os dados e as informações sobre a documentação do CCEC foram extraídos de: GOMES, Josélia Maria Loyola de Oliveira; SACHELLI, Myriam Janet. Laboratório de Pesquisa em História – Universidade Estadual de Ponta Grossa. In: LIMA, Enezila de; ARIAS NETO, José Miguel; ALMEIDA, Marta de (orgs.). *Violência e direitos: 500 anos de lutas; Anais do VII Encontro Regional de História*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001, p. 109-116.

⁴⁴ Como veremos no segundo capítulo deste trabalho, a sondagem realizada no jornal terá uma função complementar em relação ao inquérito conduzido nas correspondências. Levando-se em conta a natureza das questões aqui investigadas, o recurso ao *Tapejara* será de grande utilidade, pois como observa Tania de Luca, “[...] jornais e revistas são [...] empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. Por isso Sirinelli os caracteriza como um ‘ponto de encontro de itinerários individuais unidos em torno de um credo comum’”. LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 140.

⁴⁵ Os números relativos ao acervo epistolar do CCEC foram retirados de: GOMES, Josélia Maria Loyola de Oliveira. **Instrumento de Pesquisa para a História Local**. Monografia (Especialização em História do Paraná) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 1997, p. 86-87.

do número de correspondências recebidas por ano nesta sub-série pode ser visualizado na tabela inserida logo abaixo:

Tabela 01 - Correspondências recebidas pelo Centro Cultural Euclides da Cunha de Ponta Grossa.
Série: Correspondência Recebida (passiva); Sub-série: Correspondências – Centro Cultural Euclides da Cunha.

Ano	Quantidade
1948	18
1949	101
1950	60
1951	81
1952	99
1953	78
1954	46
1955	31
1956	20
1957	34
1958	27
1959	19
1960	04
1962	01
1964	01
1966	01
1967	05
Década de 70	21
Década de 80	10
Sem data	43

Fonte: GOMES, Josélia Maria Loyola de Oliveira, op. cit., p. 87.

Em se tratando de um acervo institucional, é até natural que o fluxo de cartas seja maior nos primeiros anos de sua existência, pois é justamente nesse momento que os convites e as nomeações tendem a ser mais numerosos. No entanto, no caso específico do CCEC a diminuição no volume de cartas parece ter também um outro significado. Segundo o que afirma Carmencita Ditzel, nos últimos anos de sua existência – especialmente após a morte de Faris Michael, em 1977 – o CCEC já não apresentava o mesmo brilho de antanho:

o entusiasmo foi arrefecendo, e as atas demonstram que a rotina dos trabalhos não era a mesma: muitas reuniões não se realizaram por falta de “quorum”, a correspondência se acumulava sem ser lida e/ou respondida, as mensalidades estavam atrasadas, e o Tapejara não foi mais publicado. Além da perda do carisma do fundador e das dificuldades internas, os tempos eram outros.⁴⁶

Apesar disso, as correspondências reunidas pelo CCEC entre 1948 e 1959 apresentam um grande potencial enquanto fontes de informação. Conforme observou Ditzel, as correspondências conservadas pelo CCEC seriam

reveladoras de opiniões e convicções omitidas em outras circunstâncias como palestras, discursos e em outros textos. Nas cartas, o professor Faris e seus interlocutores são mais transparentes e despreocupados com a rigidez da forma. São mais espontâneos comentando sobre amigos comuns, questões políticas, problemas e interesses particulares, testemunhando a existência de uma forte rede de solidariedade que ultrapassava a questão da cultura.⁴⁷

Ainda que não sejam completamente transparentes e espontâneas, as correspondências se constituem em preciosas fontes de informação, de modo que não podem mais ser ignoradas pelos historiadores. Como o tem demonstrado diversos pesquisadores, as correspondências criam laços e, portanto “guardam consigo os sinais de parte de um tempo, mostram formas próprias e singulares de um relacionamento social”.⁴⁸

No caso desta pesquisa, um rápido passar de olhos pelo acervo epistolar do CCEC é mais que suficiente para se encontrar declarações inspiradas e profundamente inflamadas sobre as atividades desenvolvidas pela instituição, cuja entonação é bastante similar àquela dos testemunhos incluídos e comentados anteriormente. Nas palavras de um dos integrantes do CCEC, por exemplo, o ingresso no rol de sócios da agremiação vinha de encontro a uma curiosa aspiração:

Isto veio fortalecer em mim o propósito de que de então pra cá me sinto animado, qual o de, em me estando nas posses, oferecer àqueles que me deram de sua magnífica e inequívoca hospitalidade provas irrecusáveis, um pouco – se não resvalo em veleidade em lhes dando testemunho – das forças que me formigam no braço e do entendimento que me bruxoleia no encéfalo.

O que ele afinal desejava era algo que talvez faça pouco sentido nos dias de hoje: “requero a concessão de ir, de quando em vez”, diz ele, “mergulhar a concha de meu espírito

⁴⁶DITZEL, **O arraial do pitangui**... op. cit., p. 223.

⁴⁷DITZEL, **O arraial e o fogo da cultura**, op. cit., p. 192.

⁴⁸BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. **Destinos das Letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002, p. 6.

sequioso na abundante messe que aí amealhou o trabalho incessante dos espíritos de escol de que se iluminou, cuja cintilação me adivinhou a experiência do primeiro trato”.⁴⁹

Um ano antes, o poeta, advogado e professor Augusto Faria Rocha já evocava um argumento semelhante ao comentar sua admissão junto ao agrupamento ponta-grossense (ver Anexo B):

Não enxérgo fato senão o traço marcante do tradicional cavalheirismo de que é apanágio a galharda mocidade intelectual da linda metrópole campesina, cuja atividade, trepidante e multifária, ainda póde possibilitar, aos cultores das belas letras, o mé! do espírito, à maneira das abelhas encantadas de Píndaro.⁵⁰

A exemplo destes dois confrades, Alfredo Ellis Júnior também encarava sua incorporação ao CCEC em termos marcadamente sublimes. Ainda “sob a forte emoção e incontrolável contentamento” causados pela sua nomeação, assegurava: “Vem a honraria com que fui homenageado servir de dulçuroso bálsamo para a minha arestosa vida”.⁵¹ Em 22 de outubro de 1953, Ruderico Dantas Barreto havia sido igualmente enfático ao aceitar e agradecer sua recente inclusão como sócio-correspondente no Rio de Janeiro, revelando a seus dois proponentes muito mais do que um simples sentimento de gratidão:

Exulto-me, pois, nesse acto, de estima e bondade, a quem sempre esteve na penumbra da profissão e na humildade da cultura espiritual das nossas letras, porque é fruto, somente, das personalidades de dois distintos amigos que enaltecem generosamente a um descendente do Marechal Dantas Barreto, único orgulho do meu ser, atendendo, apoiando assim todos os componentes dessa Diretoria nesse gesto de solidariedade aos seus colegas e numa prova muito gentil de consideração à pessoa que não é merecedora desta distinção, em pertencer a esse núcleo de homens de saber, cujo nome de “Euclides da Cunha”, traz-me na lembrança essa figura impar da nossa literatura, que tive a súbita honra de conhecê-lo, pessoalmente, no conviveo do larde meu velho pai, morador nessa época na Rua Humaitá, onde constantemente se ligavam nos afazeres da literatura pátria. O seu desaparecimento foi uma bomba atômica para à literatura Nacional, trazendo mal cecular [sic] nas gerações da nossa Pátria.

Assim, mais uma vez, o meu eterno reconhecimento a Diretoria do Centro Cultural, guardando o diploma de sócio correspondente como estímulo e dever de amar, cada vez mais, à cultura de nossa pátria através dos homens da ciência, arte, filosofia e dos combatentes intelectuais da moralidade pública, tão necessários na conjuntura política da atualidade do nosso querido Brasil.⁵²

Tais conjecturas, no entanto, não eram uma exclusividade dos correspondentes brasileiros. Manifestações de profundo apego às lides intelectuais também afluíam na mensagem enviada do Peru por Eduardo Valdívía Ponce, cujo destinatário era o professor

⁴⁹ Carta de Silvino A. Sanders ao CCEC. Ponta Grossa, 30 de outubro de 1950.

⁵⁰ Carta de Augusto Faria Rocha a Cyro Ehlke, Secretário do CCEC. Antonina, 5 de setembro de 1949.

⁵¹ Carta de Alfredo Ellis Júnior ao Secretário do CCEC. São Paulo, 16 de fevereiro de 1959.

⁵² Carta de Ruderico Dantas Barreto ao CCEC. Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1953.

Faris Michael, presidente e fundador do grupo euclidiano ponta-grossense. Como os demais colegas agraciados pela agremiação, Valdívía Ponce começava pelas palavras de penhor ao proponente de sua incorporação à sociedade, mas logo afirmava: “tan honorífica distinción [...] entraña para mí, un estímulo inquietante por estudiar más e conocer mejor al hombre.”⁵³

A carta de Atilio Verdecanna, por sua vez, parece conferir ainda mais profundidade aos argumentos de Valdívía Ponce. Escrevendo de Montevidéu, Atilio falava do sem-número de obrigações que atrasaram sua resposta e ainda acrescentava:

Intensa ha sido la emoción provocada en mi alma por el alto honor conferido al designármese Miembro de Honor de ese Centro Cultural y otorgarme a la vez el diploma respectivo.

Es con las manos aún trémulas por ese sentimiento, que extendiendo estas ligeras líneas, para agradecerles, vibrante y profundamente, toda la consideración y el honor que ese gesto y esa distinción significan para mi vida de soñador impenitente, que, como tal, buscó siempre en todas las manifestaciones de la belleza, la dignificación de nuestra miserable vida terrena y la elevación superada del espíritu.⁵⁴

São analogamente emblemáticas nesse sentido as assertivas de Joaquim Prestes, um procurador de Guarapuava que escrevia ao CCEC em dezembro de 1949. “Conquanto simples leguleio na intrincada e sublime Arte das Letras, porém [...] mantendo um pendor para êsse setor dos conhecimentos humanos”, o procurador aceitava com deleite uma designação e complementava convicto: “meu concurso, ainda que fraco, para o triunfo de nosso Centro, será entusiasta e decidido”.⁵⁵ Em 20 de abril de 1952, era a vez do professor Artur de Brito Machado realizar seu desejo de juntar-se à “seleta tertúlia”, isto é, de formar ao lado dos “denodados campeões dessa falange de intelectuais intrépidos, almas devotadas, de todo, ao serviço do Ideal e para glória da Pátria”.⁵⁶ Em situação e registro semelhantes aos do professor Brito Machado, o “dilettante” Adar de Oliveira e Silva comentava em 1951:

Essa renomada Instituição, que congrega a elite intelectual de nossa terra e conta no seu quadro social as mais notáveis inteligências da América, honrou-me com um gesto de deferência que, ao mesmo tempo, me orgulha e me confunde.

De tudo concluo que é bem verdade que “à sabedoria sempre se casa a bondade”. Daí a vossa generosidade [...] incluindo meu nome humílimo entre os vossos nobres consócios.

Não sendo um literato, mas apenas um “dilettante”, um dos apreciadores dos legítimos valores da nossa cultura, sou grato pela distinção que me concedeis.

Penso que num ponto estamos, todos nós, de acôrdo: acolhestes o mais frágil e o mais desvalioso Amigo à sombra confortadora de vosso Idealismo.⁵⁷

⁵³ Carta de J. Eduardo Valdívía Ponce ao Presidente do CCEC. Mollendo, 24 de maio de 1949.

⁵⁴ Carta de Atilio Verdecanna ao Secretário do CCEC. Montevidéu, 10 de junho de 1951.

⁵⁵ Carta de Joaquim Prestes a Faris Michael, Presidente do CCEC. Guarapuava, 28 de dezembro de 1949.

⁵⁶ Carta de Artur de Brito Machado ao Secretário do CCEC. Ouro Preto, 20 de abril de 1952.

⁵⁷ Carta de Adar de Oliveira e Silva à Diretoria do CCEC. Ponta Grossa, 5 de maio de 1951.

Em março de 1952, era um missivista do Uruguai que evocava o mesmo argumento, pois aceitava o seu ingresso na entidade “tan solo como un acicate para continuar adelante em nuestros comunes afanes y entusiasmos, al servicio Del Ideal”.⁵⁸

Eram sentimentos e pensamentos equivalentes os que também animavam João Pereira, um General que escrevia do Rio de Janeiro em junho de 1949. Em um tom de quase pregação, o General anunciava:

Desde o momento em que recebi a comunicação de haver ingressado nêsse sodalício, até agora, tem-me sempre dominado o ânimo, creia-me, o temor de não estar à altura de tamanha honra. Afianço-lhe, porém, que se, para tê-la, me escassearem e inteligência e, do mesmo passo, o saber que se não podem escusar nas agremiações da natureza dessa a que você dirige, o que, positivamente, não me minguará há-de ser entusiasmo no desempenho dos encargos que me forem dados. E essa segurança, esteja absolutamente convencido disso, eu lha dou sem o menor receio de que venham, ao diante, contradita-la os fatos, porque, se me não amparasse a certeza de poder fazê-la, antes me quisera achar perante os que me escolheram para comparte, nêsse prestadio Centro, de suas incruentas e encantadoras justas, com a escusa de me não ser lícito aceitar-lhes a generosa escolha, que lhes haver outorgado assentimento a ela, como, em verdade, o fiz.

Triste do homem que se não constringe de receber um pôsto de eleição, ou de nomeação, com a mira feita em lhe não dar o melhor de sua inteligência e de seus esforços. Os que ocupam lugares, pouco fazem êstes, movidos unicamente do desejo estulto de brilhar, de mostrar-se, de aparecer, ou, então, levados da ânsia de alcançar haveres e comodidades, êsses são daqueles que jamais hão-de concorrer para tornar a Pátria venturosa e grande. A esta, só a farão feliz e considerada, os que vão para os postos, que os fados lhe designaram, sem a néscia preocupação de se fazerem vistos, e, ainda, sem ambições de enriquecimento [sic], pois tudo isto é próprio, apenas, das almas órfãs de idealismo.⁵⁹

Numa carta inspirada e também remetida do Rio de Janeiro em 1952, o etnógrafo e folclorista Agnello Bittencourt parecia concordar com as admoestações feitas pelo General. Para ele, os agrupamentos intelectuais como o CCEC muito concorreriam “para solidificar a unidade nacional em qualquer dos seus aspectos”. Quanto àqueles espíritos devotados aí reunidos, ele dizia o seguinte:

Trocando pensamentos e entendendo-se, mesmo de pontos muito distantes, os homens de boa vontade podem irmanar-se, melhor do que agora, e criar um tipo de civilização que mais lhes convenha.

Cada agrupamento que se funda e trabalha com essa finalidade, é uma sentinela avançada do nosso progresso, um broquel de paz e de segurança na eternização brilhante do nome do Brasil. Não há soberania nacional que dispense o apoio de seus intelectuais. A nação que os relegar a plano inferior, não estimando o seu auxílio, não passará de um bando de Panúrgio, que os espertos tanto conduzirão para

⁵⁸ Carta de J. Román Pérez-Sénac a Cyro Ehlke, Secretário do CCEC. La Estanzuela, 15 de janeiro de 1952.

⁵⁹ Carta de João Pereira a Faris Michaele, Presidente do CCEC. Rio de Janeiro, 16 de junho de 1949.

o aprisco como para o matadouro. As cidades recomendam-os [sic] e glorificam-se com a manutenção carinhosa de suas escolas e centros culturais.

A instalação do CCEC, por conseguinte, trazia-lhe recordações e lhe reforçava convicções que não eram somente suas:

Lembro-me de Haarlem, na Holanda, em luta litânica, outrora, com seus invasores espanhóis. Distinguiu-se pela bravura de seus habitantes. Passada a refrega, o governo desejou recompensá-la, indagando-lhe o que preferia: se um Teatro, se uma Universidade. E éla, a invicta cidade, de pronto, respondeu: ma Universidade! Certamente, Ponta Grossa, na agitação de seu desenvolvimento, não cogitou de mais uma casa de diversão, porque suas vistas se voltaram para um ponto mais alto, sendo, então, criado o Centro Cultural “Euclides da Cunha”. E bem haja nêsse caminho, para se tornar a Athenas do Sertão. Louvo-lhe o propósito! Honro-me de pertencer ao seu grêmio mais próspero.⁶⁰

Mais uma vez, a defesa aberta que o autor da missiva faz ao papel ou função do intelectual se mostra bastante afinada com os exemplos que viemos discutindo até aqui. Em todas as cartas citadas, o que salta à vista é sem dúvida a maneira exaltada com a qual se tratavam os afazeres, os assuntos e as funções intelectuais. Para além das justificativas práticas, patrióticas, educacionais ou civilizatórias, uma outra forma de se mensurar a dedicação com que estas pessoas vivenciaram tais questões pode ser encontrada na própria equação de seu dia-a-dia. Afinal de contas, o “entusiasmo pela causa” deveria mesmo ter um papel de destaque para indivíduos que tinham de conciliar o cotidiano do trabalho, os compromissos familiares da vida privada, entre outras diversas atividades simultâneas.⁶¹ É o que deixa entrever, por exemplo, as duas confissões de Raimundo Maranhão Ayres a Faris Michaele, sendo a primeira delas em 1950:

As ocupações várias, os múltiplos encargos que me tomam largamente o tempo nos dias presentes não me permitem responder com a urgência habitual as suas correspondências que gentilmente me vem endereçando, bem como agradecer-lhe as constantes demonstrações de apreço e cordialidade da sua parte.

Além desses múltiplos trabalhos que muito exigem de mim, encontro-me quasi [sic] entregue à confecção de um suplemento de “NOVO MUNDO” que sairá com a

⁶⁰ Carta de Agnello Bittencourt a Cyro Ehlke, Secretário de CCEC. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1952.

⁶¹ Um outro aspecto deste diletantismo característico refere-se à própria questão financeira. No caso do CCEC, por exemplo, era muitas vezes o seu presidente quem arcava com os gastos, como apontou Eno Wanke: “E quem pagava as despesas de manutenção, as de limpeza, o aluguel, o salário da Secretária, a compra de livros, a edição do jornal *Tapejara*? É claro que Faris. É verdade que havia, então, uma verba do governo Federal [...] e também outra da Prefeitura – cujo prefeito era sempre euclidiano. Mas, evidentemente, não cobria todas as despesas. Faris, sem dúvida, tirava dinheiro de seu magro salário de professor para completar as despesas. Ele, discreto, jamais mencionou o assunto, mas acredito que esta seria a maior parte delas. E a contribuição dos sócios? Não me lembro de ter pago sequer uma mensalidade do CCEC, que jamais me foi cobrada – e que passei em brancas nuvens nos dois anos em que o freqüentei tão assiduamente. Só me lembro de ter doado um bom número de livros para a biblioteca, isso sim. E vi, é claro, Faris também fazer isso com muita freqüência”. WANKE, **Faris Michaele...**, op. cit., p. 101.

edição deste mês, sob o título “JORNAL DAS ARTES” – será mais um esforço de nossa parte que espero seja bem recebido por todos os confrades ilustres.⁶²

E a outra, nos idos de 1954:

Inegavelmente as ocupações e os encargos que se acumulam cada dia, neste movimento intenso de intercâmbio consomem o nosso tempo de forma tal que não nos possibilita trazer em dia a nossa correspondência. Vivemos sempre em atraso com os amigos, por mais que trabalhem, por mais que nos dediquemos com carinho [...] ao ideal e a causa que constitui o nosso maior enlevo, a nossa maior preocupação espiritual.

O que consigo acontece é o mesmo que se verifica comigo. Tenho casa comercial, Escritório de cobrança, Representações, Jornal, Associações, enfim esta série imensa de encargos e cuja correspondência sou eu exclusivamente que a redijo. Mesmo em nossa A. I.C. [Associação de Intercâmbio Cultural] apesar dos vários secretários que possui, nenhum deles se incumbem de qualquer ou encargo semelhante. Diante disto o peso sobre meus ombros é grande demais e o tempo exíguo para tudo atender prontamente.⁶³

Antecipando-o em alguns anos, o professor e filósofo Alcântara Nogueira já revelava enfrentar no Rio de Janeiro uma situação bastante semelhante:

Aqui, minha vida é cheia de afazeres: Assistente da Presidência da Fundação Getúlio Vargas (órgão técnico-educativo), Diretor-Secretário e Professor de H. Econômica na Faculdade de Economia do Rio de Janeiro (onde o Djacir Menezes é lente de Moeda e Crédito), para não falar das aulas de português e história dadas em um curso técnico e comercial básico, artigo 91, secretariado, etc. Resultado: só disponho dos sábados, domingos e feriados para dedicar-me à Filosofia. Deve ser esta, aliás, a vida de qualquer intelectual pobre: correndo para todos os lados e ganhando níqueis.⁶⁴

Escrevendo de Lisboa a Faris Michael e em 30 de agosto de 1953, Mário Gonçalves Vianna (ver Anexo E) era outro que demonstrava ter pleno conhecimento das abstenções requeridas por uma dedicação sistemática às atividades intelectuais: “Sei bem quantos sacrifícios e devoção custa tudo isso e é esse o motivo que me leva a felicitar-vos com a maior simpatia”.⁶⁵

Ao responder a um convite do CCEC um ano antes, Oscar Argollo também legava à posteridade sua reclamação:

Tenho recusado, por motivo de acúmulo de trabalho, aceitar incumbências dêsse caráter e não faz muito tempo pratiquei um ato, talvez virgem na esfera política brasileira – solicitei aos meus amigos, não votarem em meu nome para a

⁶² Carta de Raimundo M. Ayres a Faris Michael e, Presidente do CCEC. Guiratinga, 30 de junho de 1950.

⁶³ Carta de Raimundo M. Ayres a Faris Michael e, Presidente do CCEC. Guiratinga, 25 de janeiro de 1954.

⁶⁴ Carta de Alcântara Nogueira a Faris Michael e, Presidente do CCEC. Rio de Janeiro, 22 de abril de 1949.

⁶⁵ Carta de Mário Gonçalves Vianna a Faris Michael e, Presidente do CCEC. Lisboa, 30 de agosto de 1953.

representação federal do Estado do Pará; (sendo, apesar disso, eleito suplente), não por falsa modéstia, somente por falta de tempo para dedicar a essa atividade. Todavia, aqui, abro uma exceção, por dois motivos: a manifestação sincera da iniciativa; e por ter sido, em minha mocidade, auxiliar técnico da comissão de limites sob a chefia do Euclides.⁶⁶

Em dezembro de 1950, o professor e proprietário de uma casa de comércio em Pinhalão, no Paraná, vinha apenas reforçar o coro ao justificar o atraso de sua missiva: “Por motivo do balanço e outras escritas, fui obrigado a parar temporariamente com as respostas; hoje, porém, já pude satisfazer a um consulente, reiniciando assim o “Assunto Vernáculo”, o qual remeto junto a esta para ser publicado”.⁶⁷

Desse modo, nem o tempo atulhado, nem os afazeres corriqueiros da vida impediam alguma dedicação aos labores intelectuais. À sua maneira, o testemunho de Heloísa Alberto Tôrres também demonstra essa situação (ver Anexo D). Aos 23 dias de janeiro de 1952, ela afiançava:

Acredite que esse meu sentimento de admiração acompanhado da maior simpatia vem, de há muito, seguindo o “Centro” e que, no atropêlo da vida por demais sobrecarregada que levo, sempre encontro uns momentos de folga para ler o seu jornal tão cheio de inquietação e atividade intelectual.⁶⁸

A estes exemplos somam-se também outros, que podem ser facilmente coligidos tanto na correspondência recebida pelo CCEC – remetidas das mais diversas regiões do país e do exterior – quanto em outras pesquisas e trabalhos que, de algum modo, acabaram igualmente tocando a superfície da questão. Tal constatação, vale dizer, constitui uma prova contundente de que o objeto a ser investigado nesta pesquisa transcende em muito o aspecto regional. Com efeito, o entusiasmo e o afã científico e literário, que transparecem em declarações como as que foram vistas acima, estão longe de serem meras ocorrências localizadas. A nosso ver, este apego apaixonado às lides intelectuais se constitui num fenômeno histórico de grande envergadura e que retrocede muito mais no tempo; ele envolve concepções precisas de ciência, cultura, arte e civilização; ele envolve, sobretudo, a relação destes conceitos ou ideias com o lugar que a prática escriturária e, conseqüentemente a palavra impressa, ocuparam e ocupam na história da sociedade ocidental. Em última análise, esta espécie de *ethos* intelectual pode ser encontrado numa variedade de documentos como obras literárias, estatutos institucionais, revistas, imprensa, entre outros.

⁶⁶ Carta de Oscar Argollo ao Secretário do CCEC. Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1952.

⁶⁷ Carta de Elias Domingos a Faris Michael, Presidente do CCEC. Pinhalão, 23 de dezembro de 1950.

⁶⁸ Carta de Heloísa Alberto Tôrres a Cyro Ehlke, Secretário do CCEC. Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1952.

No entanto – e a despeito deste fértil material –, parece não haver mais surpresa alguma dirigida a este mundo no presente; parece mesmo haver antes um desdém, um descaso e uma cegueira que custam muito a desaparecer. Ora, qualquer historiador com sensibilidade o bastante para ser designado como tal logo perguntaria: o que houve com toda aquela empolgação que cercava as lides intelectuais? O que fundamentava e em que consistiria a animação singular daqueles devotados aos afazeres científicos e literários? Que projeto ou sutil jogo de ideias estaria aí escondido?

Infelizmente, e como ocorre com grande parte das coisas humanas expostas ao tempo, a presença e as respostas dessas questões perderam seu vigor e pujança. O legado defasado que hoje recebemos parece antes inclinado a uma atitude derrisória e irrefletida do que admirada e, conseqüentemente, aberta a indagações. Como afirmou acertadamente o crítico Walter Benjamin, “somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado”.⁶⁹

No que diz respeito a esta pesquisa, a tentativa de se apropriar do passado consistirá no exame detalhado deste entusiasmo que, como vimos acima, poderia até mesmo ser considerado um fenômeno histórico particular ligado à esfera dos comportamentos. Mais especificamente, a análise aqui empreendida buscará desvendar as ligações deste fenômeno ao que poderíamos denominar “mundo do livro”, ou, num sentido muito mais abrangente e preciso, “mundo da palavra impressa”. O que nos interessa diretamente é dissecar, sobretudo através das correspondências, a complexa trama de ideias e representações que gravitavam em torno desse mundo, procurando desvendar, no percurso, os códigos comportamentais próprios nele engendrados.

A esta altura, no entanto, até mesmo o menos cético dos leitores poderia com razão objetar: não seria possível pensar e associar declarações como as veiculadas pelas cartas acima a um tipo qualquer de fórmula ligada à escrita epistolar? E esta fórmula, por sua vez, não explicaria o resto, dado que os argumentos seriam então “lugar comum”? Ora, é exatamente aí que o problema levantado encontra a sua razão de ser. Como pudemos observar, alguns remetentes não limitavam suas cartas a um simples exercício de gratidão descolorida, parecendo muitas vezes se utilizar da ocasião para reforçar ainda mais os laços identitários que mantinham com o grupo. E assim, ao exteriorizarem seus anseios, seus pensamentos e suas crenças mais arraigadas, intencionalmente ou não acabavam vinculando-as a formulações que tinham ampla circulação no período em questão. Se prestarmos certa

⁶⁹ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura** (Obras escolhidas, v. 1). 7ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 223.

atenção, por exemplo, aos termos, ideias, palavras e evocações que marcam indelevelmente um significativo número de correspondências, haveremos de concordar que, embora possam certamente constituir uma fórmula, eles são índices unívocos da existência de um mundo cultural e conceitual bastante distinto do nosso. Para a maioria dos intelectuais estudados, como se verá, o que estava em jogo neste empenho entusiástico pelas lides literárias situava-se muito além do prazer individual. Ainda que em geral todos fossem movidos por uma certa “sede irresistível de saber”, como pudemos verificar, as razões maiores que justificavam suas convicções estavam situadas em outro lugar.

Diante deste quadro, as atenções da pesquisa terminaram por se voltar com força a um outro instigante conjunto de questões, privilegiando, em especial, a investigação dos sustentáculos ou motivações em que estariam assentadas as atuações dos intelectuais sob foco. Em outras palavras, a investigação, forçosamente ou não, recaía em saber que concepção de sociedade autorizaria ou daria margem ao comportamento característico apresentado e endossado pelos intelectuais naquele contexto. As correlações necessariamente existentes entre uma determinada postura e o meio no qual ela é mantida, tornaram, assim, indispensável que nos perguntássemos também sobre as ideias que não só viabilizaram, mas que tornaram inteligíveis e, em última instância, realizáveis as posturas que nos dispúnhamos estudar.

Nesses termos, a presente investida dedica-se a explorar uma temática que, até agora, só interessou muito indiretamente os pesquisadores. Ela procurará trazer à luz justamente os elementos e as principais motivações em que estariam alicerçadas a atuação e as práticas de um certo grupo de pessoas. Uma vez que o empenho destas pessoas estava especialmente comprometido em diagnosticar e pensar os problemas da nação, como destacaram Daniel Pécaut⁷⁰ e Nicolau Sevcenko⁷¹, o preenchimento desta pequena lacuna pode ser de grande importância não só para os estudiosos da questão em si, mas também para todos aqueles interessados na história recente do país. Assim, e sem perder de vista as singularidades do grupo ligado ao CCEC, as preocupações desta pesquisa dirigem-se a captar a atmosfera específica, isto é, o elemento identitário que aproximava e que parecia ser comum a tantas outras instituições semelhantes no mesmo período. Com isto, acreditamos poder contribuir com as análises⁷² já existentes sobre o agrupamento ponta-grossense, e ao mesmo tempo

⁷⁰ PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

⁷¹ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁷² Além dos estudos pioneiros de Carmencita Ditzel, referenciados neste texto, o material acumulado pelo CCEC se tornou alvo de um projeto que reúne vários estudantes e pesquisadores. Trata-se do *Centro de Estudos em História da Leitura, do Livro e da Biblioteca* (CEHBIB), criado dentro da linha de pesquisa Linguagem, Cultura e Poder do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Além deste trabalho, algumas

colaborar para o conhecimento do presente ao tentar redimensionar uma faceta que é hoje ignorada, esquecida ou simplesmente mal compreendida.

A estratégia que adotaremos, nesse sentido, será a de selecionar e trabalhar a documentação dentro do recorte temporal estabelecido – isto é, de 1948 a 1959 –, tendo-a como um ponto de convergência das questões a serem examinadas. A nosso ver, o CCEC pode ser visto como uma espécie de microcosmo no qual transitam e perpassam todos os elementos que nos interessam. A extensa rede de contatos que ele mantinha país afora constitui, senão a prova, um forte indício de sua correlação com um universo maior – e que é justamente o que pretendemos investigar.

Se o melhor caminho para iniciar esta investigação nos pareceu ser refletir sobre alguns perfis ligados ao universo da palavra impressa, isso não se deve apenas ao fato de que as atividades dos intelectuais em questão concentravam-se principalmente no exercício simultâneo da leitura e da escrita. Com efeito, uma reflexão voltada ao passado nesses moldes também se mostra bastante oportuna neste momento, quando a reunião e o acesso a todo o patrimônio escrito da humanidade, ainda que de modo virtual, parecem finalmente possíveis através das possibilidades abertas pelas novas tecnologias digitais.⁷³ Tal reflexão apresenta-se sem dúvida ainda mais oportuna se considerarmos o fato de que também lançará mão do uso de cartas, cujos gestos específicos não constituem mais os nossos. A troca e a circulação de informações através de dispositivos eletrônicos pessoais como microcomputadores e aparelhos de telefone celular, que caracterizam e marcam profundamente nossa sociedade contemporânea, constituem uma nova economia e, por sua vez, demandam igualmente uma outra gestão da informação. Não é preciso realizar um grande esforço para se determinar os problemas e os desafios historiográficos trazidos por tal conjuntura.⁷⁴

recentes investidas do CEHBIB podem ser encontradas em: BARUFI, Camila A. **Espaço feminino e práticas de leituras femininas no Centro Cultural Euclides da Cunha**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2006; GONZATTO, Caroline; DENIPOTI, Cláudio. Horizontes de expectativas: leitores e continuadores de Euclides da Cunha nas páginas do jornal Tapejara em Ponta Grossa, 1952. In: **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, vol. 12, n. 2, p. 65-92, Inverno, 2007; LOPES, Itamar C. DENIPOTI, Cláudio. **Entusiastas da cultura: o universo do livro e suas representações nas cartas do Centro Cultural Euclides da Cunha**. História (São Paulo), Franca, vol. 29, n. 1, 2010, pp. 368-393; PINTO, Luciana C. **O livro como dádiva: as dedicatórias manuscritas dos livros do Centro Cultural Euclides da Cunha de Ponta Grossa - 1950-1960**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2006.

⁷³ Uma boa abordagem das implicações destas tecnologias no que se refere aos livros e à leitura pode ser encontrada em: CHARTIER, Roger. Do códice ao monitor: as trajetórias do escrito. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 8, n. 21, p. 185-199, mai./ago. 1994.

⁷⁴ “Há todo um ritual nas novas modalidades de cartas que a moderna tecnologia inventou. O fax e o *e-mail* ‘reanimaram a comunicação escrita, mas não se pode dizer que estejam reabilitando as cartas. Quem matou as cartas, no início do século, foi o telefone. O *e-mail* não tem isso. Sua plataforma é outra, instantânea, quase sempre pobre’. Se as cartas favorecem a aproximação entre ausentes e distantes, as atuais, para muitos, correm o risco de estereotipar as comunicações e tendem a congelar relacionamentos pela sua impessoalidade, e isso pode

Todas estas indicações são particularmente válidas e tanto mais importantes se levarmos igualmente em conta a abrangência que caracteriza a temática em questão. Do ponto de vista histórico, as inúmeras interfaces que este trabalho mantém com problemas mais amplos fazem dele um lugar privilegiado para se discutir outros grandes temas como nacionalidade, identidade, cultura, etc. É preciso que se tenha claro, nesse sentido, que é artificial e descabida toda e qualquer tentativa de afastar a história dos comportamentos do campo onde se digladiam processos políticos e sociais de maior extensão. A existência e a atuação dos agrupamentos intelectuais do período abordado – dos quais o CCEC pode ser visto como um exemplo – eram pensadas sobretudo em função de uma interdependência estreita entre ideias de nação, de cultura, de ciência, de arte e de civilização. Assim, se todas estas ideias estavam como que condensadas na produção de textos e nas investidas “culturais” levadas a efeito nestas instituições, o envolvimento com o impresso ultrapassaria em muito uma crítica demasiado materialista que, como diz Pierre Bourdieu, acaba “por subestimar o poder específico do intelectual que é o poder simbólico, o poder de agir sobre as estruturas mentais e, através da estrutura mental, sobre as estruturas sociais”.⁷⁵

Diante disso, o objetivo desta pesquisa pode ser amplamente definido como sendo o estudo de um determinado clima intelectual através do material acumulado pelo CCEC. Importa-nos, em última instância, apurar sua consistência e observar como ele aparece ou se traduz nos documentos, nos pensamentos, nas atitudes e nos comportamentos. Os esforços deste trabalho, portanto, dirigem-se especialmente no sentido de se tentar desvendar os motivos que, por volta da metade do século passado, ainda orientavam as atividades não só dos euclidianos ponta-grossenses e de seus confrades, mas também de muitos outros grupos de intelectuais espalhados pelo país. Como procuramos demonstrar rapidamente acima, ao examinar hoje os indícios encontrados tanto nos documentos quanto na literatura produzida a respeito, é possível perceber, por exemplo – e não sem alguma surpresa –, a existência de um apego muito grande às lides literárias e aos labores intelectuais. Na mais remota das hipóteses e sem a menor dúvida, tais motivos certamente devem ter ocupado tempo e espaço consideráveis nas vidas destas pessoas; devem ter mobilizado suas existências, e forjado, em parte, suas identidades. Em última análise, estas questões devem ter tido um significado que

ser ‘uma forma de solidão, em que não houve aproximação. Houve, sim, uma aceleração da comunicação por meio de uma linguagem esfriada’”. BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. Laços de Papel. In: **Destinos das Letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002, p. 5-6.

⁷⁵ A declaração acima citada encontra-se em CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 243.

agora irremediavelmente nos escapa. Tendo isto em vista, o objetivo deste trabalho é tentar reconstruir este significado nos pormenores de suas dimensões social, conceitual e subjetiva.

Assim, se a esta altura o fio condutor das questões colocadas parece finalmente ter ficado claro, resta-nos agora procurar reescrever uma pequena parte da história dentro de uma tal perspectiva, tentando explorar mais a fundo o conteúdo das fontes nos seus termos e evocações, nos gestos que traduzem, tentando então avançar esta simples visão de superfície que foi até aqui apresentada.

Neste caso, os resquícios de sociabilidade preservados na documentação que nos propusemos trabalhar oferecem ao leitor a oportunidade única de compartilhar parte das motivações que animaram um determinado grupo de pessoas num determinado momento da sua história. Deste modo, quando essas mesmas pessoas transgridem nas cartas o campo das formalidades e passam a confidenciar os aspectos e dramas da vida pessoal, quando elas procuram dar vazão às suas ideias e ideais, quando falam, enfim, dos seus projetos e de suas aspirações, abrem hoje como que uma janela para que o historiador possa perscrutá-las. Melhor dizendo, talvez abram apenas uma pequena fenda no tecido espesso que as cobre de seu olhar sempre curioso. Seja lá como for, tratemos de aproveitar a oportunidade que se nos apresenta neste momento, isto é, tentemos explorar as informações disponíveis nos documentos e contemplá-las despojados da ideia ingênua de passado que estamos por vezes habituados a reproduzir.

Capítulo 2

ENFRENTAMENTOS OU DO ENTUSIASMO INTELLECTUAL COMO OBJETO DESDOBRADO

*Os dizeres [...], os mais incongruentes, tornam-se
signos ou indícios a serem interpretados.*

*Cécile Dauphin
Danièle Poublan⁷⁶*

*Para o historiador, ideias, instituições, nunca são dados
do Eterno; são manifestações históricas do gênio
humano numa determinada época e sob a pressão de
circunstâncias que nunca mais se reproduzem.*

*Lucien Febvre
(Combates pela história)*

No capítulo anterior, tratemos de apresentar, em traços largos, as principais inquietações que moveram a presente empreitada. O que lá fizemos, portanto, foi reunir alguns exemplos e argumentos que, a nosso ver, habilitar-nos-iam a considerar uma postura de profundo entusiasmo em relação ao trabalho intelectual como um problema histórico passível de atenção e de investigação. Ao realizar este feito, porém, procuramos demonstrar que a construção da nossa proposta não se deu apenas no plano das ideias, mas que, pelo contrário, esteve rigorosamente assentada no exame de material empírico, isto é, no exame do *corpus* de correspondências recebidas que foi acumulado pelo extinto Centro Cultural Euclides da Cunha (CCEC), de Ponta Grossa.

O nosso objetivo ao longo deste capítulo será o de tentar dar um encaminhamento adequado para as questões e problemas que foram anteriormente colocados. Para que possamos fazer isto, trataremos de envidar esforços no sentido de nomear e de particularizar

⁷⁶ DAUPHIN, Cécile; POUBLAN, Danièle. Maneiras de escrever, maneiras de viver: cartas familiares no século XIX. In: BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. **Destinos das Letras**: história, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002, p. 75.

aquilo a que até aqui viemos chamando de entusiasmo intelectual, o que definitivamente não será tarefa das mais fáceis. Em todo caso, não podemos simplesmente recuar diante das dificuldades impostas por tal desafio. Pois se o poder de precisar o que de fato significou a experiência dos homens do passado está muito além das possibilidades do historiador, isso não quer dizer que ele não possa fazer ilações e conjecturas a partir dos registros e das pegadas que esses mesmos homens acabaram por deixar. Como disse Carlo Ginzburg a respeito do caso-limite de Menocchio, o moleiro friulano queimado pelo Santo Ofício, é somente através de um gesto arbitrário que podemos tentar incorporar os fragmentos de uma cultura perdida à nossa própria história. No entanto, conclui ele:

Respeitar o resíduo de indecifrabilidade que há nela [na cultura perdida do passado] e que resiste a qualquer análise não significa ceder ao fascínio idiota do exótico e do incompreensível. Significa apenas levar em consideração uma mutilação histórica da qual, em certo sentido, nós mesmos somos vítimas.⁷⁷

Apesar das dificuldades e dos obstáculos, é preciso então que o historiador se mostre disposto a enfrentar corajosamente a defasagem temporal, interpelando e interpretando os documentos mesmo que seja à luz de suas limitadas possibilidades enquanto mero pesquisador.

No caso das correspondências aqui estudadas, trataremos de estabelecer com elas um novo diálogo, tentando identificar as principais ideias que impeliam os intelectuais ligados ao CCEC. Isto será feito, por sua vez, recorrendo-se a uma espécie de seriação qualitativa das cartas sob foco, o que permitirá enumerar não só as principais temáticas nelas abordadas, mas também os argumentos e os pensamentos mais frequentemente reiterados por parte daqueles que as redigiram. O nosso objetivo, portanto, será o de tentar extrair das cartas os elementos essenciais que teriam fundamentado a postura de profunda devoção às lides literárias apontada anteriormente.

Assim, para levar a efeito a realização deste breve levantamento, procuraremos destacar adiante algumas das situações ou evocações que mais nos chamaram a atenção, haja vista que marcaram indelevelmente um significativo número de correspondências. Estas situações/evocações, como veremos, envolveram a mobilização de diversas questões por parte dos remetentes, mas de um modo geral poderiam ser reunidas dentro de três motivações principais: as que procuravam enfatizar o caráter desprezioso e desinteressado de adesão aos propósitos endossados pelo grupo; as que vinculavam o papel do intelectual a alguns dos

⁷⁷ GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Comanhia das Letras, 1996, p. 34.

debates mais candentes do período; e finalmente aquelas que faziam alusão à necessidade de uma restauração cultural mais do que urgente.

Ainda que tais motivações não possam ser completamente isoladas umas das outras, para efeito de maior clareza tentaremos apresentar cada uma delas de modo mais ou menos independente nas páginas seguintes. No devido momento, buscaremos evidentemente apontar as conexões existentes entre as diferentes motivações a serem listadas, pensando-as em função do problema anteriormente colocado. Antes disso, porém, precisamos conhecê-las melhor.

2.1. ABNEGADOS PALADINOS

Como vínhamos dizendo nos parágrafos anteriores, ao longo do trabalho com as cartas recebidas pelo CCEC foi possível perceber ocorrências que se repetiam com certa frequência. Durante o primeiro capítulo, ao explorar e apontar rapidamente algumas dessas situações, identificamos, por exemplo, a existência de um entusiasmo muito grande em torno das lides científico-literárias e do trabalho intelectual diletante. Este entusiasmo estaria envolto em uma rede bastante intrincada de ideias, e, segundo o que afirmou em 1949 o General João Pereira, funcionaria como um elemento de distinção entre dois tipos de homens: os que fomentariam o bem e a felicidade da pátria, e os que se apossariam dos postos de nomeação movidos tão-somente por intenções de exibição individual e de enriquecimento. Para o General, era então necessário anular-se frente ao coletivo, agregando-se a ele “sem a néscia preocupação de se fazer visto”. E era preciso fazer tudo isso em função de um idealismo largamente ausente nos espíritos cúpidos.⁷⁸

A confirmação desta postura se dava por meio do emprego de adjetivos ou de formulações que, de certo modo, procuravam acentuar e enfatizar o caráter despretensioso de adesão à causa. Por conseguinte, é o próprio João Pereira quem primeiro ilustra para nós tal expediente, pois em resposta à sua incorporação ao CCEC ele dizia:

[...] bem podeis imaginar, e bem podem avaliar, ainda, todos os ilustres componentes do Centro Cultural “Euclides da Cunha”, dessa próspera cidade, o irreprimível júbilo e o largo desvanecimento com que recebi o ofício em que me comunicais haver sido eu eleito, em sessão de 26 de março, por unanimidade de votos, e por proposta dos laureados intelectuais e meus inesquecíveis amigos Drs. Faris Antônio Salomão Michaele e Mário Lima Santos, para sócio correspondente, aqui, dêsse sodalício.

⁷⁸ Carta de João Pereira a Faris Michaele, presidente do CCEC. Rio de Janeiro, 16 de junho de 1949. Trata-se de uma carta que já foi citada na página 37 deste trabalho.

Sei eu que a celsa honra dessa eleição a devo muito mais à generosidade dos que a fizeram, do que mesmo aos meus méritos de cultor das letras, que não são de vulto. Recebo-a, porém, sem a mais leve sombra de constrangimento, pela sua irrecusável espontaneidade.⁷⁹

Além desta carta de João Pereira, a mensagem enviada pelo poeta Durval Borges é igualmente exemplar nesse sentido. Com efeito, ao receber a notícia de sua eleição para sócio-correspondente em Curitiba, Durval logo afiançava:

guardarei com todo carinho o diploma recebido, não como documento exaltativo, que, no mundo das letras, tenho tanto de trabalhador quanto de obscuro, mas como recordação duradoura, que há de ficar para os meus, da união e da harmonia entre os intelectuais conterrâneos.⁸⁰

Imbuído do mesmo espírito e também escrevendo de Curitiba, o advogado Manoel de Oliveira Franco Sobrinho (ver Anexo C) afirmava o seguinte sobre sua nomeação: “Aceito a escolha como mais um galardão em minha vida de proletário intelectual”.⁸¹ Seguindo o exemplo de Durval Borges e de Franco Sobrinho, o já citado Agnello Bittencourt assegurava em 1952 sua atenta colaboração à causa da instituição, porém na medida e no alcance do “[seu] pequeno cabedal de inteligência e cultura”.⁸²

Em 18 de agosto de 1949, era também nesses termos que, de Morretes, Luis Silva e Albuquerque se dirigia aos proponentes de sua admissão junto ao grupo euclidiano de Ponta Grossa. Nesta ocasião, além de se dizer profundamente comovido com a escolha do seu nome para sócio-correspondente do “prestigioso e respeitável órgão cultural das terras das araucárias e dos pinheiros altivos e deslumbrantes”, Albuquerque completava:

Não sei como agradecer tão cativante homenagem dos intelectuais da terra onde nasceu minha querida esposa e minha adorada filhinha, Iára, pois, coisa alguma fiz de importante até hoje para que me projetasse tão alto. É que conheço muito bem o espírito não bajulador do povo pontagrossense e sua notável capacidade de trabalho e cívica e por estes motivos recebi com surpresa [sic] e gratidão tão espontâneo gesto, o qual jamais olvidarei. Guardarei o precioso diploma que me foi conferido como uma dádiva rara e que retratará uma das faces felizes de minha obscura existência literária.⁸³

Escrevendo de Curitiba, a ex-presidente do Centro de Letras do Paraná, Leonor Castellano, engrossava ainda mais o coro dos intelectuais abnegados ao registrar seus singelos

⁷⁹ Carta de João Pereira a Cyro Ehlke. Rio de Janeiro, 21 de abril de 1949.

⁸⁰ Carta de Durval Borges ao CCEC. Curitiba, 5 de março de 1949.

⁸¹ Carta de Manoel de Oliveira Franco Sobrinho à Diretoria do CCEC. Curitiba, 20 de outubro de 1949.

⁸² Carta de Agnello Bittencourt a Cyro Ehlke, secretário do CCEC. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1952. Trata-se de uma carta que já foi citada nas páginas 37 e 38 deste trabalho.

⁸³ Carta de Luis Silva e Albuquerque ao secretário do CCEC. Morretes, 18 de agosto de 1949.

agradecimentos. “A honra insigne de pertencer a êsse Centro”, afirmava, “vai além de meus apoucados méritos mas eu a recebi, comovida e feliz, como galardão inestimável aos trabalhos de conagração literário a que me venho devotando, há longos meses, exclusivamente em benefício das letras paranaenses”.⁸⁴

Numa correspondência sem local nem data e endereçada a Faris Michaele, o poeta Virgílio Moreira fizera comentários bastante semelhantes aos de Leonor Castellano. Como de costume, o remetente começava acusando o recebimento do diploma emitido pela instituição, mas não parava por aí:

Estou recebendo a notícia, sumamente honrosa, de que fui eleito sócio correspondente d’essa egrégia corporação que reúne, em Ponta Grossa, as pessoas devotadas ao engrandecimento cultural de nossa terra; estando já em meu poder o respectivo diploma;

Afeito, desde menino, ao embate das letras, tenho me esforçado no sentido de elevar, cada vez mais, o nome literário do Paraná; e se a minha obra de provinciano não alcançou, pelo mérito, o desejado objetivo, resta-me o consôlo de haver feito, quanto em mim coube, com entusiasmo e sinceridade, para que se não diga que a Poesia morreu por falta cultores dedicados.

Agradecendo, comovido, a distinção que tanto me envaidece, afirmo que o Centro Cultural “Euclides da Cunha” terá em mim um ardoroso soldado, sempre de lança em riste, nas batalhas das causas nobres e humanas.⁸⁵

Como podemos perceber, o registro meio angustiado de Virgílio Moreira fala não apenas de seu sacrifício anônimo e desinteressado em nome da poesia e da literatura, mas alude também a uma nobre e profunda devoção manifestada desde muito cedo em favor da própria cultura das letras. Além disso, ao se afirmar como um solícito soldado diante de uma batalha de causas nobres e humanísticas, o poeta acaba por antecipar-nos um outro motivo bastante presente nas cartas e que será comentado mais adiante.

Outro correspondente que também procurou deixar às claras as condições de seu desprendimento foi Herbert Munhoz Van Erven, membro da Academia de Letras José de Alencar de Curitiba. Assim como os demais confrades que exprimiam seu reconhecimento pelo ingresso na sociedade, Herbert revelava as qualidades necessárias para ocupar o posto junto ao “selecionado sodalício” de Ponta Grossa:

Credenciam-me, tão-somente, aceitar o distinto encargo a certeza de que não pouparei esforços no sentido de ser um bom euclidista, compensando meu pouco mérito o meu entusiasmo pela causa, e o desejo irrestrito de cooperação cordial no interêsse da expansão cultural do Paraná tão bem defendida por êsse grupo

⁸⁴ Carta de Leonor Castellano ao presidente e aos diretores do CCEC. Curitiba, 16 de novembro de 1949.

⁸⁵ Carta de Virgílio Moreira a Faris Michaele, predidente do CCEC. Sem local nem data.

esplêndido de euclidianos, conforme se deduz das suas atividades no “Jornal do Paraná”.⁸⁶

Mais um exemplo do emprego desse expediente pode ser encontrado na carta enviada meses depois pelo Deputado Felizardo Gomes da Costa. Ao responder a comunicação de sua eleição para sócio-correspondente do CCEC na capital paranaense, Felizardo tratava de apresentar de igual modo os valores e virtudes que o credenciavam merecedor da referida função:

Seria eu injusto e deselegante se, ao aceitar essa distinção e homenagem dos meus prezados amigos e consócios do Centro “Euclides da Cunha”, não proclamasse, como o faço neste instante, a ausência de bagagem literária ou intelectual que me credenciasse merecedor de tão honroso diploma.

Recebo-o, entretanto, com satisfação, não como prêmio aos meus méritos culturais, mas sim, como deferência – nobilitante para mim – de um grupo de amigos, a um seu coestadano, possuidor de diploma de curso superior e que, no momento, desempenha, descolorida, mas honestamente, um mandato eletivo, como representante do povo na Assembléia Legislativa Estadual, numa época histórica para os destinos social, econômico e político do Brasil, isto porque ela simboliza o ressurgimento do regime democrático brasileiro, em cujas bases há-de erguer-se o edifício majestoso da dignidade nacional.

Fiquem certos os meus prezados Companheiros do Centro Cultural “Euclides da Cunha”, que, embora não sendo intelectual, procurarei, dentro das possibilidades de modesto engenheiro civil, cioso das responsabilidades de seu título, respeitoso e admirador de seu imortal colega e patrono de nosso Centro e, ainda, ufano pelo futuro resplandecente da gente de sua terra, procurarei, repito, corresponder às finalidades e aos anseios dessa nobre entidade, colaborando e pugnando para que ela alcance os seus elevados objetivos, dentro de um clima de cordialidade e entendimento mútuo entre os homens bem intencionados que mourejam por êsse nosso esplendoroso e querido Paraná.⁸⁷

Assim como o poeta Virgílio Moreira, citado acima, o Dr. Felizardo da Costa termina sua mensagem evocando outra temática igualmente recorrente no texto das correspondências: a da imagem do trabalhador altruísta, diligente, patriota e profundamente comprometido com o engrandecimento cultural e espiritual do seu país.⁸⁸

A imagem do trabalhador aparece também na carta enviada de São Paulo pelo professor e tupinólogo Plínio Ayrosa. Escrita em março de 1949, a carta sintetizava com bastante precisão a postura almejada pela grande maioria dos intelectuais ligados ao CCEC.

⁸⁶ Carta de Herbert Munhoz Van Erven ao presidente do CCEC. Curitiba, 25 de fevereiro de 1949.

⁸⁷ Carta de Felizardo Gomes da Costa aos Diretores do CCEC. Curitiba, 1º de novembro de 1949.

⁸⁸ Este tipo de construção aparece também em forma de versos como estes que foram publicados no jornal do CCEC: “Na faina a serviço do Bem ou do Belo,/agradando ou instruindo,/cantando ou advertindo/jornalista, poeta, prosador,/cada um é um trabalhador do Povo,/um operário do Trabalhador!/operário da pena,/cada um cuida dos outros mais do que de si/é escravo dos seus ideais,/é o servidor de seus leitores,/embora indiferente a êles muita vez.../é o camarada que tem mais patrões.../e, por isso mesmo, talvez,/num contraste chocante,/triste é de vê-lo por aí/quase como um mendigo,/como um zagal, dêesses, coitados,/mais mesquinho/do que as ovelhas de tôdas as côres/ dos seus cuidados!”. BORGES, Durval. O Operário da Pena. **Tapejara**, Ponta Grossa, n. 5, ano 2, outubro de 1951, p. 22.

Assim, em suas palavras Plínio acabava externando muito mais do que um simples sentimento de gratidão pela sua admissão:

Agradecendo essa demonstração de carinho dos jovens patrícios que se propõem a trabalhar com idealismo sob a égide de um dos nomes mais altos do campo humanístico brasileiro, quero reafirmar minha confiança na mocidade de nossa terra e, especialmente agora, no grupo que vai iniciar sua marcha, por certo vitoriosa. Que jamais as preocupações egoísticas, as insídias políticas e as más doutrinas ou filosofias ambíguas empanem, obstem ou deturpem a firmeza [sic] de seus intuítos, são os votos do confrade que deseja sempre orgulhar-se do título recebido com muita satisfação.⁸⁹

Ora, como dissemos no primeiro capítulo deste trabalho, não restam dúvidas de que todas essas correspondências poderiam ser enquadradas numa espécie de fórmula ou rito consagrado, uma vez que boa parte delas se constituía em meras cartas de agradecimento dirigidas à instituição. Ao historiador atento, porém, elas se tornam muito mais do que um gesto de formalidade vazio e desinteressante, pois em alguns casos acabavam transbordando esta função em direção a ideias e argumentos que pareciam ainda operar com bastante força em plena metade do século XX.

Assim, as correspondências aqui estudadas não estavam apenas seguindo um determinado protocolo de sociabilidade epistolar, de agradecimento ou de cordialidade. Além de reforçar nas cartas os laços de amizade, os correspondentes reforçavam e confirmavam também outros tantos laços de pertença e de identidade, outras tantas relações e afinidades compartilhadas. Deste modo, o acervo epistolar institucional que vem sendo aqui explorado pode ser encarado como um *locus* privilegiado para se buscar as motivações, os projetos e as inspirações que seriam partilhados pela grande maioria dos membros da agremiação. Uma das primeiras e mais fortes manifestações destes elementos, tal como pudemos observar, apontou então para a postura de abnegação que deveria invariavelmente pautar a adesão ao projeto do grupo. Por conseguinte, as correspondências que foram citadas acima parecem insistir em separar radicalmente a atividade intelectual dos interesses mundanos e mais imediatamente materiais, aí incluídos os desejos de projeção individual, social e/ou financeira, a política, etc.

Mas não é somente nas cartas de agradecimento que a atitude de recusa a essas ambições é constantemente reforçada. Com efeito, a negação aos caprichos mundanos também se encontrava condensada nas páginas do jornal literário *Tapejara*, periódico produzido, publicado e distribuído pelo próprio CCEC. Em um artigo cujo assunto era o projeto que visava criar em Ponta Grossa uma Faculdade de Odontologia e Farmácia, por

⁸⁹ Carta de Plínio Ayrosa ao secretário do CCEC. São Paulo, 8 de março de 1949.

exemplo, Faris Michaele começava por uma longa e reveladora preleção sobre as capacidades criativas do homem, mas logo em seguida abordava a insistente questão do desapego intelectual:

Na generalidade das relações que absorvem o homem dentro da sociedade, umas existem, que merecem consideração especial.

Referimo-nos às de índole cultural, as que lhe constituem a soma das realizações de fundo intelectual, em que seu poder criador não conhece limites, nem as suas qualidades realizadoras, empenhos sérios e irremovíveis.

Dimana-lhe, essa extraordinária faculdade, precisamente dos elementos e requisitos que, naturalmente, acompanham semelhantes vôos de imaginação ou repentes de intuição pura. Dest'arte, não se lhe deparam, ao homem profundamente intelectual, os inconvenientes das atribulações materiais, nem, muito menos, as sujeições deprimentes dos espíritos voltados aos empreendimentos verdadeiramente pragmáticos.

É que o autêntico pensador, intelectual ou cientista, jamais se deixa emaranhar pela aparente realidade das coisas destituídas de fundo moral, espiritual ou, diríamos, valor permanente. E é por isso que o seu mundo, cada vez mais, se distancia da corriqueira contingência do que o rodeia [...].⁹⁰

Em outra ocasião e de maneira muito semelhante, o advogado, contabilista e historiador Cyro Ehlke descrevia e fazia questão de lembrar o significado e o sentido da tradicional Semana Euclidiana de São José do Rio Pardo:

Fazem-se-nos nítidas, ainda, as imagens que lá colhemos, quando das comemorações euclidianas de 1949. Verdadeira Méca, que é, do euclidianismo, para lá afluem, todos os anos, caravaneiros diversos e figuras luminares, da inteligência e intelectualidade contemporâneas. Em tôda uma semana de programações caprichosamente elaboradas, faz-se, pois, como que uma pausa nas contemplações de ordem material, vivendo-se, assim o parece, plena e seguramente, em plena e ajustada espiritualidade. Desprezam-se, por um pouco, os conceitos da matéria, para se enaltecem as soberbas investidas do espírito. Ali se faz brasilidade; vive-se para a cultura; há conagração harmônica, afim, de representações de lugares dos mais diferentes, numa confinação singular, de similaridade de ideais e harmonia de princípios.⁹¹

É também dos mesmos argumentos que se servia Luiz Correia da Silva Reis em uma crônica sobre o centésimo vigésimo oitavo aniversário de fundação da cidade de Ponta Grossa. Em seu texto, o articulista fazia um longo sobrevoo pela história da cidade, construindo desta uma imagem bastante idealizada:

⁹⁰ MICHAELE, Faris. Ponta Grossa, futura cidade universitária. **Tapejara**, Ponta Grossa, n. 7, ano 2, junho de 1952, p. 1. Embora o artigo em questão não esteja assinado, Eno Theodoro Wanke atribui a autoria do mesmo a Faris Michaele. Cf. WANKE, op. cit., p. 278.

⁹¹ EHLKE, Cyro. São José do Rio Pardo e o culto euclidiano. **Tapejara**, Ponta Grossa, n. 4, ano 1, junho de 1951, p. 4.

As vossas atividades não se estenderam, somente, aos domínios comerciais ou fabrís, agrícolas ou pastorís, ao setor do aprimoramento urbanístico, que por si sós falam vivamente na linguagem expressiva e incontestável dos fatos e valem por uma consagração ao espírito laborioso dos vossos filhos, mas fostes além; cuidastes, com o mesmo carinho, do vosso progresso intelectual, do vosso desenvolvimento cultural, artístico e religioso. Em boa hora reconhecestes que não só deveriam merecer especial atenção os problemas de ordem essencialmente material, mas também aqueles que dizem respeito ao espírito, à inteligência.

E o vosso exemplo, nesse particular, merece ser imitado pelos nossos irmãos de outras plagas. Escolas e academias, centros culturais e associações recreativas, núcleos de diversões e sociedades desportivas foram criados, numa exata compreensão de que, somente de um corpo são resulta u'a mente sadia e equilibrada. Com amplo respeito às crenças e opiniões religiosas ou políticas, aqui floresceram instituições admiráveis pelo seu sentido altruísta, humanitário, religioso e político.⁹²

Seja então nas cartas ou nas páginas do jornal *Tapejara*, o discurso dos euclidianos militava intransigentemente em favor de valores universais, transcendentais e desinteressados. No caso específico das correspondências, o insistente ato de se auto-proclamar insignificante, obscuro ou desprezioso – seja do ponto de vista pessoal, intelectual ou profissional –, poderia ser interpretado como um tipo de garantia que o remetente/postulante fornecia ao grupo sobre o caráter de sua adesão. Assim, e ainda que também falassem muito em nacionalismo e em patriotismo, os indivíduos vinculados ao CCEC talvez pudessem perfilar ao lado daqueles a quem Julien Benda chamou de *clerics*⁹³, isto é, “todos aqueles cuja atividade, por essência, não persegue fins práticos, e que, obtendo sua alegria do exercício da arte ou da ciência ou da especulação metafísica, em suma, da posse de um bem não temporal, dizem de certa maneira: ‘Meu reino não é deste mundo’”.⁹⁴

Da mesma forma, as correspondências que foram citadas permitiriam associar o perfil de seus autores à ideia mannheimiana de uma intelectualidade situada acima do bem e do mal, vista como camada social sem vínculos, ideia esta corroborada pela observação do sociólogo francês Daniel Pécaut:

O intelectual não tarda a posicionar-se contra a política e suas instituições. Ora aspira a uma organização apolítica da sociedade, ora a um desenvolvimento econômico capaz, por si só, de criar as estruturas políticas necessárias, ou ainda a um processo de acumulação, do qual as instâncias políticas seriam apenas a manifestação e o instrumento. Assim, sempre ressurge a tentação de uma recusa radical do político.⁹⁵

⁹² REIS, Luiz. Ponta Grossa. **Tapejara**. Ponta Grossa, n. 5, ano 2, outubro de 1951, p.3.

⁹³ Em Francês, o termo *clerics* pode se referir tanto aos integrantes de uma ordem eclesiástica quanto aos intelectuais em geral.

⁹⁴ BENDA, Julien. **A traição dos intelectuais**. São Paulo: Peixoto Neto, 2007, p. 144.

⁹⁵ PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990, p. 7.

Desse modo, o CCEC declarava-se como um órgão cultural neutro e imparcial, sendo o pluralismo ideológico a marca registrada de seus intelectuais. O que realmente havia, segundo a historiadora Carmencita Ditzel, era um grande receio por parte da entidade em relação a uma eventual identificação de sua imagem com grupos opositores ou de esquerda. No entanto, o mais contraditório em relação a tudo isso era que a própria postura adotada pela instituição teria não só razões de ordem prática, mas envolveria também algumas motivações de caráter profundamente ideológico:

A concepção positivista e cientificista desses intelectuais que consideravam a cultura e o saber como “a produção mais elevada do espírito humano” e as subvenções recebidas das diversas esferas do poder público explicam o cuidado em manter uma posição de neutralidade política enquanto coletividade.

Os integrantes do Centro Cultural defendiam uma linha de conduta de neutralidade política para a Instituição e de uma produção cultural objetiva preocupada com a verdade. Isto significava um distanciamento entre os valores e opiniões do autor e sua obra e uma preocupação com a evidência e comprovação dos fatos. Refletindo sobre o perfil sociocultural desses intelectuais encontram-se algumas razões para esta postura: muitos são formados nas áreas de ciências exatas e naturais; aqueles de formação humanista freqüentaram os bancos escolares num momento em que a orientação positivista era dominante; alguns exerciam cargos políticos ligados a partidos de direita; os adeptos do marxismo, ligados às concepções leninistas e stalinistas, em voga nessa época, eram numericamente pouco significativos no grupo.⁹⁶

Todas estas constatações acabam por levar-nos a uma outra ordem de problemas. Afinal, se as ideias e as bandeiras do CCEC não passavam na verdade das ideias daqueles que o constituíam, elas poderiam ser tomadas como algo muito mais profundo. Numa certa medida, elas seriam anteriores à fundação da instituição e estariam ligadas ao próprio processo de formação idiossincrática de seus membros. Assim, as concepções partilhadas por este pequeno grupo de pessoas seriam geradoras de comportamentos que, por sua vez, exprimiriam um modo característico de ser, estar e pensar o mundo à sua volta. A distribuição dos papéis, a ordenação, a atribuição de sentido e a própria intervenção na sociedade seriam em parte decorrentes desse mesmo processo. Deste modo, após um primeiro passeio pelo universo particular das cartas recebidas pelo CCEC, resta-nos continuar investigando mais de perto as ideias e representações que fundamentariam a devoção destas pessoas aos afazeres intelectuais.

⁹⁶ DITZEL, **O arraial do pitangui...**, op. cit., p. 214-215.

2.2. IRMÃOS PELO ESPÍRITO

Vimos até agora que uma das principais temáticas abordadas nas cartas versava sobre o desapego em relação às causas pragmáticas ou materiais. O passo seguinte de nossa análise será identificar e apontar os vínculos desta postura com a plataforma de ação proposta pelo grupo, uma vez que a mesma estava muito longe da neutralidade.

Nesse sentido, o primeiro aspecto a se observar é que o projeto alimentado pelo CCEC organizava-se em torno de quatro questões profundamente interligadas: o euclidianismo, o indianismo, o nacionalismo e o Pan-Americanismo. Quanto ao tratamento dispensado a tais temáticas, seria possível dizer que estaria organizado segundo duas abordagens, ou melhor, dois pressupostos largamente invocados pelo discurso dos correspondentes: um tipo de “idealismo” e, de outro lado, o que se poderia chamar de “espiritualismo”.

O culto a Euclides da Cunha era evidentemente uma preocupação constante no pensamento dos membros da agremiação: prestavam-se reverências ao escritor não só nos artigos, ensaios e crônicas publicados no jornal *Tapejara* – que algumas vezes fora inteiramente dedicado ao autor –, mas igualmente nos comentários e evocações espalhados pelas correspondências.⁹⁷ Em muitas das ocasiões, a veneração a Euclides da Cunha chegava a atingir contornos nitidamente religiosos, como quando da publicação de dois poemas no jornal literário da instituição. Num trecho do poema *Euclides*, assinado por Menotti Del Picchia⁹⁸, lemos:

Teu livro nasceu num rancho como o Brasil
 Porque Deus nosso senhor
 Que havia de dizer a verdade à humanidade
 Também nasceu entre as paredes de um curral
 Tú foste o Batista anunciador
 Dos que vão descobrindo um novo Brasil
 Perdido na névoa da ideologia
 Soterrado na palha da retórica nacional⁹⁹

A mesma alegoria aparece também no soneto *O Natal de “Os Sertões”*, este de autoria de Tomás Bulhões:

⁹⁷ Sobre este ponto, ver: GONZATTO, Caroline; DENIPOTI, Cláudio. Horizontes de expectativas: leitores e continuadores de Euclides da Cunha nas páginas do jornal *Tapejara* em Ponta Grossa, 1952. In: **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, vol. 12, n. 2, p. 65-92, Inverno, 2007.

⁹⁸ Até onde pudemos avançar com a pesquisa, Menotti Del Picchia parece não ter mantido qualquer tipo de laço com o CCEC. Deste modo, tratar-se-ia apenas da reprodução de um poema de sua autoria por parte do jornal da instituição.

⁹⁹ DEL PICCHIA, Menotti. Euclides. **Tapejara**. Ponta Grossa, n. 3, ano 1, março de 1951, p. 8.

Alí em São José do Rio Pardo,
A “Belém-Nacional”, terra altaneira,
Junto da ponte, aos pés de uma paineira,
Ergue-se um rancho, rústico e acanhado!

Com zincos e sarrafos foi armado,
À sombra vegetal hospitaleira!
Tão simples como a vida brasileira,
Como o caboclo do sertão cerrado!

Mas qual Jesus, que a divindade encobre,
Prá nos salvar, nascendo entre os currais,
Como se fôsse Deus mendigo e pobre,

Nasceu no rancho de simplezas tais,
O LIVRO SALVADOR, real e nobre,
Que libertou as letras nacionais!¹⁰⁰

Contudo, o aspecto de Euclides da Cunha que realmente fascinou os intelectuais ponta-grossenses parece ter sido outro. Conforme observou Paschoal Luiz Pitta em carta de 9 de março de 1955, o escritor que foi escolhido como patrono da instituição constaria entre os nomes “que mais honra[ra]m e abrilhanta[ra]m as páginas da ciência, da literatura e da História da nossa Pátria”.¹⁰¹ Assim, segundo essa visão a figura de Euclides da Cunha não teria encarnado apenas a de um mero literato: seus interesses e suas preocupações se mostravam muito mais amplos, de modo que se poderia

acompanhar, anotados ao longo dos seus livros: movimentos históricos, transformações sociais, relações sociais, relações raciais, transformações econômicas e políticas, ideais sociais, políticos e econômicos, discussões filosóficas e científicas, crítica social, moral e cultural, análises geológicas, descrições geográficas e comentários historiográficos, tudo condensado no nível mais amplo e predominante de sua obra.¹⁰²

Para os integrantes do CCEC, as características singulares apresentadas pelo escritor refletiriam suas próprias ambições intelectuais, uma vez que muitos deles também não se contentavam com sua formação ou especialidade. Como viemos ressaltando ao citar trechos das correspondências, esses intelectuais não eram apenas poetas, ensaístas ou romancistas, mas desempenhavam simultaneamente as mais diversas funções: eram médicos, advogados, militares, dentistas, políticos, comerciantes, jornalistas, professores, etc. Além disso, esses intelectuais polivalentes – assim como Euclides – interessavam-se tanto por poesia e literatura

¹⁰⁰ BULHÕES, Tomás. O Natal de “Os Sertões”. **Tapejara**. Ponta Grossa, n. 7, ano 2, junho de 1952, p. 13.

¹⁰¹ Carta de Paschoal Luiz Pitta a A. Aguiar. Ponta Grossa, 9 de março de 1955.

¹⁰² SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 155.

quanto por história e filosofia, sociologia e etnografia, linguística, geografia e ainda por muitas outras áreas ou disciplinas. E o que é ainda mais importante: na maioria das vezes o fizeram de um modo inteiramente amadorístico, isto é, baseados tão-somente no autodidatismo e no mais puro diletantismo.¹⁰³

No tocante à questão social, o contributo trazido por Euclides da Cunha também deve ter sido muito bem recebido por aqueles que sob seu nome se reuniram em Ponta Grossa. Engenheiro e de forte ascendência indígena, poder-se-ia dizer que Euclides construiu uma ponte ligando o Brasil do litoral ao Brasil do sertão e do caboclo, redimensionando assim sua especificidade e importância para a formação da identidade nacional. Em sua obra máxima, como se sabe, Euclides acabou promovendo uma espécie de denúncia das verdadeiras atrocidades a que foram submetidas as populações sertanejas durante a famosa campanha de Canudos. Desse modo, “contrariando a visão dos homens públicos, Euclides concebia todas essas populações do interior como os sedimentos básicos da nação. E mais, eram elas que, afeiçoadas a um trato cotidiano e secular com a terra, conheciam-lhe o segredos, as virtudes e as carências”.¹⁰⁴

Ora, os idealizadores do CCEC devem ter se identificado muito com esta proposta de recuperação e valorização do elemento sertanejo, haja vista que eles próprios se encontravam relativamente distantes dos circuitos culturais dos grandes centros como Rio e São Paulo.¹⁰⁵ Além disso, voltar os olhos para o interior do país também vinha de encontro a outro ponto fundamental no projeto do grupo: “O Brasil é caboclo, portanto, a contribuição étnica e cultural do índio não pode ser esquecida”.¹⁰⁶

Assim como no caso de Euclides da Cunha, o enaltecimento do índio ocupava um espaço privilegiado no programa da instituição. Alvo de comentários pontuais nas cartas

¹⁰³ É possível fazer uma aproximação do perfil apresentado por esses intelectuais com aqueles a quem Sergio Miceli chamou de “anatolianos” nas décadas de 1910 e 1920. Ver: MICELI, Sergio, op. cit., pp. 15-68.

¹⁰⁴ SEVCENKO, op. cit, p. 175-176.

¹⁰⁵ A experiência do isolamento objetivava-se por vezes em versos como estes do soneto de Edmundo Schwab: “Vivo, talvez eu esteja sempre obscuro/E o mundo nunca saiba que eu nasci;/Morto, seja talvez meu corpo impuro/Sepultado num ermo por aí./E no meu canto humilde, estou seguro,/Não saberá o mundo que existí./– A pérola que perto do monturo/Se forma, há de permanecer ali.../Nesta vida, entetanto, na opulência,/Enaltecidas pelo mundo todo,/Quantas pérolas falsas eu já vi./É que o mundo só cuida da aparência:/A pérola nascida em meio ao lodo/Há de ficar, desconhecida, ali”. SCHWAB, Edmundo. Lição da Vida. **Tapejara**. Ponta Grossa, n. 2, ano 1, dezembro de 1950, p. 6. O mesmo ocorre ainda com o soneto de Eduino Jesus: “Este não é o mundo ideal em que me quero./Venho de longe e trago o destino em pedaços./Ninguém sabe quem sou. Vou triste e só – e os braços/Estendidos ao longo do meu desespero./Não vem ninguém seguindo o rasto dos meus passos./Se chamo por alguém, ninguém responde. Espero./E ninguém vem: Espero, e só me desespero:/E é de esperar assim que levo os nervos lassos./Não tenho nada (a não ser as minhas pernas):/Nenhum destino ou credo ou ambições. Apenas/Na alma estas estranhas, doidas fantasias/De andar no mundo só e livre como o vento./ (Só não posso evadir-me deste desalento/De não ter dado nada e ir de mãos vazias!). JESUS, Eduino. Este não é o mundo ideal. **Tapejara**. Ponta Grossa, n. 6, ano 2, fevereiro de 1952, p. 15.

¹⁰⁶ DITZEL, O arraial e o fogo da cultura... op. cit., p. 116.

estudadas, o indígena é discutido, valorizado e largamente idealizado nas páginas do jornal *Tapejara*.¹⁰⁷ Deste modo, em quase todas as edições do periódico é possível se deparar com a figura do índio, muitas vezes como objeto de acirradas polêmicas intelectuais. É como resumiu Ditzel:

Esses intelectuais consideram o indígena, o cerne da raça brasileira, raça mestiça. O índio, o verdadeiro dono da terra, é o símbolo da nossa identidade. Seus argumentos procuram suplantar a visão idílica e demonstrar cientificamente a influência étnica e cultural do selvagem na civilização brasileira, por isso insistem em apontar os traços físicos, morais e culturais herdados pelo sertanejo, maior beneficiário dessa contribuição. Insistem também na persistência de marcas culturais e étnicas deixadas pelo índio na população cabocla objetivando integrar o Brasil à Indo-América e conferir mais sentido ao Pan-Americanismo.¹⁰⁸

Como se pode ver, os interesses que mobilizavam a grande maioria dos indivíduos ligados ao CCEC iam do euclidianismo ao indianismo, e, logo em seguida, passavam deste para o Indo e Pan-Americanismo. No entanto, de acordo com Ditzel o ideal pan-americano apreendido pelo grupo seria bastante circunscrito:

O Pan-americanismo defendido pelo CCEC é visto como um amplo intercâmbio cultural. Em seus artigos esses intelectuais não analisam as implicações políticas e econômicas implícitas nesse ideário, pois para eles a América se irmana através de seu ascendente comum, o índio. A cultura americana unificada pela matriz originária enriquece-se com a troca integradora.¹⁰⁹

Num outro sentido, porém, o culto a Euclides da Cunha, a exaltação do sertanejo e a defesa do índio acabavam desembocando numa verdadeira torrente de evocações patrióticas e nacionalistas. Na grande maioria das vezes, tais evocações apareciam intermediadas por aqueles dois pressupostos mencionados mais acima, o idealismo e o espiritualismo. É o que podemos entrever, por exemplo, na carta que Maria Eulina dos Santos Schena enviou a Faris Michaele, em 20 de agosto de 1957. Após manifestar sua gratidão pelo recebimento do diploma de sócia-correspondente do CCEC, Maria Eulina complementava: “Posso, apenas, augurar ao mesmo que o futuro tenha o brilho do presente, e para sempre se constitua num

¹⁰⁷ Um exemplo da exaltação do índio pode ser visualizado neste pequeno excerto do *Tapejara*: “Homenagear o índio, é render culto de justiça e verdade, ao elemento nobre, valioso que concorreu com o sangue ao caldeamento étnico da formação do homem americano, como legítimo representante das terras do Continente, transfundindo da sua alma opulenta de virtudes, do seu coração rico de sentimentos supernos, à psiquê americana, atributos que são orgulho e glória do homem e da civilização da América de hoje, que exsurtem e se impõem no cenário internacional pela fôrça de suas conquistas e empreendimentos em todos os setores da atividade humana, e mórmente, pela expressão dos seus ideais, pela nobreza das suas atitudes, pela virtude de seus sentimentos”. VELLOZO, Alcione Moraes. Estamos na “Semana do Índio”. *Tapejara*. Ponta Grossa, n. 4, ano 1, junho de 1951, p. 9.

¹⁰⁸ DITZEL, **O arraial e o fogo da cultura...** op. cit., p. 133.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 149.

baluarte de cultura, progresso e aperfeiçoamento espiritual, único roteiro digno dos brasileiros conscientes de nacionalidade”.¹¹⁰

É também com o mesmo argumento que nos deparamos em outras duas cartas de agradecimento remetidas do Rio de Janeiro. Na primeira delas, datada de 19 de abril de 1952, um Senador confessava: “sinto-me honrado [...] e desvanecido e honorificado em pertencer a êsse grupo de escritores idealistas, cheios de brasilidade e amor à pátria brasileira”.¹¹¹ Na segunda, com data de 10 de março de 1958, o General Octacílio Terra Ururahy encarava sua eleição para sócio honorário do CCEC em termos igualmente característicos:

a homenagem é das mais significativas para aquêles que não têm se esquecido dos mais sagrados compromissos para com a Pátria, e que está certo de que os maiores valores culturais de um povo se medem pelo índice de superior e elevado amor à sua terra de origem.

A distinção amiga, a mim conferida, é das que mais confortam e estimulam o meu espírito na senda do justo cumprimento do dever profissional e cívico. Guardá-la-ei com justo orgulho e ascendrado [sic] carinho.¹¹²

Mais um exemplo da conjugação entre as disposições intelectuais e as posturas nacionalistas/ufanistas pode ser encontrado na carta enviada ao CCEC por Gabriel Pinto Arruda (ver Anexo F). Escrevendo do Mato Grosso em janeiro de 1954, ele começava apresentando as condições da sua adesão ao convite feito pelo grupo:

Ainda que não seja um literato-cientista, procurando apenas mostrar sempre com esforços e lealdade, sem exagero, uma linguagem simples e sem colorido, as nossas imensas riquezas e possibilidades econômicas, aceitei orgulhoso, embora não mereça, a grande honra de ser sócio-correspondente deste já notável Centro Cultural “Euclides da Cunha”.

Tenho, realmente, me esforçado grandemente para colaborar com aqueles que trabalham pela felicidade, pela grandeza e pela prosperidade deste nosso portentoso Brasil, e, por isso mesmo aceitei contentíssimo e desvanecido a honrosa investidura para colaborar também com esse culto e patriótico centro cultural.¹¹³

No ano seguinte, temos ainda a missiva em que José Barreto referia-se ao CCEC como “expressão legítima da cultura nacional”, sendo a descrição de sua função igualmente correspondente: “congregar, através de sadia orientação, os que estudam com patriotismo os problemas brasileiros”.¹¹⁴

¹¹⁰ Carta de Maria Eulina dos Santos Schena a Faris Michael. Ponta Grossa, 20 de agosto de 1957.

¹¹¹ Carta de Anísio Jobim ao secretário do CCEC. Rio de Janeiro, 19 de abril de 1952.

¹¹² Carta de Octacílio Terra Ururahy a Ephigênio Brandão, secretário do CCEC. Rio de Janeiro, 10 de março de 1958.

¹¹³ Carta de Gabriel Pinto Arruda ao Presidente e demais membros do CCEC. Cáceres, 20 de janeiro de 1954.

¹¹⁴ Carta de José Barreto ao Presidente do CCEC. Ponta Grossa, 7 de julho de 1955.

Da mesma forma, as manifestações de comprometimento direto com o desenvolvimento nacional também se faziam presentes nas considerações de dois outros correspondentes recém-integrados ao grupo euclidiano de Ponta Grossa. Como todos os demais, ambos parecem ter feito de suas cartas de agradecimento um eficiente dispositivo de afirmação de identidade. O primeiro deles, o Coronel Amílcar Botelho de Magalhães – sobrinho de Benjamin Constant –, escrevia em 1950 e dizia o seguinte sobre sua nomeação:

O gesto tão espontâneo dessa sociedade intelectual – que tem por patrono uma das mais cultas personalidades brasileiras, de talento invulgar, vibrante patriota, exímio escritor que deixou, entre outras obras, o glorioso monumento tão expressivamente batisado [sic] com o título genérico “O Sertão” – constitui uma distinção que muito me aproube receber, principalmente porque testemunha insuspeitamente a minha modesta, mas sempre sincera e entusiástica ação “dedicada toda ao são ideal de brasilidade” [...].¹¹⁵

O segundo assinava João V. Nascimento e, um ano depois, fazia eco ao Coronel:

Honra-me, sôbremodos, participar do quadro social do CCEC – agremiação de tão elevados e altruísticos fins, digna, por todos os títulos, dos maiores aplausos e da admiração de quantos possuem no coração o verdadeiro sentimento de brasilidade e de fé inabalável nos glorióios destinos de nossa grande Pátria.¹¹⁶

Ainda sobre este ponto, não podemos deixar de mencionar a declaração que a poetisa Lacyr Schettino registrou em agosto de 1951, quando era igualmente agraciada com o título de sócia-correspondente da instituição. Deparando-se com o diploma que lhe foi expedido, ela então escreveu:

Filiando-me ao Centro Cultural “Euclides da Cunha”, sinto-me envaidecida por ter a oportunidade de trabalhar em conjunto pelos mais nobres ideais pátrios e panamericanos.
Embora a distância não me permita assistir às reuniões do nosso Centro, aí estará sempre presente o meu pensamento, quando vos reunirdes em nome do nosso ideal coletivo.¹¹⁷

No entanto, houve também muitos casos em que as correspondências acabavam enfatizando muito mais aquelas duas facetas supra mencionadas, a saber, a do idealismo e a do espiritualismo. É exemplar nesse sentido a carta que Paulino Santiago enviou à secretária

¹¹⁵ Carta de Amílcar Botelho de Magalhães a Faris Michael. Santa Rosa, 10 de fevereiro de 1950. O grifo é do autor.

¹¹⁶ Carta de João V. Nascimento à Diretoria do CCEC. Joinville, 22 de janeiro de 1951.

¹¹⁷ Carta de Lacyr Schettino ao CCEC. Barra Mansa, 12 de agosto de 1951.

do CCEC em setembro de 1951. Como as demais, a carta começava pelas típicas palavras de reconhecimento do remetente em relação à sua admissão:

Incapaz de exprimir o meu agradecimento pela honra e alegria que me destes, conduzindo-me ao vosso Grêmio, o que vale dizer - fazendo-me vosso igual. E, tomado dessa invencível convicção de incapacidade, acobardei-me até agora diante do vosso ofício de 31 de Agosto último, com o qual me comunicais que, por proposta do vosso preclaro Presidente, fui eleito sócio correspondente desse Centro. Surpreendido e perplexo diante da vossa resolução, posso afinal compreendê-la agora, mais serenado o espírito, como uma insopitável manifestação do vosso desejo de conagração dos trabalhadores intelectuais da nossa pátria, incluídos aqueles que apenas têm para dar um anelo incessante e um indefesso [sic] esforço pela própria cultura e, reflexamente, em prol do alevantamento espiritual da sua terra e da sua gente.¹¹⁸

É praticamente a mesma ideia que aparece na carta de Raimundo Maranhão Ayres a Faris Michael, datada de 22 de junho de 1949. Trata-se de uma das raras cartas selecionadas cujo assunto principal não era o agradecimento, visto que nela deparamo-nos com uma indicação bastante sugestiva feita pelo contador, professor de geografia e presidente da Associação de Intercâmbio Cultural de Guiratinga, no Mato Grosso. Dizia então ele ao presidente do CCEC:

Apraz-me remeter-lhe com a presente, uma ficha bio-bibliográfica do nosso ilustrado confrade e companheiro Dr. João Brito Jorge, escritor e jornalista de abastado prestígio em nosso país e que muito honrado ficaria se lhe fosse possível ingressar no quadro de sócios dessa egrégia instituição de cultura, que é uma tradeção [sic] de espiritualismo e fraternidade, na hora em que vivemos.¹¹⁹

Um ano depois, Newton Souza e Silva, advogado, exclamava sobre seu ingresso nos quadros do CCEC: “Não preciso ressaltar a evidência de que recebo com a maior satisfação a minha entrada nesta Casa, onde se trabalha com altruísmo e sinceridade, pelo engrandecimento espiritual de Ponta Grossa”.¹²⁰

Ainda em 1949 e do Rio de Janeiro, era o também advogado Levi Carneiro quem prestava seus agradecimentos aos membros da instituição. Escrevendo talvez de seu escritório na Rua do Ouvidor, 54, ele então informava: “congratulo-me com todos os confrades do mesmo Centro, pela bela obra cultural que estão realizando [sic], congregando-se a serviço dos mais nobres ideais”.¹²¹

¹¹⁸ Carta de Paulino Santiago ao Secretário do CCEC. Maceió, 17 de setembro de 1951.

¹¹⁹ Carta de Raimundo Maranhão Ayres ao Presidente do CCEC. Guiratinga, 22 de junho de 1949.

¹²⁰ Carta de Newton Souza e Silva ao Presidente do CCEC. Ponta Grossa, 29 de maio de 1950.

¹²¹ Carta de Levi Fernandes Carneiro a Cyro Ehlke, Secretário do CCEC. Rio de Janeiro, 4 de março de 1949.

Vinham também do exterior as evocações ao idealismo e às coisas do espírito, como o demonstram outras três cartas, duas delas enviadas ao CCEC em 1949. Numa delas, o poeta uruguaio González Barbé externava a Faris Michaelé o reconhecimento por sua admissão junto ao CCEC:

Créame, estimado colega, que esse estímulo de ustedes acrecentará mi entusiasmo y hará que mi labor de intercambio Intelectual Americano sea cada día más intenso y firme en pro de la unión de todos los pueblos y los hijos de las Américas. Yo sé, además, que esa noble distinción con que han querido honrarme la benevolencia y generosidad de los amigos brasileros, será el recuerdo y el acicate que tendré en todo momento para ir sembrando idealismos, sentimientos de paz y de concordia, de fraternidad y acercamiento espiritual.¹²²

Na outra, era o professor e filósofo Raúl Vallejos quem se encontrava na mesma situação, de sorte que dissera então à secretária do CCEC: “le manifiesto que, he tomado conocimiento de los Estatutos del Centro que me enviara, apoyando firmemente a esa entidad cultural, en su vasta y fecunda obra espiritual”.¹²³

A terceira carta vinha da Bélgica e trazia elogios ao jornal *Tapejara* e a Faris Michaelé, seu diretor. Dizia então Fernand Cuvelier a seu destinatário: “Vous êtes un gardien farouche de la qualité et de la probité intellectuelle: soyez en remercié ainsi que vous collègues qui défendez tous, avec zèle et compétence, la cause de beauté et de l'esprit.”¹²⁴

As duas últimas cartas a serem apresentadas neste item trazem consigo alguns dos elementos em que poderiam estar assentadas as evocações idealistas e espiritualistas. Vejamos, por exemplo, a longa mensagem de agradecimento que o odontólogo Joanino Sabatella dizia aos diretores do CCEC quando de sua admissão:

Ainda, e por toda a eternidade, ressoará o meu espírito como se fora uma sintonia de vozes celestiais, as vibrações agradabilíssimas deixadas pela brilhante caravana que conduziu até o meu humilde retiro, a expressiva homenagem com a qual esse glorioso Centro me distinguiu, e representada por um diploma de sócio honorário dessa benemérita organização, que integra a fina elite dos intelectuais de nossa terra, e que teve a feliz inspiração de eleger para seu patrono o inconfundível espírito do nosso patrício Euclides da Cunha. Examinando, como habitualmente faço, a minha humílima individualidade, e os meus reais merecimentos, nada encontrei que podesse dizer de facto, que estava por qualquer motivo, na altura do grande título que me foi concedido, e em virtude também, de não encontrar no meu campinho pessoal, registro algum, que me situasse como credor de atos de benemerência pública.

¹²² Carta de Traslación Martín González Barbé ao Presidente do CCEC. Montevideu, 14 de março de 1949.

¹²³ Carta de M. A. Raul Vallejos à secretaria do CCEC. Santa Fé, 6 de março de 1949.

¹²⁴ Carta de Fernand Cuvelier a Faris Michaelé. Anvers (Bélgica), 4 de julho de 1957: “Você é um guardião feroz da qualidade e da integridade intelectual: agradeço a você e a todos os seus colegas que defendem, com zelo e competência, a causa da beleza e do espírito”. (tradução nossa).

Depois de cuidadosa meditação, encontrei a justificação para tão grandioso gesto de humanismo, na altruística formação moral dos vossos nobres sentimentos filantrópicos, prova exuberante e que fala com eloquência e bem alto da elevada cultura dos vossos espíritos, no belo setor da bondade. A todos, os que se associaram a imerecida lembrança, o meu comovido e sincero, Deus vos pague. Na minha avançada idade, já no ocaso da existência planetária, é deveras confortador, saber que ainda existem corações bondosos e almas verdadeiramente caritativas. Em uma perene vibração, sincera, amiga e cristã, estarei sempre ligado espiritualmente ao Supremo Criador, e Misericordioso Pai Celestial, pedindo pela constante felicidade pessoal de todos os diretores e integrantes do nosso Centro, para que, cada vez mais engrandeam esse Cenáculo expoente da cultura e da intelectualidade da nossa fulgurante e galharda Princeza [sic] dos Campos.¹²⁵

Como se pode ver, havia então um forte componente religioso envolvido nas alusões às coisas do espírito, o que no caso de Sabatella tinha ligações diretas com a própria doutrina do espiritismo. Todavia, tais manifestações não se restringiam aos motivos puramente religiosos, pois muitas vezes vinham à tona em função de um diagnóstico contextual amplamente apregoado pelos membros do CCEC. Este diagnóstico poderia ser sintetizado com precisão pela carta enviada em 1956 pelo médico-escritor Augusto Taborda de Vasconcelos, mais exatamente por um texto dos vários que a acompanhavam na ocasião. Tratava-se de um necrológio em que o médico informava a morte e comentava a obra do escritor e pensador italiano Giovanni Papini (1881-1956). A certa altura do texto, citava um trecho do próprio Papini que afirmava o seguinte:

“À vida mecanizada, sôfrega de todos os instantes, que devora a pessoa humana, só há que opor, como vértice supremo, a religião. Não há outro caminho senão o cristianismo. Depois das duras provas da guerra, o único meio que os homens têm de se salvar, é transformar a sua alma. Revoluções políticas ou sociais não têm importância, enquanto o indivíduo não tiver vontade de ser melhor pelo coração, pela alma e pelo espírito”.¹²⁶

Ora, a julgar pelos argumentos das diversas cartas até aqui trabalhadas, poder-se-ia dizer que tal diagnóstico seria largamente compartilhado pelos correspondentes do CCEC. Se isso ainda não fosse suficiente, a hipótese poderia ser confirmada levando-se em conta o grande número de formulações semelhantes estampadas nas páginas do jornal *Tapejara*, tais como as de autoria de Álvaro Porto Alegre em 1952:

Bela é a vida quando se manifesta pelo sentimento.
Sem sentimento seria lago de águas estanques. Sem sentimento não passaria de deserto árido, onde uma só plantinha não abrolharia.

¹²⁵ Carta de Joanino Sabatella aos Diretores do CCEC. Ponta Grossa, 13 de agosto de 1952.

¹²⁶ Carta de Augusto Taborda de Vasconcelos. Porto, 12 de Julho de 1956.

Miasmas. Esterilidade. Mercê de Deus Onisapiente e Onividente, o materialismo avassalador jamais poderá fazer emurcheçar a flor do sentimento, delicada flor que desabrocha em corações nobres, que se não deixam contaminar de impurezas.

A Humanidade, se em seu seio abriga monstros que semeiam o mal e envergonham a espécie com ações repulsivas de soez utilitarismo, é, por outro, salva pelos seres de boa vontade, fazendo o bem, espalhando o bem. Entre êstes se enfileiram os que se deixam arrastar pela caudal da sua sensibilidade: os cultores do Belo...

Nada mais agradável, pois, no torvelinho da vida atual, tão agitada e tão desprovida de encantos, de horizontes rubros e alucinantes, atordoadores, do que procurar deixar de ouvir fragores que lembram morticínios, e buscar um refúgio de silêncios sagrados, onde não possam chegar senão já mui amortecidos, os macabros ecos do que vai ocorrendo pelo Cosmos convulsionado, grumado de sangue!¹²⁷

Em outro pequeno texto publicado na mesma edição, vemos ainda com maior clareza o quadro de grave crise que a maioria dos intelectuais acreditava estar atravessando:

La civilización occidental moderna ha llegado a una peligro encrucijada, a un dilema cuyas consecuencias pueden ser de máxima influencia para la evolución general de la humanidad.

El dilema que hacemos referencia, es el del automatismo social, el de la organización científica, y política de los pueblos, que viene mecanizando al mundo desde hace más de medio siglo.

Las dos grandes guerras que sufrió nuestro siglo, fueron causa preponderante, sino absoluta, de esta situación en la que vemos aparecer, muy a menudo, dictadores disfrazados bajo inocentes mantos, o simplemente descubiertos atrevidos, con la audacia propia que otorga el poder material.

No pretendemos señalar una secularización total de las actividades humanas, pero sí el retroceso idealístico, podría, decirse, en que ha caído Occidente.

La deformación de las doctrinas religiosas y filosóficas, es la muestra más evidente del angustioso momento. Vemos la desaparición paulatina del cristianismo, provocada por la invasión de las nuevas teorías materialistas, y el reemplazo de las filosofías saturadas de espiritualidad, por otras en las que el interés egoísta del individualismo predomina bajo la forma de un existencialismo moderno que endurece la concepción de la vida natural.¹²⁸

Era também no mesmo sentido que iam os comentários feitos pelo General Murillo Teixeira de Barros em meados de 1952:

Nesta época materialista que atravessamos, muitas vezes ficamos amargamente decepcionados com o egoísmo de uns, os interesses pessoais de outros, com as provas de mesquinharia política e os erros e a falta de patriotismo de muitos, que não sabem cumprir seus deveres e nem se dedicar ao serviço da coletividade.¹²⁹

Constituindo apenas uma pequena amostra dos vários testemunhos disponíveis, os exemplos incluídos acima nos ajudam a precisar melhor algumas das principais ideias

¹²⁷ PORTO ALEGRE, Álvaro. Aire de Palomas. **Tapejara**. Ponta Grossa, n. 4, ano 1, junho de 1951, p. 1.

¹²⁸ PIÑEIRO, Armando Alonso. El problema de la cultura. **Tapejara**. Ponta Grossa, n. 4, ano 1, junho de 1951, p. 10.

¹²⁹ BARROS, Murillo Teixeira de. Discurso – Oferecendo um jantar ao Senador Flavio Carvalho Guimarães. **Tapejara**. Ponta Grossa, n. 6, ano 2, fevereiro de 1952, p. 3.

defendidas pelos correspondentes. A perspectiva idealista e as constantes referências às coisas do espírito, por exemplo, teriam um significado bastante claro: elas procurariam constituir e expressar uma atitude de completo desapego às questões de cunho material ou utilitário, tendo como foco valores que seriam universais, transcendentais e profundamente desinteressados. Além disso, essa mesma perspectiva ainda serviria como uma maneira de aproximar a atividade intelectual, a ciência e o saber do sentimento religioso, isto é, de pensá-las como instrumentos de aproximação com o plano divino.¹³⁰

Já no tocante à questão cultural,

esses intelectuais afirma[va]m os seguintes pontos: a cultura brasileira é uma cultura plural pois resulta de diversas contribuições; algumas contribuições são mais significativas, como a do índio e a do português; as manifestações culturais mais genuínas do povo brasileiro são encontradas em nosso folclore; a cultura letrada no Brasil é herdeira da tradição ocidental; a cultura pela cultura é o sentido do trabalho realizado no CCEC; o mundo cultural se enriquece pelo intercâmbio; o patrimônio cultural se constrói na preservação dos elementos culturais.¹³¹

Ainda de acordo com esta autora, o conjunto das disposições apresentadas pelo CCEC assumiria um perfil nitidamente conservador, pois estaria escorado na defesa de valores e princípios como os de ordem, harmonia étnica, política e axiológica, etc.¹³² No plano estritamente local, o discurso dos euclidianos ainda fazia eco a muitas das bandeiras levantadas tanto pela Ação Integralista Brasileira (AIB) na década de 1930, quanto pela sua posterior reorganização no Partido de Representação Popular (PRP) entre 1946 a 1955. Nas eleições presidenciais de 1955, por exemplo, Plínio Salgado foi o candidato mais votado em várias cidades paranaenses como Curitiba, Ponta Grossa, Castro e Teixeira Soares, o que demonstra a significativa acolhida que as ideias de Plínio receberam na região.¹³³

¹³⁰ Um exemplo dessa tendência pode ser encontrado num pequeno texto de Alcântara Nogueira sobre Nami Jafet, imigrante libanês radicado em São Paulo: “Iríamos longe se desenvolvêssemos essa preocupação de Jafet, procurando fazer da ciência um instrumento de aproximação do homem de Deus. Por várias vezes, quando mais indica sua habilidade de pensador espiritualista, como nos artigos – A lei universal e A Providência sagrada, êle se esforça para fazer dêste congraçamento da Ciência e do ser supremo um dos pontos mais altos do saber humano”. NOGUEIRA, Francisco de Alcântara. Um pensador do Oriente Médio. **Tapejara**. Ponta Grossa, n. 2, ano 1, dezembro de 1950, p. 5.

¹³¹ DITZEL, **O arraial e o fogo da cultura...**, op. cit., p. 158.

¹³² Id. **Manifestações autoritárias: o Integralismo nos Campos Gerais (1932-1955)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2004, p. 255-257.

¹³³ Foi justamente esse fato que levou Carmencita Ditzel a estudar em sua tese de doutorado o Integralismo na região dos Campos Gerais. Para que a proximidade entre as propostas integralistas de Plínio e o ideário do CCEC fique mais clara, citamos aqui um pequeno trecho de sua tese: “Plínio Salgado [...] vê o Integralismo como revolução de valores, revolução do espírito. ‘É a base única sobre a qual se pode erigir o edifício de uma ordem nova adequada às circunstâncias dos tempos. Ou adotamos uma concepção segura do Universo e das leis a que está subordinado, assim como do Homem e do seu papel no mundo da matéria e no mundo do Espírito, ou então nada faremos de definitivo como construção de ordem e de paz’”. DITZEL, **Manifestações autoritárias...**, op. cit., p. 120-121.

Embora seja ingênuo imaginar que todos os indivíduos vinculados ao CCEC militassem em favor das mesmas ideias, é razoável supor que haveria uma identificação substancial dos correspondentes com o projeto endossado pelo grupo, podendo-se até mesmo pensá-los como uma espécie de “comunidade interpretativa”.¹³⁴ De qualquer modo, haveriam ainda mais alguns pontos concordantes entre os correspondentes do CCEC, tal como veremos logo adiante.

2.3. A BATALHA DA CULTURA

Ao tomar contato com as correspondências do CCEC, chamou-nos a atenção não só o clima entusiástico com que eram então tratados os afazeres científicos e literários, não só a insistente renúncia aos interesses egoístas e mundanos, não só as palavras, termos e conceitos nelas utilizados, mas também a visão decadentista que tanto acalentavam. Segundo o que apregoava essa visão, a cultura e o mundo ou se encontrariam em avançado movimento descendente, ou já teriam mesmo degradingolado há muito tempo.

Assim, para a maioria dos correspondentes, como pudemos verificar neste trabalho, era a mesquinharia e outros tantos valores tacanhos que reinariam praticamente absolutos no contexto em que viviam. Numa carta de Angyone Costa, por exemplo, os Estados Unidos eram não só excluídos das Américas, mas também considerados uma “nação rapace, governada não pelo cérebro, mas pelo dinheiro, pela volúpia do lucro, por homens gananciosos, sem inteligência. O grande Roosevelt, foi exceção para justificar a regra...”¹³⁵

Por sua vez, além de confirmar o panorama sombrio esboçado pelas correspondências, o jornal *Tapejara* também carregava nas cores, conferindo-lhe contornos ainda mais nítidos. Para Daily Luiz Wambier, o seu secretário, o rumo das coisas não constituiria então nenhuma novidade:

Ora, todos nós sabemos que o mundo vai mal, por obra dêsse estranho fenômeno que vem invertendo a ordem dos valores humanos, nos seus vários setores e nas suas múltiplas maneiras de se manifestar.
É certo que o burrismo está dominando a inteligência e se transformando em cultura.
É a mais triste e dolorosa realidade dos nossos dias [...].

¹³⁴ O termo é de Stanley Fish e é definido por Roger Chartier como a pertença a “um mesmo conjunto de competências, de normas, de usos e de interesses”. CHARTIER, Roger. História e literatura. In: **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 258.

¹³⁵ Carta de Angyone Costa ao CCEC. Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1951.

Tenho de mim para mim que tudo se decompõe neste melancólico crepúsculo de uma civilização essencialmente materialista. Estamos dobrando a última esquina que nos conduz ao abismo da mais profunda decadência moral, espiritual e intelectual.¹³⁶

Sem dúvida, muitos outros euclidianos concordavam em absoluto com a observação Wambier. Um deles, por exemplo, era o advogado, poeta, teatrólogo e fabulista Serafim França, autor de uma carta que aborda praticamente todos os aspectos até aqui comentados. Como de praxe, porém, a mensagem começava agradecendo sua acolhida por parte do CCEC:

Sensibilisou-me [sic] profundamente o gesto honroso desse Centro e dele muito me envaideço de pertencer, contribuindo com tudo o que estiver ao meu alcance para a realização [sic] de suas magníficas finalidades.
Somente as obras do espírito poderão nos assegurar uma vida melhor, no mundo de confusão em que vivemos.
Poucos são os homens que olham para o céu. Trava-se em toda a parte uma luta de egoísmo inferior, de visão terra a terra, destruindo as virtudes e embargando os caminhos de felicidade.
Invade-nos um materialismo grosseiro, destruidor de nossos princípios de civilização [sic].
Temos que congregar as forças imunes, num idealismo construtivo.
A reação do espírito é como a dos raios luminosos no seio da treva.
Temos altos guias para a cruzada redentora.
O pensamento tem mais poder do que a espada.
É nobre a missão dos batalhadores da luz, contra os inimigos da sombra.
Havemos de afirmar a nossa pátria com a inspiração colhida nas palpitações de sua grandeza e não com o negativismo intruso que nos rebaixa e destrói.
Temos que estudar e sonhar, criar asas e não patas de chumbo.
Cada Centro Cultural é uma torre de sonho e defesa.
Não importa que sejam poucas as legiões dessa peleja. A causa é a da verdade sagrada, que tem energia invencível.
Havemos de pôr sól no cáos. Contribuiremos, ao menos, com uma centelha.
Replantaremos as seáras devastadas por Átila [...].
Vamos trabalhar pela espiritualidade, em sua latitude mais pura.
Eu sou um obreiro modesto, mas deligente [sic]. Farei o que puder.¹³⁷

Como se pode ver, Serafim França resume como ninguém as principais motivações evocadas nas demais correspondências. Em sua carta, ele fala em “obras do espírito”, “egoísmo inferior”, “materialismo grosseiro”, “idealismo construtivo”, etc. Além disso, é realmente difícil deixar de notar o teor religioso de algumas das suas considerações. O conflito que ele aponta, por exemplo, se traduz nos termos de uma “cruzada redentora” (sob a bandeira da “verdade sagrada”) contra os “inimigos” oriundos das “sombras”. O idealismo que insiste em defender, por sua vez, teria algo a ver com voltar ou não os olhos para o céu. Observando a carta ainda com mais atenção, percebemos que os termos utilizados se distribuem nitidamente entre dois extremos antagônicos: o do “bem” (idealismo,

¹³⁶ WAMBIER, Daily Luiz. *Vocação para Mártir. Tapejara*. Ponta Grossa, n. 7, ano 2, junho de 1952, p. 1.

¹³⁷ Carta de Serafim França a Cyro Ehlke, secretário do CCEC. Curitiba, 10 de setembro de 1951.

espiritualidade, luz, sol, etc.), e o do “mal” (materialismo, egoísmo, treva, caos, etc.). No plano vertical, o embate se exprimia da seguinte forma: sonhos e imaginação contra a mesquinha da “visão terra a terra”; “asas” contra o enraizamento e imobilidade das “patas de chumbo”.

Em 1957, Aníbal Ferreira Marques certamente partilhava da opinião manifestada por França e por Wambier, pois ao ser incluído no quadro social da agremiação revelou: “Foi, pois, com viva satisfação que recebi a notícia, e isto porque, pelas poucas vezes que estive nêsse meio pude notar que o ambiente é dos melhores e mais recomendáveis possível, daquêles que se tornam cada vez mais escassos [sic] no mundo odierno [sic]”.¹³⁸

Num outro sentido, o lamento pela desapareção desses espaços e as constantes denúncias sobre o declínio intelectual e espiritual acabavam gerando um sentimento de perda de referenciais perceptível em muitos textos. É exatamente esse sentimento que transparece, por exemplo, nos versos do poema “Esquisitice”, de Luiz Otávio: “Sonhos bons que já morreram.../Ideais que se perderam.../E a Vida, triste, a rolar!.../Renuncia fraca... indecisa.../E uma Saudade imprecisa/que quase nos faz chorar...”.¹³⁹

Além disso, esse sentimento de perda também seria expresso em construções idílicas e idealizadas, geralmente envolvendo a infância ou a juventude. É o que se pode ver numa pequena crônica de Heitor Ditzel, publicada em dezembro de 1950. Seu assunto eram justamente as reminiscências do seu tempo de colegial:

Tôdas essas lembranças me vêm agora, porque o Colégio Sant’Ana – por onde passaram verdadeiras legiões de pequenos pontagrossenses, em busca das luzes das primeiras letras –, o Colégio Sant’Ana, dizia eu, está prosaicamente à venda. Isto é, todo o terreno e o prédio onde funcionava a Escola, aquele prédio de construção singular da Praça Barão do Rio Branco.

Já foi vendido o terreno em que se achava a “Escola Verde” – como a chamávamos –, vetusto casarão de madeira, situado à Rua Coronel Cláudio, e que fazia parte do patrimônio do antigo Colégio.

E não vos cause espécie se amanhã virdes surgir, em seu lugar, uma casa comercial qualquer. E não vos espanteis tão pouco se for vendido em lotes o enorme terreno do Colégio, e se êsse último se transformar vulgarmente num hotel ou mesmo num depósito comercial.

Dizem que é o progresso que requer tôdas essas transformações [...].

Nessa época materialista em que vivemos, a agitação da vida moderna não permite quedarmos na recordação dos tempos que, aí de nós – não voltarão jamais.

Relembrar, porém, é bom; dizem que recordar é viver...

E, se guardamos sempre conosco algo dos nossos tempos de criança; se não nos é possível retornar àqueles anos felizes e descuidados da infância, porque então não recordar?

Quando o utilitarismo dos tempos atuais leva de roldão algo a que estivemos ligados por profundas razões sentimentais; quando vemos desaparecer alguma cousa que

¹³⁸ Carta de Aníbal Ferreira Marques ao CCEC. Ponta Grossa, 2 de outubro de 1957.

¹³⁹ OTÁVIO, Luiz. **Tapejara**. Ponta Grossa, n. 4, ano 1, junho de 1951, p. 4.

conhecemos desde a mais remota infância e nos traz tão gratas e longínquas recordações, a gente sente tanto como se estivessem tirando algo do nosso próprio coração.¹⁴⁰

Assim como no caso de Serafim França, o argumento de Heitor Ditzel privilegiava a contraposição direta entre certas noções, a saber, entre as noções de antigo/moderno e material/espiritual. Em sua crônica, vemos então surgir mais uma vez – sob a forma de recordação nostálgica – a propalada acusação de que os interesses econômicos e comerciais estariam suplantando paulatinamente as iniciativas de caráter cultural e intelectual.¹⁴¹

Nesse sentido, todos decerto concordariam com as palavras que foram registradas à máquina pelo professor, advogado e jornalista Raul Rodrigues Gomes (ver Anexo A). Dirigindo-se ao presidente e aos demais diretores do CCEC, dizia ele em fevereiro de 1949:

Vossa atuação é oportuníssima e de inestimável alcance. Si problema existe no Paraná merecedor de cuidados diurnos e noturnos é o do incremento de nossa cultura.

Pois esta não é palavra vã. O grande Littré define-a assim: “trabalho da terra, conjunto de operações próprias a obter do solo os vegetais de que os homens e os animais domésticos precisam”.

Noutro parágrafo, o magnífico dicionarista dá-nos o sentido figurado do termo: “A cultura das letras, das ciências, das belas artes”. E abona esse sentido com um passo de Cícero, tirado de seu discurso em defesa de Archias: “O pouco de conhecimento que possuo devo-o à cultura das boas letras”.

Na sua versão reta, portanto, cultura significa o rude trato do solo, assistência às suas faltas, solicitude permanente às plantas.

Ora, a terra da cultura intelectual é a biblioteca. E esta infelizmente não na possuímos, pois as existentes portadoras de tal denominação não passam de coleções de livros.

Não contamos ainda com uma verdadeira consciência [sic] cultural, não tendo podido ainda no-la fornecer a presença de muitos casos de esforços individuais, notáveis e honrosos para nossa terra.

Si o destino retivera César Lattes em Curitiba, nunca se tornaria no sábio do meson! Isso não obstante nossas 14 e na iminência de 16 faculdades superiores! Bosquejei aí o nosso problema. Assim todo surto de núcleos dotados de programa específico de trabalhar pela nossa cultura deve merecer o apoio da intelectualidade. Cogita-se de obra essencial e urgente e indispensável. Daí o mérito de C. C. Euclides da Cunha. Chamado a cooperar convosco, ponho a insignificância de meus préstimos a vosso dispor.¹⁴²

¹⁴⁰ DITZEL, Heitor. Divagando... **Tapejara**. Ponta Grossa, n. 2, ano 1, dezembro de 1950, p. 7.

¹⁴¹ Neste ponto, cabe fazer uma breve comparação com o quadro detectado por Nicolau Sevckenko em relação à intelectualidade do início do século XX. A semelhança é deveras notável: “Assistindo com um misto de horror e náusea à ‘vitória do materialismo e do individualismo’, vendo reduzirem-se os valores a padrões de mercado e consumo, mal podem conter seus lamentos de reprovação e repúdio à nova realidade. Fechados no seu aristocratismo hedonista, cultivando até o último extremo suas noções puras e altruístas de solidariedade, serão candidatos certos à tísica e à miséria, não tergiversando jamais com seus princípios. Entregavam-se, na sua dignidade de derrotados, a uma resistência surda contra o mundo que os degradava, manifesta por uma sensibilidade etérea e sutil”. SEVCENKO, op. cit., p. 135.

¹⁴² Carta de Raul Gomes ao presidente e demais membros da diretoria do CCEC. Curitiba, 11 de fevereiro de 1949.

Deste modo, se há um ponto em comum entre todos os testemunhos arrolados é o fato de que a cultura constituiria então uma questão palpitante, um problema verdadeiramente urgente. A metáfora da batalha, portanto, não era algo fortuito e nem mesmo se tratava de uma ocorrência isolada no texto das correspondências. O cenário de conflito esboçado por Serafim França, nesse sentido, aparece justificado já em 1949 pelo próprio Raul Gomes, pois logo no início de sua carta ele se define como um “velho e ainda assim não cansado e nem desanimado lutador de nossa cultura”.¹⁴³ Seguindo o seu exemplo, Lázaro Nini de Campos dizia ainda ao presidente do CCEC no mesmo ano:

Embora convicto da fragilidade de meus conhecimentos, não fugirei, contudo, ao imperioso chamado desta agremiação, na sua luta insana e frutífera em prol “da Cultura e da dignificação do Saber”, debaixo da gloriosa égide do nome altíssimo e brasileiríssimo EUCLIDES DA CUNHA”.¹⁴⁴

Reforçando ainda mais esta mesma imagem, em 1951 era o Dr. Raul Piloto quem se referia ao General Murilo Teixeira de Barros como “batalhador incansável dos torneios da cultura”.¹⁴⁵ Escrevendo um ano depois, Albecyr Camargo dirigia-se, por sua vez, “aos batalhadores do Centro Cultural Euclides da Cunha”.¹⁴⁶

De modo semelhante, porém com um pouco menos de dramaticidade, João Alves dos Reis dizia aos confrades do CCEC em 1952: “estou absolutamente às ordens de sua Diretoria, para colaborar na sua árdua tarefa de difusão de seu programa cultural”.¹⁴⁷ Em novembro de 1953, vemos ainda Sílvio Júlio encerrar sua carta apresentando-se como um “velho companheiro de lutas”.¹⁴⁸

Todas essas formulações em defesa da cultura visavam fazer frente ao avanço implacável da “terrível onda de materialismo”¹⁴⁹, muitas vezes identificada com o próprio marxismo.¹⁵⁰ No entanto, a verdadeira preocupação destes intelectuais parece ter sido mesmo a cultura pela cultura, pensada de modo abrangente e universalista. O que realmente os preocupava com relação a isso era o fato de que o tipo de cultura que eles conheciam e rendiam homenagens – o tipo de cultura que forjou suas próprias identidades – estaria então

¹⁴³ Ibid.

¹⁴⁴ Carta de Lázaro Nini de Campos ao presidente do CCEC. Curitiba, 16 de abril de 1949.

¹⁴⁵ Carta de Raul Piloto a Faris Michaele, presidente do CCEC. Ponta Grossa, 20 de novembro de 1951.

¹⁴⁶ Carta de Albecyr V. Camargo à redação do Tapejara. Distrito Federal, 5 de novembro de 1952.

¹⁴⁷ Carta de João Alves dos Reis ao CCEC. Ponta Grossa, 31 de março de 1952.

¹⁴⁸ Carta de Sílvio Júlio aos colegas do jornal Tapejara. Petrópolis, 10 de novembro de 1953.

¹⁴⁹ WAMBIER, Daily Luiz. Sugestão de Natal. **Tapejara**. Ponta Grossa, n. 2, ano 1, dezembro de 1950, p. 1.

¹⁵⁰ Num editorial do *Tapejara* cuja autoria é atribuída a Faris Michaele aparece uma referência nesse sentido. No texto, Faris fala das filosofias materialistas: “São, por assim dizer, fracas e sofisticadas interpretações individuais com pretensão a soluções gerais, no que se refere ao homem e seus transcendentais problemas. Exemplo típico é o que denominamos marxismo.” **Tapejara**. Ponta Grossa, n. 9, ano 3, janeiro de 1953, p. 1.

em franco declínio. Daí o estímulo no sentido da criação de bibliotecas, de universidades, de pequenos centros de cultura, de academias, de pequenas revistas e periódicos, etc.¹⁵¹ Tratava-se, em suma, de uma tentativa de salvar o que ainda restava de um mundo em vias de desaparecer.

Os constantes protestos no sentido de uma “restauração cultural”, desse modo, poderiam ratificar a controversa tese de Russell Jacoby sobre o desaparecimento – nos Estados Unidos – daquilo que ele chamou de “intelectual público”, isto é, aqueles “escritores e pensadores que se dirigem a uma audiência educada e não especializada”.¹⁵² Segundo afirma ele, este tipo de intelectual teria saído de cena, dando lugar a um enorme contingente de professores universitários aquartelados nos campi instalados nos subúrbios.¹⁵³ Nesse processo que levou os intelectuais da boemia e dos centros urbanos para o campus universitário e para o subúrbio, Jacoby vê um grande empobrecimento e a perda da vitalidade da cultura pública. “A literatura e a crítica”, observa ele, “teriam se tornado carreiras, não vocações”.¹⁵⁴

Ainda que incorra em algumas generalizações¹⁵⁵, o quadro que Jacoby traça para os Estados Unidos traz alguns dados importantes para pensarmos o caso específico aqui

¹⁵¹ Um exemplo de tais protestos: “Somos de opinião e temos, mesmo, convicção formada de que os nossos poderes têm se descuidado de tão transcendente necessidade [bibliotecas públicas], sem as quais a nossa formação espiritual continuará a encontrar muralhas para o aprimoramento desejado e de que tanto temos falta, nada adiantando que pequenas elites se esfalfem pela renovação da mentalidade brasileira nos grandes centros do país quando o ‘hinterland’ permanece nas trevas e é tão desconhecido como as densas e impenetráveis como o Inferno Verde”. GUZZONI, Rolando. Quando teremos a nossa Biblioteca Pública? **Tapejara**. Ponta Grossa, n. 12, ano 3, dezembro de 1953, p. 1.

¹⁵² JACOBY, Russell. **Os últimos intelectuais**: a cultura americana na era da academia. São Paulo: Trajetória Cultural/Ed. USP, 1990, p. 18.

¹⁵³ Vejamos o que dizia Florestan Fernandes sobre o assunto em 1978: “Revido esse passado tão recente – e que, não obstante, nos parece tão remoto! – sou forçado a fazer certas constatações melancólicas. Os cientistas sociais perderam muito terreno na comunicação com o chamado ‘grande público’ e na colaboração freqüente em jornais diários ou revistas de ‘alta cultura’. A comunicação de massa destruiu os nichos que ainda davam cobertura a uma maior participação intelectual dos cientistas sociais, na discussão de temas de interesse geral, e a sociedade de consumo fez o resto, absorvendo o seu tempo de lazer em atividades características dos setores médios ‘afluente’. Doutra lado, uma profissionalização mal entendida tende a reproduzir, aqui, os mesmos estragos que fez nos Estados Unidos, incentivando o isolamento intelectual e político dos ‘acadêmicos’, fechados cada vez mais dentro dos seus muros e entre os seus pares”. FERNANDES, Florestan, apud VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e Missão**: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964). Rio de Janeiro: Funarte/FGV, 1997, p. 284.

¹⁵⁴ *Ibid.*, p. 73.

¹⁵⁵ Edward Said diz o seguinte sobre o diagnóstico de Jacoby: “A ameaça específica ao intelectual hoje, seja no Ocidente, seja no mundo não ocidental, não é a academia, nem os subúrbios, nem o comercialismo estorpecido do jornalismo e das editoras, mas antes uma atitude que vou chamar de profissionalismo. Por profissionalismo eu entendo pensar no trabalho do intelectual como alguma coisa que você faz para ganhar a vida, entre nove da manhã e cinco da tarde, com um olho no relógio e outro no que é considerado um comportamento apropriado, profissional – não entornar o caldo, não sair dos paradigmas ou limites aceitos, tornando-se, assim, comercializável e, acima de tudo, apresentável e, portanto, não controverso, apolítico e ‘objetivo’”. SAID, Edward W. *Profissionais e amadores*. In: **Representações do intelectual**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 78.

estudado. Ele nos fala, por exemplo, das grandes alterações que a vida intelectual sofreu, especialmente a partir de meados da metade do século passado. No caso norte-americano, ele fala da reestruturação das cidades, da desaparecimento dos ambientes boêmios, do boom da universidade nos anos 1960, etc. Combinados, todos estes fatores acabaram imprimindo mudanças significativas na vivência, no próprio trabalho intelectual e também no seu público. Assim, o que Jacoby destaca é o papel e o potencial do cotidiano em todo esse processo. O tipo e o ritmo de vida a que o intelectual está submetido interferem diretamente na sua linguagem, no vocabulário utilizado, nas temáticas sobre as quais escreve, na sua relação com o mundo social, etc.

Ora, as correspondências aqui estudadas também se inserem num contexto em que as instituições universitárias se consolidavam no país, implicando assim em consideráveis transformações no próprio modelo de formação e atuação do intelectual. Na verdade, poder-se-ia dizer que as cartas estariam situadas justamente num momento de transição de um modelo de intelectual mais humanista e generalista, para outro mais técnico e especializado.¹⁵⁶ Elas demonstrariam, portanto, uma pequena faceta do modo como esta mudança foi percebida e vivenciada por um pequeno grupo de intelectuais localizados no interior do país.

A crítica ao materialismo e aos caracteres dos novos tempos, temas diletos das correspondências, integrariam também um outro importante processo histórico então em curso. De acordo com Peter Sloterdijk, por exemplo, esta celeuma, característica do período, marcaria os últimos estertores do que ele chamou de “era nacional-humanista”.¹⁵⁷ Segundo o filósofo alemão, as modernas sociedades de massa não mais se reconheceriam no velho modelo fornecido pela tradição humanista, assentado no ideal de uma grande sociedade literária – a *République des Lettres* – e baseado na comunicação por meio da escrita. Este ideal, portanto,

¹⁵⁶ Heloisa Pontes caracteriza muito bem este processo ao estudar a trajetória do Grupo Clima, formado em São Paulo em meados de 1939. Ver: PONTES, Heloisa. **Destinos mistos**: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968). São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Sobre essa mesma questão, Luís Rodolfo Vilhena afirmou que o “intervalo entre 45 e 64 pode também ser caracterizado, grosso modo, como um período de transição no desenvolvimento das ciências sociais no Brasil. Ingressando na universidade durante os anos 30, as ciências sociais buscaram consolidar, nas décadas seguintes, essa institucionalização, ampliada com a expansão quantitativa das faculdades de filosofia, e experimentar novos modelos, muitas vezes efêmeros. Em fins dos anos sessenta, em pleno regime militar, esse quadro irá alterar-se com a série de transformações, desencadeadas em grande parte pela Reforma Universitária, que definiu um novo padrão institucional que vigora até hoje para essas ciências, incluindo a departamentalização das universidades, o surgimento de um novo modelo de pós-graduação, a consolidação do financiamento (raro até então) regular à pesquisa por agências financiadoras estatais e fundações internacionais etc.”. VILHENA, op. cit., p. 23.

¹⁵⁷ SLOTERDIJK, Peter. **Regras para o parque humano**: uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo. São Paulo: Estação Liberdade, 2000, p. 15.

já não bastaria para atar os laços telecomunicativos entre os habitantes de uma moderna sociedade de massas. Com o estabelecimento midiático da cultura de massas no Primeiro Mundo em 1918 (radiodifusão) e depois de 1945 (televisão) e mais ainda pela atual revolução da Internet, a coexistência humana nas sociedades atuais foi retomada a partir de novas bases. Essas bases, como se pode mostrar sem esforço, são decididamente pós-literárias, pós-epistolares e, conseqüentemente, pós-humanistas. Quem considera demasiado dramático o prefixo “pós-” nas formulações acima poderia substituí-lo pelo advérbio “marginalmente” – de forma que nossa tese diz: é apenas marginalmente que os meios literários, epistolares e humanistas servem às grandes sociedades modernas para a produção de suas sínteses políticas e culturais. A literatura de modo algum chegou ao fim por causa disso; mas diferenciou-se em uma subcultura *sui generis*, e os dias de sua supervalorização como portadoras dos espíritos nacionais estão findos. A síntese social não é mais – nem mesmo em aparência – algo em que livros e cartas tenham papel predominante. Nesse meio tempo, novos meios de comunicação político-cultural assumiram a liderança, reduzindo a uma modesta medida o esquema das amizades nascidas da escrita. A era do humanismo moderno como modelo de escola e de formação terminou porque não se sustenta mais a ilusão de que grandes estruturas políticas e econômicas possam ser organizadas segundo o amigável modelo da sociedade literária.¹⁵⁸

Em suas considerações, o filósofo alemão refere-se evidentemente ao contexto europeu, o que todavia não invalida a adequabilidade do quadro a outras porções do globo, especialmente àquelas de matriz ou colonização europeia como é o caso do Brasil. Deste modo – e ainda que estivessem restritas a um pequeno grupo de intelectuais interioranos – as correspondências aqui investigadas não só integrariam este humanismo epistolar e literário, mas também falariam talvez do curso dramático do seu ocaso. Trata-se, mais uma vez, de um pequeno registro de como algumas etapas desse processo foram encaradas e compreendidas por um reduzido número de pessoas na metade do século passado. Em outras palavras, tentamos apontar aqui apenas uma parte das ideias que mobilizaram a faina programática dos correspondentes do CCEC, relacionando-as ao final com alguns movimentos históricos que ainda estariam em pleno curso no contexto do pós-guerra.

Vale dizer, no entanto, que o nosso objetivo neste capítulo não era e nem mesmo poderia ser o de aprofundar o debate sobre tais questões, pois isso demandaria realizar uma investigação à parte, constituindo-se então em matéria para um outro trabalho. Em lugar disso, o que procuramos fazer ao longo de todas essas páginas foi explorar com mais vagar as correspondências e alguns números avulsos do jornal *Tapejara*, tentando identificar os principais componentes que fundamentariam o fervor intelectual anteriormente apontado. Assim, se a esta altura a problemática perseguida neste trabalho parece finalmente ter ficado clara, resta-nos apresentar ainda os elementos teóricos e conceituais que tornaram possíveis a

¹⁵⁸ Ibidem, p. 14-15.

sua formulação e, do mesmo modo, que o justificariam junto aos rumos atuais tomados pela historiografia. Como o dimensionamento do nosso objeto depende em muito de se considerar a irreduzibilidade dos componentes subjetivos e afetivos que integravam as vidas de outrora, nada melhor do que prosseguirmos se reportando às suas potencialidades e especificidades como um possível e profícuo caminho de reconstrução histórica.

Capítulo 3

AJUSTAMENTOS OU DO ENTUSIASMO INTELECTUAL COMO MOTE DE REFLEXÃO HISTORIOGRÁFICA

O historiador é um voyeur. Em um sentido metafórico, é um voyeur necrófago. Neurótico obsessivo por excelência, ele se interessa pelos mortos.

Ricardo da Costa¹⁵⁹

Definir o trabalho do historiador nos termos da epígrafe acima pode parecer a muitos um simples e velho truísmo. No caso da presente pesquisa, porém, arriscaremos afirmar que ela – a definição – forneceu uma das principais chaves de leitura para uma apreensão mais adequada do problema anteriormente explorado. Indo um pouco mais longe, poder-se-ia mesmo dizer que, independentemente do tema ou do objeto que se queira investigar, este modo de ver e de compreender o ofício do historiador seria ainda de grande utilidade no trato com o passado, pois nunca será demasiado lembrar que é em geral dos mortos e desaparecidos que aí se procura falar.

Partindo assim desse preceito inicial, o presente capítulo será dedicado à tarefa de demonstrar quais seriam as conveniências epistemológicas trazidas por esta forma particular de se pensar a história. O nosso objetivo, por conseguinte, será o de buscar entrever as correspondências e as possíveis ressonâncias dessa concepção na problemática anteriormente investigada, de modo que nos seja permitido fornecer à mesma uma justificativa teórico-metodológica suplementar. Para fazer isto, para procurar restituir à história a legitimidade e a importância de seu quinhão de humanidade – e para pensá-lo dentro do quadro fornecido pela questão colocada –, trataremos de estabelecer um diálogo com alguns teóricos e historiadores que, de alguma forma, parecem partilhar uma visão semelhante daquilo que seriam os principais fundamentos do trabalho historiográfico.

¹⁵⁹ COSTA, Ricardo da. O conhecimento histórico e a compreensão do passado: o historiador e a arqueologia das palavras. **Revista Outros Tempos**. São Luís, vol. 1, n. 1, p. 55.

Para começar então o nosso diálogo, evoquemos uma das manifestações mais conhecidas nesse sentido, que é sem dúvida a do historiador norte-americano Robert Darnton. Para este, um de seus grandes objetivos enquanto historiador consistiria justamente na tentativa de entrar em contato com aquilo que o romancista russo Gogol chamou de “almas mortas”.¹⁶⁰ Em diversas entrevistas e também em seus trabalhos, Darnton reafirma constantemente esta mesma perspectiva, mas sempre procurando afastá-la da associação a uma interpretação puramente romântica da história. Para ele, o trabalho nos arquivos forneceria não só uma ocasião para se tentar estabelecer contato com indivíduos diferentes e bastante distantes no tempo e no espaço, mas proveria também um verdadeiro corretivo para as interpretações românticas do passado. A este respeito, Darnton nos lembra que, contrariamente àquilo que fazem os filósofos e os literatos, os historiadores precisam dispor de evidências para sustentar seus argumentos, não podendo simplesmente inventá-las em suas cabeças. Para Darnton, a relação com os documentos assim estabelecida desempenharia uma grande e importante função: a de manter o historiador honesto.¹⁶¹

O que deve ficar claro, no entanto, é que se a visão de história de Darnton não faz dele um romântico ingênuo, sua ênfase no papel dos arquivos também não o torna uma espécie de positivista inveterado. Ainda que nunca tenha escondido sua simpatia pelo empirismo britânico, Darnton tem sim plena consciência dos aspectos arbitrários e literários implicados no trabalho historiográfico. Assim, quando afirma que os arquivos e documentos seriam capazes de conservar a honestidade do historiador, Darnton se refere ao fato de que aquele que se ocupa do estudo do passado – o historiador, portanto – deve acima de tudo saber respeitá-lo enquanto tal. Em outras palavras, ele deve saber respeitar os mortos e os desaparecidos, pois não pode negligenciar em absoluto os acontecimentos e a dimensão real concreta das vidas de outrora. Consequentemente, encarar o trabalho historiográfico a partir deste prisma significaria reconhecer a própria especificidade da história enquanto disciplina, uma vez que a finalidade do conhecimento histórico – a mais nobre, pelo menos – é justamente procurar um meio de se aproximar o mais possível tanto dos elementos interiores quanto dos elementos exteriores das vidas situadas em um outro tempo.

Levar a cabo um tal projeto, em todo caso, não é evidentemente uma tarefa fácil. Em primeiro lugar, empreender uma reflexão dessa natureza exigiria do historiador – ou do pesquisador – aquela postura de honestidade para com o passado a que se referiu Robert

¹⁶⁰ DARNTON, Robert. Uma entrevista com Robert Darnton. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989, p. 232.

¹⁶¹ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **As muitas faces da história**: nove entrevistas. São Paulo: Unesp, 2000, p. 240.

Darnton. Isto significaria, entre outras coisas, aderir à crença de que seria sim “possível [tentar] compreender outras formas de pensamento, porque elas realmente existiram e deixaram traços de sua existência nos arquivos, assim como em fontes impressas”.¹⁶² Significaria considerar, de igual modo, que o exercício de apreensão do passado não deve ser senão “um *ato de amor*, amor na plena acepção da palavra, um dar sem esperar nada em troca, um olhar para trás e desejar apenas entender o que aconteceu, participando de uma perspectiva comum com o texto estudado”.¹⁶³ A adesão a esta postura implicaria assim não só a recusa às interpretações demasiado cétricas – para não dizer niilistas – da história, não só o respeito pelas existências pretéritas em si mesmas, mas também a adoção de um tipo de olhar como que mais purificado. É como diz Gadamer:

Sem essa “purificação”, a luz que recebemos da consciência histórica não é mais do que uma luz turva, inoperante. Sem ela, nossos conhecimentos sobre o historicamente “outro” não são mais do que simples reduções. Um procedimento cognitivo que envolve preconceito ou antecipações, idéias pré-concebidas sobre o método e sobre o que deve ser um dado histórico, nivela a experiência e conduz inevitavelmente a uma traição do que é especificamente “outro”.¹⁶⁴

Assim, e em se tratando do contato com as fontes – a sua matéria-prima –, “o historiador não pode e não deve estar contaminado pela tentação de possuí-las, de dominá-las, de alterá-las com suas palavras (ou mesmo destruí-las), mas sim de entender aquele tempo que escolheu para devanear”.¹⁶⁵

É nesse sentido que deve ser entendida, por exemplo, a observação do historiador francês Alain Corbin sobre a necessidade de não se impor, mas sim de se deixar emergir o sentido dos documentos.¹⁶⁶ É também nessa mesma direção que deve ser interpretada a advertência perspicaz de Henri-Irénée Marrou sobre o tipo de comportamento que teria o bom historiador. Para ele, seria necessário abandonar a antiga paranoia dos velhos mestres positivistas, que submetiam todos os documentos a um rigoroso regime de desconfiança metódica. O historiador, para Marrou, não deveria mais

¹⁶² DARNTON, Uma entrevista..., op. cit., p. 233.

¹⁶³ COSTA, op. cit., p. 55.

¹⁶⁴ GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 65.

¹⁶⁵ COSTA, op. cit., p. 56.

¹⁶⁶ “Digo freqüentemente que, frente a um documento, é preciso deixar emergir o sentido, não se deve impô-lo. Isso obriga o historiador a refletir sobre seus procedimentos: ‘Não estou enfiando aquilo dentro do que eu penso, dentro do que eu quero, dentro de minha ‘caixa?’”. CORBIN, Alain. Alain Corbin: o prazer do historiador. Entrevista concedida a Laurent Vidal. **Revista Brasileira de História**, vol. 25, n. 49, p. 26. Sobre esse ponto ver ainda o prefácio de CORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

adotar, em relação às testemunhas do passado, esta atitude carrancuda, esmiuçadora e rabugenta, que é a atitude do mau policial para quem toda pessoa intimada a prestar depoimento é *a priori* suspeita e tida como culpada até prova em contrário; tal superexcitação do espírito crítico, em vez de ser uma qualidade, seria para o historiador um vício radical, que o tornaria praticamente incapaz de reconhecer o significado real, o alcance, o valor dos documentos que estuda; uma atitude desse tipo é tão perigosa em história como, na vida cotidiana, o medo de ser iludido, traço de caráter que Stendhal gosta de atribuir às suas personagens (“suponho sempre que a pessoa que me fala quer enganar-me”...).¹⁶⁷

Para Marrou, uma das condições fundamentais para o estabelecimento da compreensão histórica seria pensá-la justamente como uma espécie de relação dialética do *eu* com o *outro*, o que por sua vez pressuporia não um regime de suspeita, mas uma abertura de espírito, uma comunhão fraternal, enfim, um profundo laço de amizade. Sem essa inclinação desarmada, sem a presença dessa fina sintonia entre sujeito e objeto – numa palavra, sem a *epokhé* – o conhecimento histórico não poderia se realizar em toda a sua completude. Assim, se acaso a corporação dos historiadores tivesse um credo seria talvez este: “Quero conhecer, quero compreender o passado e, antes de tudo, seus documentos, como realmente são; quero amar esse amigo que é um Outro existente, e não, sob seu nome, um ser dotado de razão, um fantasma complacentemente alimentado pela minha imaginação”.¹⁶⁸

Antes que tais considerações também possam vir a ser prematuramente associadas a um romantismo ou a qualquer misticismo alienado e acrítico, vale ressaltar que tal concepção não implicaria na negação ou no afastamento da busca da verdade, horizonte que, apesar de tudo, permanece sendo perseguido implacavelmente por todo projeto historiográfico sério. Na mesma medida, o vínculo amigável que deveria se instaurar entre o historiador e os testemunhos da história também não demandaria um fechar de olhos para a realidade concreta das vidas do passado. Como bem destaca Marrou, a paixão sincera e amistosa que seria necessária para a plena efetivação do conhecimento histórico não eliminaria de modo algum o sentido do real. Muito longe disso, ela apenas cumpriria o papel de mitigar no historiador “essa espécie de incapacidade de comungar, de dizer sim, de reconhecer, onde eles existem, os verdadeiros valores humanos”.¹⁶⁹

Assim compreendida, a busca desta afinidade existencial com o passado teria uma função da maior importância no que se referiria às principais pretensões do conhecimento histórico. Como já observava Marc Bloch em uma famosa passagem da sua apologia da história,

¹⁶⁷ MARROU, Henri-Irénée. **Sobre o conhecimento histórico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 78-79.

¹⁶⁸ *Ibid.*, p. 79.

¹⁶⁹ *Ibid.*, p. 81.

o objecto da história é por natureza o homem. Melhor: os homens [...]. Por detrás dos traços sensíveis da paisagem, dos utensílios ou das máquinas, por detrás dos documentos escritos aparentemente mais glaciais e das instituições aparentemente mais distanciadas dos que as elaboraram, são exatamente os homens que a história procura apreender. Quem não o conseguir será, quando muito e na melhor das hipóteses, um servente da erudição. O bom historiador, esse, assemelha-se ao monstro da lenda. Onde farejar carne humana é que está sua caça.¹⁷⁰

Ora, ao destacar a dimensão humana necessariamente envolvida no processo de produção do conhecimento histórico, Marc Bloch nos lembra simplesmente que, por detrás do processo criminal, do inventário, dos arquivos paroquiais ou do relato do jornal, existiram pessoas. Ele nos lembra, portanto, que enquanto historiadores – e mesmo que ignoremos o fato – é frequentemente das pessoas do passado que falamos: falamos dos seus sofrimentos, dos seus anseios e de tudo o mais que lhes diz respeito. Em uma palavra, nós historiadores falamos da substância das suas vidas, o que para Lucien Febvre também constituiria o verdadeiro objeto da história. Segundo o que ele afirmava ainda no início dos anos 1950, o trabalho do historiador não deveria consistir

apenas em trazer à luz [...] as crises políticas do passado, as aventuras guerreiras e diplomáticas de outrora – em uma palavra: em estudar perpetuamente o Estado e os Estados, mas sim, o Homem, desde o início o homem, o homem que age, aflito, sofrendo e trabalhando, criando êstes magníficos encantamentos de arte e da literatura, construindo, à medida de suas necessidades, as grandes religiões e as grandes filosofias, dotando-se, mental e sentimentalmente de um futuro humano que possa projetar para além de si mesmo e que o leve a libertar-se de seus humildes princípios de bruto, de pobre bruto, mal dotado pela natureza, inferior a tantos brutos poderosos, ferozes e bem armados.¹⁷¹

Para Bloch, o reconhecimento desta dimensão intrínseca do trabalho historiográfico seria de certa forma a própria condição epistemológica do conhecimento histórico. Ao longo de seu trabalho e de suas reflexões,

Marc Bloch já havia percebido a necessidade de existência, tanto na natureza quanto nas sociedades humanas, de um *fundo permanente* por trás da passagem do tempo, pois sem esse *pano de fundo existencial* que damos o nome de *humanidade*, os próprios nomes *homem* e *sociedade* não teriam qualquer significado.¹⁷²

Independentemente disso, é claro que tanto a compreensão positiva de Henri Marrou quanto esta identificação humana e existencial apregoada por Bloch e Febvre – ambas

¹⁷⁰ BLOCH, Marc. **Introdução à história**. 3ª. ed. Lisboa: Europa-América, 1976, p. 28.

¹⁷¹ FEBVRE, Lucien. O homem do século XVI. **Revista de História**. São Paulo, vol. 1, n. 1, 1950, p. 7.

¹⁷² COSTA, op. cit., p. 60. Os grifos são do autor.

estritamente vinculadas – ainda poderiam se beneficiar muito bem dos processos de crítica interna e externa dos documentos. O verdadeiro problema residiria assim não no emprego da crítica documental em si, mas sim no fato de que, enquanto crítica *évènementielle*, enquanto crítica dos acontecimentos, ela não daria mais conta da forma como a história era pensada já na época do próprio Marc Bloch. De lá pra cá foram muitas as mudanças no campo historiográfico, e, como sabemos, o embate já não é mais com o positivismo ou com a filosofia da história. Apesar disso, os apontamentos de Bloch, de Febvre e de Marrou ainda nos parecem perfeitamente pertinentes e válidos no contexto da historiografia contemporânea, uma vez que procuram enfrentar justamente os problemas da subjetividade e da objetividade envolvidos no processo de produção do conhecimento histórico, demarcando então quais seriam as suas principais especificidades.¹⁷³ Daí serem observadas, por exemplo, muitas semelhanças entre as suas perspectivas e aquela defendida mais recentemente por Robert Darnton no tocante à postura do historiador. Assim como Darnton, Marrou também acredita que a prática historiográfica deveria desenvolver no praticante uma humildade constante e profunda. Para ele, assim como para o historiador norte-americano, a história seria o encontro e a comunicação com outrem, donde a necessidade de sempre se mostrar aberto e receptivo no contato com os documentos.¹⁷⁴

Para Marc Bloch as coisas também não seriam muito diferentes, pois a seu ver a sensibilidade ao elemento humano estaria ou deveria igualmente estar no centro de qualquer projeto historiográfico. Segundo o historiador francês, a sedução exercida pela história vincular-se-ia justamente àqueles aspectos que transcenderiam as austeridades e o caráter mais imediatamente técnico da investigação sobre o passado. Para ele, assim como para Alain Corbin, Georges Duby e outros, a dedicação à história deveria em primeiro lugar ser pautada pelo simples prazer de realizá-la. Para o medievalista Bloch, tal sentimento seria então um pré-requisito fundamental: “Antes do desejo de conhecimento”, observava ele, “o simples

¹⁷³ “Marrou elabora suas reflexões a partir da leitura de Collingwood, W. Dilthey e R. Aron, a elas acrescenta sua experiência de historiador e é disso que se faz a sua aversão ao positivismo que pretende fazer da história uma ciência objetiva e que o faz também descartar a noção hegeliana de uma filosofia da história, de uma especulação sobre o futuro da humanidade. Aproximando-se ou distanciando-se desses autores, diz Marrou: o verdadeiro problema é um problema kantiano, ou seja: em que condições o conhecimento histórico é possível? Seu projeto é o de uma história não-objetiva mas não totalmente subjetiva, pois o perigo do relativismo sempre existe. Reconheçamos que essa é uma discussão contemporânea e, ao que parece, sem prazo para ser concluída”. LOPES, Eliana Marta Teixeira. Henri-Irénée Marrou: historiador engajado, um autor esquecido. **Cadernos de História da Educação**, n. 4, jan./dez. 2005, p. 40.

¹⁷⁴ “O trabalho do historiador que interpreta documentos supõe o fato da comunicação interpessoal e nele se baseia, posto que em última instância a utilização de um documento é a interpretação de um signo produzido pelo homem e é a ele a quem primordialmente significa. A fundamentação filosófica da comunicação interpessoal é básica para justificar o trabalho do historiador”. RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. Perspectiva do neokantismo: Marrou e a epistemologia do conhecimento histórico nos culturalistas brasileiros. **Ethica**. Rio de Janeiro, v. 7, 2000, p. 156-185.

gosto; antes da obra de ciência, plenamente consciente de seus fins, o instinto que leva a ela: a evolução de nosso comportamento intelectual abunda em filiações desse tipo”.¹⁷⁵

Pensado então em conformidade com os termos até aqui apresentados, o trabalho do historiador se caracterizaria como uma modalidade muito especial de regressão temporal, pautada principalmente pelo que se poderia denominar de “*paixão racional*”.¹⁷⁶ Ainda que abusivo ou contraditório, na opinião do também medievalista Ricardo da Costa o conceito parece ser a melhor forma de descrever o tipo de ligação que seria mister existir entre o historiador e o passado que ele estuda. “Sem esse envolvimento, sem esse sentimento, sem essa *paixão racionalizada* e sem esse amor, o historiador estará fadado ao fracasso, pois não criará a comunicação necessária e fundamental ao seu ofício”.¹⁷⁷ O que precisa ficar claro, entretanto, é que essa comunicação deve se estabelecer não só entre o historiador e o passado (através do tema e do objeto construído ou recortado), mas também entre o historiador e seu leitor (por intermédio do texto escrito ou de qualquer outro produto final assumido por seu trabalho). Da maneira mais simples possível, esta última observação encontra respaldo no postulado, talvez já axiomático, de que “todo historiador deve contar a história e contá-la bem”.¹⁷⁸

Para além desta conexão profunda, para além desta atitude honesta, respeitosa, amigável e apaixonada, o trabalho de se pensar historiograficamente o passado envolveria também outros elementos. Em larga medida, procurar reencontrar a coerência, captar os acidentes, declives e curvas próprias de um determinado período exigiria uma postura de estranhamento diante deste. Como observava Robert Darnton há algumas décadas,

uma coisa parece clara a todos os que voltam do trabalho de campo: os outros povos são diferentes. Não pensam da maneira que pensamos. E, se queremos entender sua maneira de pensar, precisamos começar com a idéia de captar a diferença. Traduzido em termos do ofício do historiador, isto talvez soe, simplesmente, como aquela familiar recomendação contra o anacronismo. Mas vale a pena repetir a afirmativa, porque nada é mais fácil do que deslizar para a confortável suposição de que os europeus pensavam e sentiam, há dois séculos, exatamente como o fazemos agora – acrescentando-se as perucas e sapatos de madeira. Precisamos de ser constantemente alertados contra uma falsa impressão de familiaridade com o passado, de recebermos doses de choque cultural.¹⁷⁹

¹⁷⁵ BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 43.

¹⁷⁶ COSTA, op. cit., p. 54. O grifo é do autor.

¹⁷⁷ Ibid., p. 54. O grifo é do autor.

¹⁷⁸ CARDOSO JUNIOR, Hélio Rebello. **Enredos de Clio: pensar e escrever a história com Paul Veyne**. São Paulo: Unesp, 2003, p. 25.

¹⁷⁹ DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos**. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. XV.

Embora o historiador norte-americano estivesse se referindo especialmente aos franceses do século XVIII, seu raciocínio seria igualmente válido e plenamente aplicável em outros contextos históricos. Afinal de contas, por menor que seja a distância temporal que venha a separar o historiador dos documentos por ele estudados – o que é o caso desta pesquisa –, será sempre metodológica e epistemologicamente proveitoso considerá-los como vestígios ou fragmentos de mundos desconhecidos. Lembrando a consagrada fórmula do romancista inglês Leslie Poles Hartley, o passado é um país estrangeiro e lá seus habitantes geralmente pensam e fazem coisas muito diferentes. Deste modo, quando vamos às fontes e

não conseguimos entender um provérbio, uma piada, um ritual ou um poema, temos a certeza de que encontramos algo. Analisando o documento onde ele é mais opaco, talvez se consiga descobrir um sistema de significados estranho. O fio pode até conduzir a uma pitoresca e maravilhosa visão de mundo.¹⁸⁰

No que diz respeito ao estudo que nos propusemos realizar, este estranhamento a que se refere Darnton nos foi provocado principalmente pelo grande entusiasmo que mobilizava as atividades do grupo humano ligado ao Centro Cultural Euclides da Cunha (CCEC), de Ponta Grossa. Como procuramos demonstrar no decurso dos capítulos anteriores, ao se entrar contato com as cartas e com outros documentos deixados pelas pessoas que o constituíam é realmente difícil não se surpreender com o fervor singular que alimentava a busca por seus ideais. O modo como os correspondentes se expressavam, as palavras e os termos que utilizavam, os registros encontrados no jornal *Tapejara*, tudo isso nos chamou muito a atenção. Ora, se é para nós difícil compreender ou captar no presente esta empolgação característica, isso se deve tanto ao fato de que não somos contemporâneos daqueles indivíduos, quanto ao de não pertencermos ao grupo específico que integravam. Apesar de sua aparente simplicidade, esta ideia aponta em direção a uma questão historiográfica fundamental: surpreendemo-nos com as atitudes destas pessoas – apreendidas através dos documentos que deixaram e que chegaram até nós – pois não compartilhamos dos códigos comportamentais próprios que orientavam suas condutas naquele momento; ou seja, porque não nos é dado compreender de imediato o feixe de representações em que estavam assentadas suas experiências. Cabe, portanto, ao historiador, à maneira do antropólogo, penetrar e, na medida do possível, decifrar essa cultura estrangeira do passado. Com efeito, cumpre a ele enfrentar o desafio de tentar reconstruir seu significado, isto é, de tentar interpretá-la.

¹⁸⁰ DARNTON, *O grande massacre...*, op. cit., p. XV.

Para Darnton, tal empresa demandaria o recurso a um método antropológico que de fato teria se tornado bastante caro aos historiadores da cultura. Ainda que para alguns o referido método pudesse parecer suspeitosamente próximo da literatura, ele não deixaria lá de possuir o seu grau de rigorosidade própria. Em primeiro lugar, o método antropológico da história partiria da

premissa de que a expressão individual ocorre dentro de um idioma geral, de que aprendemos a classificar as sensações e a entender as coisas pensando dentro de uma estrutura fornecida por nossa cultura. Ao historiador, portanto, deveria ser possível descobrir a dimensão social do pensamento e extrair a significação de documentos, passando do texto ao contexto e voltando ao primeiro, até abrir caminho através de um universo mental estranho.¹⁸¹

Foi exatamente isso que Darnton procurou fazer nos vários ensaios sobre a história cultural francesa presentes no seu *O grande massacre de gatos*. Ao optar nele pela via de uma história mais antropológica, Darnton manifestava seu descontentamento com a forma com que a história vinha sendo praticada na França, especialmente aquela que se esmerava para alcançar as mentalidades dos homens de um outro tempo. Segundo acusava ele, os franceses, em especial aqueles inscritos na tradição dos *Annales*, tentavam mensurar comportamentos através da contagem e da quantificação, o que por si só já seria algo no mínimo questionável. No entanto – e mais grave ainda – procurava-se fazer isto segundo uma concepção de história que distinguia e hierarquizava diferentes níveis no passado – a cultura, por exemplo, seria o terceiro e derivaria automaticamente dos dois primeiros, a saber, do nível da economia/demografia e daquele da estrutura social.¹⁸²

Nesta perspectiva, os factos de ordem ideológica, mais que cultural, constituíam como que o terceiro andar do edifício: na base, a economia, por cima, a sociedade, mais acima, a ideologia, a cultura, a política, determinadas em última instância pela realidade das relações de produção, mas beneficiárias de uma autonomia relativa. Esta história de inspiração marxista consagrava amplos debates a esta autonomia relativa, mas, totalmente voltada para a luta das classes, retinha sobretudo, na ordem cultural, as ideias políticas e sociais que lhe pareciam “traduzir” ou “reflectir” as contradições sociais e as relações de domínio. O apogeu desta tendência foi a noção de “aparelho ideológico de estado”, cara a Althusser. A cultura não estava verdadeiramente integrada na síntese histórica senão sob a forma de dependência, de uma tradução, ou inculcada em proveito da classe dirigente.¹⁸³

¹⁸¹ DARNTON, *O grande massacre...*, op. cit., p. XVII.

¹⁸² *Ibid.*, p. 329-332.

¹⁸³ PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 127.

Evidentemente, a simples opção por uma história de viés antropológico não pretenderia e nem mesmo seria suficiente para resolver definitivamente todos os problemas teóricos e metodológicos enfrentados pelos historiadores. Sabemos hoje mais do que nunca que falar de história é falar de mudança, de algo que é naturalmente dinâmico, de modo que seria sem dúvida uma ingenuidade – e uma ingenuidade assaz decepcionante – acreditar na existência de uma maneira infalível e definitiva de se pensar e escrever a história. Em outras palavras, isso significaria dizer que o simples fato de crer em tal possibilidade já implicaria na negação de pressupostos fundamentais ao próprio processo de produção do conhecimento histórico.¹⁸⁴ Assim, se para Peter Burke algo teria realmente mudado na historiografia nos últimos anos, é que haveria ainda menos consenso do que antes, especialmente sobre o que afinal constituiria uma boa explicação histórica.¹⁸⁵

Nesse sentido, o recurso a uma abordagem de feição mais antropológica tanto driblaria algumas das dificuldades presentes em uma história estritamente econômica e quantitativa, quanto engendraria, complicaria e colocaria em circulação outros problemas não menos desconfortáveis do que aqueles que por sua vez pretendia solucionar. Em todo caso, uma concepção de cultura inspirada na antropologia traz consigo algumas conveniências que o historiador preocupado em compreender o passado realmente não pode ignorar. Darnton reconhece que os antropólogos até

podem ter abusado do conceito de cultura-como-linguagem, mas isto fornece uma tônica aos historiadores. Porque, se a cultura é idiomática, ela é resgatável. E, se sobreviverem textos seus em número suficiente, ela pode ser escavada dos arquivos. Podemos parar com os esforços para perceber a maneira como os documentos “refletem” seu ambiente social, porque estão encaixados num universo simbólico que é, ao mesmo tempo, social e cultural.¹⁸⁶

Neste tipo de história, o que se pode verificar é que haveria uma espécie de recusa em se enxergar uma clara distinção entre a instância cultural e a social. Ao que parece, em lugar desta separação artificial e arbitrária seria preferível conceder maior espaço e importância ao elemento simbólico, o que definitivamente não implicaria afastar o inquérito historiográfico do campo das contradições e dos conflitos. Como oportunamente esclareceu Roger Chartier, ao trabalhar

¹⁸⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 16.

¹⁸⁵ BURKE, Peter. “O passado é um país estrangeiro”. Entrevista concedida ao Jornal O Globo e ao Globo Universidade no dia 16.05.2009. <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2009/05/16/peter-burke-passado-um-pais-estrangeiro-186814.asp>, consulta em 07/10/2010.

¹⁸⁶ DARNTON, **O grande massacre...**, op. cit., p. 333-334.

sobre as lutas de representações, cujo objetivo é a ordenação da própria estrutura social, a história cultural afasta-se sem dúvida de uma dependência demasiado estrita em relação a uma história social fadada apenas ao estudo das lutas econômicas, mas também faz retorno útil sobre o social já que dedica atenção às estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um “ser percebido” constitutivo de sua identidade.¹⁸⁷

Deste modo, as características apresentadas pelo método antropológico endossado por Darnton o situam claramente no âmbito daquilo que a partir do final dos anos 1980 passou a ser designado pela expressão *Nova História Cultural*. O principal diferencial observado neste novo tipo de história era justamente seu afastamento em relação às teorizações e explicações fechadas da sociologia, abandonadas em nome de uma interface profunda com outras disciplinas como a antropologia e a teoria da literatura. Como bem observou Lynn Hunt a este respeito, tais disciplinas constituiriam campos em que a explicação social não mais seria tratada como ponto pacífico e não problemático.¹⁸⁸ Na famosa fórmula consagrada por Roger Chartier, as atenções teriam então se deslocado de uma “história social da cultura” para uma “história cultural do social”, uma vez que a questão do momento era aquela de se pensar a premente problemática do “mundo como representação”.¹⁸⁹

Em termos práticos, porém, é possível dizer que a chamada Nova História Cultural já teria mais de trinta anos de existência, como o demonstram sem esforço algumas obras de Keith Thomas, de Georges Duby ou de Carlo Ginzburg, todas elas publicadas pela primeira vez ainda nos meados dos anos 1970.¹⁹⁰ Essas e outras obras, para além de suas especificidades contextuais e metodológicas, pareciam já compartilhar uma certa sensibilidade diferenciada para as questões de cunho cultural, traduzindo assim, em âmbito internacional, as importantes transformações então em curso na historiografia.

Em vista disso, não seria mesmo nenhuma extravagância considerar que as posturas historiográficas até aqui comentadas – apesar das claras discontinuidades – guardariam estreitas relações com várias das perspectivas defendidas e levantadas por esta história cultural renovada. Se lembrarmos, por exemplo, que o principal objetivo desta modalidade de história seria aquele de se “pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo”, as convergências sugeridas se tornariam

¹⁸⁷ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *À beira da falésia*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRES, 2002, p. 73.

¹⁸⁸ HUNT, Lynn. História, cultura e texto. In: *A nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 14.

¹⁸⁹ CHARTIER, op. cit., p. 61-79.

¹⁹⁰ As obras a que nos referimos neste parágrafo são as seguintes: DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1982; GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; *Religião e o declínio da magia: crenças populares na Inglaterra, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

realmente bastante evidentes.¹⁹¹ Além do mais, os efeitos concretos destas constatações, como se disse, já se faziam sentir pelo menos desde o final da década de 1960. Num texto desbravador de 1968, por exemplo, Georges Duby tanto exortava os historiadores do seu tempo a se agregarem ao “pelotão conquistador” constituído pelas disciplinas emergentes como a linguística, a psicologia e a antropologia, quanto delineava algumas mudanças significativas que essa aproximação começava a promover no trabalho historiográfico propriamente dito. A história, segundo ele, deveria passar a se preocupar em ser o inventário, numa dada época,

de um conjunto de signos e de símbolos – vocabulário, sintaxe, fórmulas e gestos rituais, figuras expressas pela música, pelo cerimonial ou pelas artes sólidas – que comandam os mecanismos mentais e pelos quais o espírito humano apreende o real, se situa em relação ao tempo, ao espaço e aos outros, e projecta no imaginário os seus desejos e as suas inquietações.¹⁹²

Ainda na década de 1950, o próprio Lucien Febvre também já havia dedicado uma atenção especial a esta mesma questão. Nos seus *Combates pela história*, por exemplo, são bem conhecidas as suas injunções em favor da inclusão da psicologia no horizonte das preocupações do historiador. Ora, esta inclusão só poderia ocorrer, com efeito, mediante o reconhecimento ou reabilitação do papel decisivo desempenhado pelos elementos recônditos da experiência humana, particularmente no que diria respeito aos seus efeitos e implicações no processo de produção do conhecimento histórico. Esperançoso de que o recurso à psicologia pudesse fazer revigorar o gosto pela investigação, Febvre convidava os espíritos embotados a se aventurarem em searas completamente novas e até então inexploradas: aquelas nas quais se deveria equacionar a história em função das sensibilidades.¹⁹³

Inspirados assim em maior ou menor grau pelas exortações de L. Febvre, de M. Bloch, de G. Duby e de outros, vários historiadores, principalmente a partir de fins dos anos 1970, procuraram adentrar e testar as potencialidades deste domínio particular. Aproveitando-se das novas possibilidades de pesquisa abertas pela valorização ou retomada do elemento cultural no questionário historiográfico – e inspirando-se por vezes em sugestões e/ou experimentos anteriores –, historiadores como Jean Delumeau e Alain Corbin arriscaram-se em temáticas bastante inusitadas. Boa parte da obra de Delumeau, por exemplo, é dedicada,

¹⁹¹ PESAVENTO, *História & História Cultural*, op. cit., p. 15.

¹⁹² DUBY, Georges. A história cultural. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 405.

¹⁹³ “Eu peço que se abra um vasto inquérito colectivo sobre os sentimentos fundamentais dos homens e suas modalidades”. FEBVRE, Lucien. Como reconstituir a vida afectiva de outrora? In: **Combates pela história**. 2ª. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1985, p. 230.

em maior ou menor medida, a apreender aspectos relacionados aos sentimentos dos homens no passado (medo, segurança, salvação, etc.). No caso de Corbin, seu interesse em examinar os desdobramentos sociais e simbólicos do uso do olfato na Europa dos séculos XVIII e XIX, e, igualmente, seu esforço em reconstruir o percurso histórico que levou o Ocidente a considerar a praia como um objeto de fruição e de prazer, inscrevem sua obra no campo do que recentemente vem sendo chamado de “história das sensibilidades”. Embora seja talvez incorreto também incluir Delumeau sob tal rubrica, é mister reconhecer, na substância mesma da sua reflexão, uma clara sintonia com a proposta que esta modalidade de história encerra. Nesse sentido, o mérito destes dois historiadores em particular – e, naturalmente, de vários outros além deles – reside justamente no tratamento original que lograram dispensar a temas e problemas tidos muitas vezes como marginais.¹⁹⁴

O que nos interessa destacar, em todo caso, é que tanto a incorporação dessas novas variáveis quanto a problematização do entusiasmo intelectual devem muito ao reconhecimento, por parte do historiador, da alteridade fundamental e irredutível que sempre envolve o estudo do passado. No caso dos intelectuais euclidianos investigados neste trabalho, o que nos atraiu foi, como dissemos, o clima de profunda dedicação por eles manifestado em relação às lides científicas e literárias. Se não viéssemos a fazer nenhum esforço no sentido de neutralizar aquilo que Paul Veyne chamou de “nossa tendência natural para o anacronismo”, a questão que acabamos lançando ao passado não faria sentido e talvez nem mesmo tivesse condições de ser colocada.¹⁹⁵ Devemos, portanto, resistir a aceitar a ideia tentadora de que, do ponto de vista mental, conceitual ou comportamental, os homens do passado cujos vestígios estudamos seriam exatamente os mesmos que transitam hoje nas calçadas de nossas cidades. Em se tratando do ofício do historiador, nada poderia então ser mais falacioso do que esta postura anacrônica, uma vez que termina por favorecer somente a indistinção das especificidades e da própria historicidade das práticas. Sob tal perspectiva, não restam dúvidas de que os indivíduos do passado deveriam sim ser considerados como estrangeiros pelos historiadores, o que também não deixaria de trazer outros problemas. É como observou Peter Burke:

¹⁹⁴ As obras a que nos referimos neste parágrafo são as seguintes: CORBIN, Alain. **Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; _____. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; _____. **A confissão e o perdão: as dificuldades da confissão nos séculos XIII a XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; e _____. **O que sobrou do paraíso?** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

¹⁹⁵ VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 16.

Se assumirmos que eles [os indivíduos do passado] são exatamente como nós, cometemos erros no nível concreto e prático. Mas se assumirmos que eles são muito diferentes de nós, cometemos igualmente grandes erros. É mais ou menos como o problema dos físicos, se bem compreendo, com seus conceitos de ondas e partículas. Eles devem tentar compreender a natureza da luz, por exemplo, usando simultaneamente dois conceitos incompatíveis. Do mesmo modo, temos que olhar as outras culturas como se fossem compostas de pessoas que são ao mesmo tempo iguais a nós e diferentes de nós em seu modo de pensar.¹⁹⁶

Desse modo, e por mais paradoxal que possa parecer, tomar consciência da alteridade fundamental que envolve as vidas de outrora, como vimos, começa pelo estabelecimento de um fundo permanente, isto é, de um ponto em comum entre presente e passado. Este ponto em comum é precisamente o homem, como bem apontou Marc Bloch, pois a história não é mais do que o conjecturar sobre os desdobramentos da aventura humana no tempo.

Todavia, se é verdade que é a partir desse referencial fixo que os historiadores lançam os seus olhares em direção ao passado, eles não o fazem apenas para constatar sua imobilidade atemporal insípida. Muito pelo contrário, o que de fato lhes interessa nesse processo é conferir profundidade à experiência do vivido. Em outras palavras, eles a historicizam, pois segundo Lucien Febvre “o trabalho da História consiste, precisamente, em recolocar a cada instante da vida da humanidade, o homem em seu meio e mostrar o quanto êste meio humano é diferente, profundamente diverso, de época para época”.¹⁹⁷ É por essa razão que muitos historiadores procuram destacar, por exemplo, este *gap*, esta espécie de desencontro que sempre se impõe entre o presente e o passado.¹⁹⁸

Ao historiador, porém, não basta apenas reconhecer ou identificar a presença dessa distância: para que o seu objetivo cognitivo seja efetivamente levado a contento, é necessário que ele vá além da mera constatação dos aspectos sincrônico e diacrônico do seu objeto imediato. Desse modo, o pesquisador da história deve ainda nomear, isto é, deve dar a ver, deve tentar reconstruir, no presente – e a partir de relíquias e de fragmentos – os caracteres distintos que poderiam ter sido os do passado. Por conseguinte, é neste ponto que emerge então o grande drama epistemológico enfrentado pela historiografia: como pode ser possível se aproximar do passado? Como proceder para reconstruí-lo? Como adentrar os domínios deste imenso país estrangeiro?

¹⁹⁶ PALLARES-BURKE, op. cit., p. 225.

¹⁹⁷ FEBVRE, Lucien. O homem do século XVI. *Revista de História*. São Paulo, vol. 1, n. 1, 1950, p. 7.

¹⁹⁸ PESAVENTO, Sandra J. **Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades**. Nuevo Mundo, Mundos Nuevos, Coloquios, 2005. Disponível em <<http://nuevomundo.revues.org/index229.html>>. Acesso em: 14 nov. 2008.

Para o iconoclasta Paul Veyne, uma das maneiras que tornariam isso possível ao historiador de hoje se daria através da seriação dos testemunhos e das fontes.

A “seriação” (esse método que consiste em recolher, para interpretar um facto, o maior número possível de ocorrências desse facto: recolher todos os empregos dum palavra dada nos textos conservados, ou todos os exemplos dum costume), é cara aos historiadores e aos filólogos por muitas razões (mesmo quando a usam sem saber, quer dizer, como acontece a mais de um “literário”, sem o querer saber). Mas, entre essas razões, há uma cuja importância é tão considerável, para dar ao vivido a sua fisionomia quotidiana e à historiografia o seu cunho de autenticidade, que é preciso parar aí. Essa razão é que, segundo as ocorrências recolhidas são mais ou menos numerosas, conclui-se que, para o período escolhido, o facto, o costume, a palavra cujas ocorrências recolhemos se recortam ou não sobre a *norma* da época. Ora, na visão que as pessoas têm da sua própria época, esta ideia de norma tem uma grande importância: ela dá ao seu mundo ambiente o ar de familiaridade, de quotidianidade; e esta consciência de quotidianidade vem-lhes do mesmo método de seriação que praticará face a ele o futuro historiador: a indução ensinou-lhe a distinguir, no que as envolve, os fenômenos banais das singularidades que recortam. Tão grande é a importância dessa impressão de quotidianidade que exageramos apenas dizendo que a historiografia se resume em recriar a banalidade. Iremos até considerar que ter o sentido da banalidade distingue de modo seguro um bom historiador dum menos bom.¹⁹⁹

Para Veyne, a compreensão do passado pelo historiador envolveria assim não apenas a reconstrução mental da normalidade de uma época através da seriação, mas também a habilidade de comunicá-la e de torná-la sensível a um público mais amplo. A plena realização desse trabalho, como deixa entrever Veyne, demandaria ainda o emprego daquilo que Gadamer chamou de “senso histórico”, isto é, “a disponibilidade e o talento do historiador para compreender o passado, talvez mesmo ‘exótico’, a partir do próprio contexto em que ele emerge”.²⁰⁰ Dito ainda de outra forma, aquele que se incumbe da tarefa de pensar e escrever a história deve dispor de um tipo de olhar como que mais refinado, pois deve tentar “superar de modo consequente a ingenuidade natural que nos leva a julgar o passado pelas medidas supostamente evidentes de nossa vida atual, adotando a perspectiva de nossas instituições, de nossos valores e verdades adquiridos”.²⁰¹ É como o que afirma o próprio Veyne:

Um acontecimento só é o que é por relação às normas da época; perante todo o facto estranho que leu na história, o leitor pergunta-se: “Era isto tão estranho para eles como para nós?”; um bom historiador saberá, seja por uma palavra, ou pelo torneado da frase, responder-lhe. Mesmo em história contemporânea, é já frequentemente necessário recriar a normalidade [...] É desse lado que é necessário procurar a verdade da afirmação, frequentemente mal compreendida, segundo a qual é preciso julgar uma época a partir dos seus valores.²⁰²

¹⁹⁹ VEYNE, op. cit., p. 198. O grifo é do autor.

²⁰⁰ GADAMER, op. cit., p. 18.

²⁰¹ Ibid.

²⁰² VEYNE, op. cit., p. 199.

Partindo assim das assertivas de Veyne e de Gadamer, seria possível falar na existência de um coeficiente de cotidianidade que é progressivamente corrompido pelo passar do tempo. Para ilustrar melhor esta hipótese, basta remetermo-nos, por exemplo, a um museu ou a qualquer lugar artificialmente concebido para preservar os vestígios da história. Nestes ambientes, o adjetivo “histórico” acaba muitas vezes legitimando uma atitude puramente contemplativa, ingênua e comemorativa frente ao objeto antigo, investindo-o de uma significação que não é mais a sua. O artefato ou edificação do passado, deste modo, aparece recoberto por um simbolismo anedótico e anacrônico que, ao fim e ao cabo, é tomado concretamente pela história. Uma postura semelhante – e este é o ponto a que queremos chegar – também pode ser observada numa esfera imaterial ou impalpável como a dos discursos ou dos comportamentos: a familiaridade e a banalidade que as estruturavam no passado se transformam em algo totalmente distinto no presente. Com efeito, elas se transfiguram no que hoje foge à norma vigente, ou seja, naquilo que escapa às séries contemporâneas recorrentes. Por conseguinte, os fatos, os objetos, as falas e as atitudes que antes eram considerados como absolutamente normais para as pessoas de outrora, acabam tornando-se com frequência no surpreendente, no exótico, na piada. A tarefa do historiador, diante disso, é a de tentar reconstruir esta cotidianidade. Dito de outro modo, trata-se de contextualizar: devolver as práticas, os costumes, os comportamentos, à série mesma de que faziam parte anteriormente.

Em face dessas afirmações, talvez se possa dizer que foi justamente a seriação que nos permitiu não só a construção de uma pergunta às correspondências estudadas nos capítulos anteriores, mas também a própria condução da sua investigação. O que fizemos com as cartas e testemunhos estudados no segundo capítulo, por exemplo, não deixa de ser uma espécie de seriação: procuramos destacar as ideias, os argumentos e as palavras que mais apareciam nos documentos, isto é, as ideias de renúncia e de abnegação, as evocações ao idealismo e às coisas do espírito, a crítica ao materialismo, etc.

Assim, como afinal esperamos ter deixado claro, o objetivo perseguido desde o início do nosso projeto não foi outro senão o de procurar identificar os aspectos de uma prática cujas cores parecem ter sido gravemente ofuscadas pelo passar do tempo. Deste modo, a reflexão que nos propusemos realizar neste trabalho envolveu também a mobilização do “senso histórico” a que se referiu Gadamer, pois é somente esta inclinação no sentido de se considerar o passado a partir de seus próprios caracteres que, a nosso ver, poderia justificar e conferir inteligibilidade à problemática do entusiasmo intelectual aqui investigada. O que

queremos dizer com isso é que foi somente através de seu intermédio que pudemos enxergar e tentar compreender tanto o diletantismo característico com que um grupo de pessoas tratou dos temas e assuntos relacionados ao mundo dos livros, quanto o modo singular como este mesmo grupo organizou e descreveu algumas das questões sociais e culturais de seu tempo.

No entanto, a visualização e a conseqüente formulação desses problemas pelo historiador exigem não só o restabelecimento da perspectiva temporal perdida, mas demandam que se leve igualmente em conta a dimensão afetiva que interferiu nas trajetórias de vida no passado. É como asseverou Alain Corbin: “Não há outro meio de conhecer os homens do passado a não ser tomando emprestado seus olhares, vivendo suas emoções”.²⁰³

Ainda que possam parecer meras afirmações de lugar-comum, todas essas disposições que impelem o historiador em direção à empatia para com o passado têm de fato um grande valor heurístico. Para que elas possam efetivamente funcionar, porém, a empatia não deve ser tomada como uma tentativa literal de se invadir as mentes e de se adivinhar os pensamentos das pessoas do passado. A empatia, tal como a entendemos, remete-nos para o fato de que a compreensão e a reconstrução do passado envolveriam o estabelecimento de uma profunda cumplicidade entre o historiador e os documentos. Nesse sentido, a receptividade, a abertura de espírito e a amizade, como nos lembrou Marrou há algumas páginas, seriam predicados mais do que fundamentais no exercício da prática historiográfica, pois nos possibilitariam uma maior proximidade e um melhor conhecimento das especificidades do passado. Além disso, partilhamos da mesma convicção manifestada por Robert Darnton a este respeito, isto é, de que seria sim possível “entrar imaginativamente em outras vidas, perambular por outros mundos, fazer contato com outras esferas da experiência, e fazer tudo isso com rigor e não com fantasias ou ficções”.²⁰⁴

Encarada a partir deste prisma, a empatia seria então o esforço deliberado do historiador no sentido de abandonar os seus preconceitos e de considerar o passado através de seus próprios termos e motivações. Em se tratando do trabalho do historiador, um empenho dessa natureza seria plenamente justificável, pois como já advertia Burckhardt,

não só os filósofos incidem no erro de supor que a nossa época seja a culminação de todas as épocas anteriores ou esteja próxima dela, de crer que tudo o que aconteceu até hoje deva ser considerado em função de nós mesmos, sob nosso ponto de vista, ao passo que o sucedido até agora, ao contrário, tem um sentido *de per se* e só secundariamente relacionado com o futuro e conosco.²⁰⁵

²⁰³ CORBIN, **O território...**, op. cit., p.7.

²⁰⁴ PALLARES-BURKE, op. cit., p. 240.

²⁰⁵ BURCKHARDT, Jacob. **Reflexões sobre a história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961, p. 11-12.

Deste modo, a tentativa de se enxergar o passado a partir de si mesmo nos colocaria diante daquilo que seria talvez o desafio por excelência enfrentado pela historiografia: buscar reconstruir a diversidade de sentidos atribuídos ao mundo pelos homens do passado, isto é, procurar ultrapassar a distância temporal e cultural que deles nos separam, compreendendo então este *outro* no tempo, verdadeira finalidade do conhecimento histórico.

Para Sandra Pesavento, seria justamente ao procurar equacionar os marcos de todos esses filtros do passado que a atividade do historiador se constituiria numa tarefa genuinamente hermenêutica. Segundo o que afirma a autora, já seria possível identificar os primeiros sinais de conscientização sobre tais questões nos séculos XVIII e XIX, especialmente a partir dos escritos de Johann Martin Chladenius, Jules Michelet, Johann Gustav Droysen e Wilhelm Dilthey.²⁰⁶

Com efeito, todos esses pensadores, filósofos da história ou historiadores já demonstravam certo grau de percepção com relação aos aspectos subjetivos que presidiriam a reflexão sobre o passado. Ainda no século XVIII, Chladenius, por exemplo, apontava para a existência de diferentes temporalidades no âmbito da história, cabendo ao historiador a tentativa de transmitir aos seus contemporâneos apenas uma interpretação possível dos acontecimentos através da escrita. Assim, além de admitir a possibilidade de se contar a história de diversas formas – o que por si só já o situaria à frente de seu tempo –, Chladenius ainda reconhecia que as diversas versões produzidas pelos historiadores jamais poderiam atingir a realidade última e concreta do passado.

No século seguinte, Johann Gustav Droysen veio inaugurar a discussão epistemológica sobre a hermenêutica. A partir da percepção empírica do mundo, os homens construía representações, ou seja, elaborações mentais sobre a realidade, no desejo de atribuir sentidos às coisas. Logo, Droysen empreende uma retomada de Aristóteles no que diz respeito às sensibilidades.

Este mundo qualificado era, pois, um mundo sensível, onde os homens do passado deixavam nas fontes as marcas de seus sentimentos e valores. Tais sensibilidades de um outro tempo se ofereciam, por sua vez, a uma percepção sensível e poderiam se tornar inteligíveis para o historiador. Mas isto ocorria dentro de certos limites, pois Droysen entendia que nada poderia atingir a realidade do tempo escoado, recuperando o insight de Chladenius. O espírito de uma época só poderia ser atingido por representações aproximativas e ilusórias, dotadas de uma capacidade de convencimento, através do método e de analogias.²⁰⁷

Dilthey, por sua vez, trilhou esta mesma senda aberta por Chladenius e Droysen. Tido por muitos como aquele que teria lançado as bases teóricas das ciências humanas,

²⁰⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra J.; LANGUE, Frédérique (orgs.). **Sensibilidades na história**: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007, p. 16.

²⁰⁷ Ibid., p. 16-17.

Dilthey propunha uma espécie de *filosofia da vida*, chamando a atenção para a necessidade da compreensão existencial do outro no tempo.

Para ele, o homem é “experiência vivida”, que cria, que se expressa, que se comunica, que compreende e se deixa compreender. E que se inquieta com a sua existência. A verdade é o próprio processo histórico, em que a vida se expressa e é compreendida, e não uma proposição abstrata e atemporal [...] Para Dilthey, o que há de absoluto no homem, o que o diferencia da natureza, é a possibilidade que ele tem, em sua experiência vivida, de se expressar e se fazer compreender pelo outro. Por mais diferentes que sejam os homens em suas sociedades, culturas e épocas, subsiste em todos a possibilidade da expressão e da compreensão recíproca. O reino do espírito, o mundo histórico, é um mundo de sentido, em que a comunicação é possível e se realiza. Quanto maior é a diferença entre os homens, mais necessária a comunicação se torna e mais intensa é a compreensão do outro. A vida cria linguagens múltiplas e decifráveis – escritas, orais, iconográficas, arquiteturas, artesanais, tecnológicas, quantitativas, simbólicas, alimentares, rituais, sagradas, cromáticas etc. Enfim, o mundo do espírito é um mundo de linguagens, que criam sentidos, mensagens, que são decifráveis e compreensíveis. A vida cria um mundo a partir dela mesma, de sua experiência vivida. O mundo histórico tem como base este conjunto psíquico que olha o mundo, que se olha, que se expressa, criando linguagens para se autocompreender. Para Dilthey, este mundo se diferenciou da natureza e só pode ser conhecido por um saber específico e autônomo.²⁰⁸

O saber específico a que se reporta Dilthey seria constituído pelas ciências do espírito. Em seu interior, a história teria um papel bastante privilegiado, pois o seu objetivo seria buscar a compreensão e a reconstrução da experiência humana no passado. O trabalho do historiador, diante disso, seria o de interpretar, por meio da empatia, as expressões e as manifestações de vida de um outro tempo. No século XX, Paul Ricoeur e Henri-Irénée Marrou poderiam ser considerados como os principais defensores da compreensão existencial e empática postulada por Dilthey.

Quanto ao historiador Jules Michelet, Sandra Pesavento nos lembra que sua colaboração se deu no sentido da inclusão de temáticas e de abordagens historiográficas bastante inesperadas, isto é, que ainda não haviam sido sequer cogitadas pelos historiadores do seu tempo. Conforme observa a autora,

Michelet estivera empenhado em resgatar personagens sem rosto – o povo, a feiticeira –, com o que não só tocava em comunidades simbólicas de sentido – a nação, o feminino, estes coletivos abstratos –, como discutia as modalidades sensíveis de apreensão do real através das quais os homens haviam sido capazes de representar-se a si próprios e ao mundo.²⁰⁹

²⁰⁸ REIS, José Carlos. Dilthey e o historicismo, a redescoberta da história. In: **História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. 3ª. ed. Rio de Janeiro, FGV, 2007, p. 237-238.

²⁰⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades**. Nuevo Mundo, Mundos Nuevos, Coloquios, 2005. Disponível em <<http://nuevomundo.revues.org/index229.html>>. Acesso em: 14 nov. 2008.

Para além dos culturalistas alemães e de Michelet, dois outros historiadores poderiam ainda ser considerados interlocutores relevantes para os desdobramentos desta mesma perspectiva: o suíço Jacob Burckhardt e o holandês Johan Huizinga. Como se sabe, ambos realizaram trabalhos respeitáveis em seus respectivos domínios, a ponto de suas obras serem hoje consideradas de grande importância na virada historiográfica em direção aos tópicos da cultura. Em seus estudos, Burckhardt, por exemplo, demonstrou uma ampla gama de interesses que iam desde a Grécia Antiga aos primeiros tempos da cristandade, desde o Renascimento italiano até o universo do pintor flamengo Peter Paul Rubens. De um modo geral, porém, concedeu um espaço relativamente pequeno à história dos acontecimentos, “preferindo evocar uma cultura passada e salientar o que chamou de seus elementos ‘recorrentes, constantes e típicos’”.²¹⁰ Nesse aspecto em particular, Burckhardt continuaria e, segundo Peter Gay, até dotaria de maior densidade alguns lampejos de Michelet. Assim, o que este havia sugerido de modo esbaforido, “Burckhardt trabalhou em detalhes vívidos e persuasivos: uma época histórica autônoma com sua fisionomia própria, articulações ricas e coesão interna, com seu estilo mental inconfundível”. Ele estaria criando, deste modo, “o que a poucos – pouquíssimos – historiadores é dado criar: um novo campo de estudos”.²¹¹ Isto já transparecia, por exemplo, na vasta pesquisa que Burckhardt realizou em 1860 sobre a cultura do Renascimento na Itália. Nela, o historiador suíço nos

apresentava uma História em que os acontecimentos se diluíam diante da exposição do clima de uma época, das formas de pensar, das mentalidades. Burckhardt dava a ver, nessa obra, como todos os aspectos da sociedade, inclusive o político, e mesmo os caracteres individuais, se manifestavam em termos culturais, especialmente na arte, pelo que rompia com os tradicionais esquemas cronológicos de sucessão linear no tempo.²¹²

O historiador Huizinga, por sua vez, foi ao mesmo tempo crítico e seguidor das posturas de Burckhardt. A despeito das críticas que lhe foram imputadas por nomes consagrados como os de Jaques Le Goff e Lucien Febvre, Huizinga teve um papel precursor em muitos aspectos, inclusive ao destacar aquilo que, alguns anos mais tarde, viria a ser para o próprio Febvre a questão fundamental de toda a história: o anacronismo.²¹³ Além disso,

²¹⁰ BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 18.

²¹¹ GAY, Peter. Burckhardt: o poeta da verdade. In: **O estilo na história**: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 137.

²¹² PESAVENTO, **História &...** op. cit., p. 22.

²¹³ PAULA, João Antonio de. Lembrar Huizinga: 1872-1945. **Nova Economia**. Belo Horizonte, nº.15, janeiro/abril de 2005, pp. 141-148.

Huizinga declarava que o principal objetivo do historiador cultural era retratar padrões de cultura, em outras palavras, descrever os pensamentos e sentimentos característicos de uma época e suas expressões ou incorporações nas obras de literatura e arte. O historiador, sugeria ele, descobre esses padrões de cultura estudando “temas”, “símbolos”, “sentimentos” e “formas”.²¹⁴

Assim, em sua famosa obra sobre o “outono da Idade Média”, por exemplo, o historiador neerlandês “chamava a atenção para aquilo que denominava o teor da vida, ou seja, aquilo que mobilizava as paixões e os sentimentos, impelia as ações e regulamentava os gestos, sacramentava valores e virtudes e condenava vícios e pecados”.²¹⁵

Mais uma vez, o que se pretendia atingir eram então os sentidos atribuídos à vida num determinado período da história, pois os componentes que integram a experiência humana em qualquer época não são estanques e eternos, mas, ao contrário, estão sempre sujeitos a sofrer ou promover mudanças e rearranjos nas suas conformações, a alterar seus caracteres ao sabor da evolução da história. Em outras palavras, isto quer simplesmente dizer que as pessoas não experimentam o mundo sempre da mesma forma, não sentem sempre as mesmas coisas, não têm sempre as mesmas sensações e reações diante dos fatos, e isto acontece em decorrência da conjugação de uma série de fatores: o sexo, a idade, a classe social, o nível de instrução, o local de origem, o grupo de pertença, a cultura e a tradição, etc. Como apontou Lucien Febvre, a aritmética comportamental de um dado contexto poderia ser vista como o resultado de um processo contínuo de lapidação, de reorganização, de reconfiguração e de sistematização que, a rigor, mobilizam interesses práticos e simbólicos e envolvem indivíduo e sociedade numa relação dialética de transformação.²¹⁶

Contudo, se existe de fato uma nítida convergência entre os últimos argumentos aqui apresentados, não podemos ignorar que hoje estamos há uma grande distância temporal e epistemológica de tudo o que estes autores intuíram e/ou escreveram. Porém, como observa Sandra Pesavento, isso não significa que a retomada de suas reflexões pelos historiadores contemporâneos deva ser considerada uma tarefa inócua.

De Huizinga pra cá, muito mudou a forma de entender e estudar o passado, mas a obra do historiador holandês nos aponta para questões muito atuais, sobretudo para aqueles que, trabalhando com uma história cultural, estão empenhados em resgatar o sistema de representações que compõem o imaginário social, esta capacidade humana e histórica de criar um mundo paralelo de sinais que se coloca no lugar da realidade. Nesta medida, Johan Huizinga nos faz refletir sobre as sensibilidades dos

²¹⁴ BURKE, **O que é história...**, op. cit., p. 18-19.

²¹⁵ PESAVENTO, **Sensibilidades: escrita e leitura...**, op. cit., p. 9.

²¹⁶ FEBVRE, **Como reconstituir a vida afectiva...**, op. cit., p. 219-221.

homens de um outro tempo, sobre a alteridade do passado e sobre a natureza das marcas de historicidade que nos permitem reconfigurar o tempo do acontecido.²¹⁷

Aquilo que a autora afirma sobre Huizinga valeria também para boa parte dos outros pensadores da história comentados acima. Nesse sentido, o que devemos reter destas várias posturas evocadas, descontínuas tanto no tempo quanto no espaço, é tão somente o fato de que elas apresentam um interesse manifesto por objetos, aportes e abordagens que poderíamos designar como culturais, deixando entrever também certa predileção por fenômenos ligados à esfera dos comportamentos, das percepções e das subjetividades. Ademais, tais fenômenos seriam regulados por elementos que, no limite, constituiriam um tipo de “domínio do sensível” a ser desbravado pelo historiador. Neste domínio, estariam como que entrelaçadas experiências afetivas, climas e contornos psicológicos, concepções mentais e estéticas, etc.

Assim, direta ou indiretamente e em maior ou menor medida, grande parte dos autores mencionados acima teve uma importância decisiva nas últimas mudanças por que passou a historiografia. Na verdade, é bem possível e também legítimo ligar suas elucubrações ao que Sandra Pesavento chamou de “arqueologia da história cultural”, pois de certa forma já traziam consigo novas preocupações e perspectivas para a escrita da história.²¹⁸ Deste modo, poder-se-ia associá-las a um primeiro movimento historiográfico no sentido da retomada do papel e das potencialidades do indivíduo, isto é, como um primeiro passo em direção à restituição de sua condição de sujeito pensante e que age. Em suma, tais apontamentos já anunciariam as profundas transformações que logo iriam reabilitar o domínio simultaneamente interior e exterior das pessoas do passado, atribuindo-lhes então um papel ativo no desenrolar do processo histórico.²¹⁹

Apesar disso, é preciso reconhecer que as alterações que a história sofreu nas últimas décadas não se explicam somente em função do que foi resumidamente exposto acima. Esse tipo de olhar retrospectivo lançado ao passado da disciplina, como se sabe, é sempre passível de refração teleológica, como o é, aliás, toda e qualquer tentativa de compreensão do passado a partir do presente. Neste caso, cabe reforçar que falamos aqui

de *insights* e posturas, surgidas ao longo do tempo, sem linhagem direta, espécie de longo caminho, nem sempre seqüente, com muitas lacunas, sem diálogo obrigatório entre aqueles que intuía novas formas de pensar. Falamos, sobretudo, de uma espécie de genética de novas formas de pensar. São como que sintomas esparsos, ao longo do tempo, de posturas esparsas que se foram insinuando, tais como as

²¹⁷ PESAVENTO, loc. cit.

²¹⁸ PESAVENTO, *História &...*, op. cit., p. 19-37.

²¹⁹ SIRINELLI, Jean-François. Elogio da complexidade. In: SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean-Pierre (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, pp. 409-418.

reflexões filosóficas de Hegel, a propósito do pensamento fazer parte do real e com ele se confundir.²²⁰

Problemas de origem à parte, quais seriam afinal as relações que os argumentos considerados acima manteriam com o nosso trabalho? Onde exatamente eles se encontrariam com a problemática do entusiasmo intelectual que aqui nos dispusemos explorar? Ora, de acordo com Sandra Pesavento, boa parte dos pressupostos epistemológicos comentados acima teria ajudado a trazer para o campo da história as preocupações com o domínio do simbólico e do subjetivo, isto é, com os componentes criativos e inventivos que integram a experiência humana em qualquer época. E para Pesavento, identificar

as razões e os sentimentos que qualificam a realidade, que expressam os sentidos que os homens, em cada momento da história, foram capazes de dar a si próprios e ao mundo, constituiria o crême de la crème da história! Eis o grande desafio, se poderia dizer, para esta corrente historiográfica que trabalha com as representações que os homens, através do tempo, construíram sobre si próprios e o mundo e que são, por vezes, difíceis de serem abordadas ou mensuradas.²²¹

Para tentar atingir este objetivo, os historiadores da cultura falam em reconstruir as sensibilidades das pessoas no passado. Estas sensibilidades, por sua vez, teriam a ver com visões de mundo, com experiências de vida, com as formas de agir, com os sentimentos e suas manifestações, com as maneiras de se perceber a si mesmo e aos outros, enfim, traduziriam uma forma historicamente determinada de se ser e de estar no mundo. Nesta medida, as sensibilidades estariam profundamente envolvidas no processo de construção dos sistemas de representação que integram o chamado imaginário social, definido aqui como a faculdade humana de edificar um verdadeiro mundo paralelo de sinais que procura frequentemente se sobrepor à realidade.

Entretanto, para conseguir distinguir ou detectar os traços de uma determinada experiência sensível do passado, o historiador precisa dispor de um olhar mais atento e apurado, isto é, deve contar com o bom funcionamento daquilo que mais acima Gadamer chamou de *senso histórico*.

O poder interpretativo do olho deve ser estimulado, para dar a ver e dar a ler as marcas do passado, que encerram outros significados para a representação do mundo que não são mais os nossos. O olhar do historiador da cultura, detentor de uma bagagem específica de saber acumulado – ele também, possuidor de *studium* e *punctum* – interpretará tais sinais, estabelecendo nexos e relações para tentar chegar ao tal mundo do passado onde os homens, falavam, amavam e morriam por outras

²²⁰ PESAVENTO, *História &...*, op. cit., p. 20-21.

²²¹ PESAVENTO, *Sensibilidades: escrita e...*, op. cit., p. 10.

razões e sentimentos. É neste procedimento que o método detetivesco de Carlo Ginzburg, tão divulgado entre os historiadores, se encontra com a proposta de Walter Benjamin da técnica da montagem para a análise das imagens que nos chegam do passado: construir uma rede de superposição e contraposição dos traços, em relações de analogia, contraste, combinação.²²²

Neste ponto, a discussão sobre as sensibilidades parece se encontrar com todas aquelas posturas historiográficas que viemos comentando ao longo deste capítulo. Afinal de contas, para poder captar as sensibilidades de um outro tempo, o historiador deve ter claro que, acima de tudo, o objetivo do seu trabalho consiste em ir ao encontro de outras vidas no passado. Ele deve ter igualmente claro que, ao tentar estabelecer um diálogo com essas vidas, precisa estar realmente inclinado a ouvir aquilo que elas dizem, isto é, precisa estar imbuído de uma atitude amistosa e de profundo respeito pelos documentos e por tudo aquilo que eles representam. Por fim, para tentar enxergar o passado em seus próprios caracteres, o historiador também deve praticar o estranhamento, pois somente através dele poderá reconhecer a diferença fundamental que sempre envolve as vidas imersas nos arquivos.

As sensibilidades, portanto, seriam os atributos de um *outro tempo* e de um *outro no tempo*, pois segundo Sandra Pesavento elas se inscreveriam

sob o signo da alteridade, traduzindo emoções, sentimentos e valores que não são mais os nossos. Mais do que outras questões a serem buscadas no passado, elas evidenciam que o trabalho da história envolve sempre uma diferença no tempo, uma estrangeiridade com relação ao que se passou por fora da experiência do vivido. E esta, no caso, insere o conceito das sensibilidades sob o signo da alteridade, sem o que não é possível a reconfiguração do passado, meta imprescindível do historiador, como assinala Paul Ricouer. Ou seja, o historiador, ao trazer o passado para o presente precisa dar a ver esta diferença no tempo, ao recriar uma temporalidade, distinta do passado e do presente, temporalidade esta onde estejam contidas as formas de ver e de sentir dos homens de uma outra época.²²³

Contudo, o historiador interessado em repatriar temporalmente as tais sensibilidades do passado precisaria ainda encontrá-las decalcadas, traduzidas ou cristalizadas de algum modo nos arquivos e documentos.

Ou seja, mesmo as sensibilidades mais finas, as emoções e os sentimentos, devem ser expressos e materializados em alguma forma de registro passível de ser resgatado pelo historiador. Coloca-se, pois, aquele requisito básico para a tarefa do fazer história: é necessário que a narrativa se fundamente no que se chama de marcas de historicidade, ou as fontes ou registros de algo que aconteceu um dia e que, organizados e interpretados, darão prova e legitimidade ao discurso historiográfico [...] O historiador precisa, pois, encontrar a tradução das subjetividades e dos sentimentos em materialidades, objetividades palpáveis, que

²²² Ibid., p. 20.

²²³ PESAVENTO, Sensibilidades: escrita e..., op. cit., p. 15.

operem como a manifestação exterior de uma experiência íntima, individual ou coletiva.²²⁴

Ora, de um modo geral, talvez se pudesse considerar as correspondências e os documentos estudados nos capítulos anteriores como marcas de historicidade, isto é, como a objetivação e a materialização de um possível reduto de sensibilidades do passado. Como já foi afinal suficientemente observado, o nosso objetivo neste trabalho não foi outro senão o de realizar um breve estudo sobre o clima de profunda devoção intelectual que estas cartas ao mesmo tempo denunciavam e encerravam. Este objetivo, como vimos, levou-nos então a tentar compreender o significado que a prática intelectual adquiriu para um grupo de pessoas em vias de perder os seus mais caros referenciais, isto é, que sentiam-se ameaçadas pelas mudanças que o mundo vinha sofrendo (o alegado avanço e preponderância dos interesses comerciais e materiais, por exemplo). Enfim, acreditamos que tudo isso acabou imprimindo uma tonalidade particular à experiência que os intelectuais ligados ao CCEC vivenciaram na metade do século passado.

Em todo caso, se mesmo assim não tivermos feito aqui uma história das sensibilidades propriamente dita, é preciso reconhecer que a história que logramos realizar, por mais rudimentar que tenha sido, se valeu largamente de seus preceitos e considerações. Além disso, ela acabou por incorporar também outras diretrizes metodológicas sugestivas na sua tentativa de pensar e escrever a história. Assim, se por um lado a própria formulação do problema aqui explorado nos remete para o campo das sensibilidades ou subjetividades, suas especificidades, por outro, dialogam igualmente com o que Theodore Zeldin chamou de *história das emoções*.²²⁵

Para Zeldin, os historiadores deveriam tentar se livrar das amarras por demais rígidas que os modelos e estilos consagrados procuram invariavelmente impor ao seu trabalho, abrindo assim espaço para a criatividade e inventividade na formulação e no tratamento de novas frentes de investigação. Zeldin advogava, portanto, em favor de uma história que se atentasse não só para as subjetividades irredutíveis daqueles que ela estuda – as pessoas do passado –, mas que se remetesse também para as subjetividades do próprio historiador. Nesse caso, para se empreender esta história das emoções seria necessário reportar-se ainda ao que o mesmo Zeldin chamou de “história pessoal” ou “história individual”. Segundo ele, este tipo especial de história teria o mérito de expressar mais claramente a personalidade individual dos

²²⁴ PESAVENTO, Sensibilidades: escrita e..., op. cit., p. 19.

²²⁵ ZELDIN, Theodore. História pessoal e história das emoções. **História: Questões & Debates**. Curitiba, nº. 22/23, p. 30-45, jun./dez. 1991.

historiadores, o que a tornaria atraente a todos aqueles que desejassem obter uma maior compreensão de si próprios através de seus trabalhos. Não obstante isso, a história pessoal de Zeldin seria igualmente conveniente àqueles que acreditam que um dos grandes objetivos da pesquisa histórica nos dias atuais é justamente procurar uma melhor compreensão do indivíduo dentro da sua profunda complexidade. Segundo o autor, aqueles que se ocupam do estudo do passado

não podem continuar repetindo que a natureza humana é sempre a mesma, recusando-se a reexaminar este e outros velhos adágios semelhantes que eles tomam *a priori*, ou a investigarem se as emoções humanas são de fato constantes, permanentes e imutáveis. A combinação destes dois amplos objetivos indica que a história pessoal não tenta substituir outras formas de história, ou reivindicar ser melhor do que elas: ela representa um ponto de vista pessoal e nada mais. Ela aplaude o fato de que haja outros tipos de história, porque valoriza uma variedade de perspectivas como partes essenciais da arte histórica. Ela não é um substituto para o estudo do comportamento coletivo, instituições e comunidades, mas sim, seu complemento.²²⁶

Como foi visto mais acima, os pressupostos que se encontram na base do nosso problema partem de considerações muito semelhantes. A nosso ver, conduzir um estudo histórico sobre o entusiasmo e o fervor característico que gravitavam outrora em torno dos afazeres científicos e literários só se torna possível mediante o reconhecimento da historicidade, da mutabilidade e da variabilidade das emoções e das sensibilidades através do tempo. Tendo isto em vista, uma história das emoções nos permitiria no mínimo três possibilidades de pesquisa:

Primeiro, ela convida a levantar-se o espectro do comportamento humano, da mesma forma que se pesquisa os recursos agrícolas, minerais e industriais de uma região e se acompanha seu crescimento e desenvolvimento. Poder-se-ia verificar a prevalescência e manifestações de diferentes emoções em diferentes locais e épocas. [...] Segundo, ela abre a perspectiva de esclarecimento e investigação mais profunda do significado, vocabulário, comportamento e os gestos de emoções em particular – das palavras que os historiadores usam sem pensar duas vezes. [...] Terceiro, a história das emoções pode consistir em uma re-escrita de uma parte da história a partir do ponto de vista de uma emoção em particular.²²⁷

Ora, à luz de tudo o que foi exposto até este momento, não seria exagero afirmar que nossos objetivos contemplariam ou procurariam contemplar minimamente os três caminhos identificados por Zeldin. O problema que lançamos ao passado recente, por exemplo, partiu justamente da identificação de um certo clima, de uma certa empolgação singular que teria

²²⁶ ZELDIN, op. cit., p. 32-33.

²²⁷ ZELDIN, op. cit., p.39-40.

persistido e que demarcava então as questões relacionadas à ciência e à literatura. Por conseguinte, tal constatação nos levou a indagações mais profundas acerca do cabedal conceitual em que estariam assentadas as referidas posturas, abrindo a investigação para o desvendamento dos limites e relações entre as noções de idealismo, materialismo, patriotismo, etc. Por fim, já foi dito também que esta pesquisa procurou se aproximar da temática dos intelectuais a partir de um ponto de vista particular e ainda pouco explorado na riqueza de suas possibilidades. O que fizemos, portanto, foi levantar um dos espectros do comportamento humano, como diz Zeldin, transformando uma sua configuração persistente em problema histórico passível de investigação.

A bem da verdade, porém, o objeto e a problemática de investigação que atravessam esta pesquisa não foram apenas iluminados pelas diferentes posturas evocadas ao longo deste capítulo. Com efeito, as questões que formulamos ao passado funcionaram também como luminárias de todas as considerações teóricas e metodológicas anteriormente mencionadas. Ou seja, isso significa dizer que o trabalho com os documentos foi ao mesmo tempo produto e promotor dos preceitos historiográficos aqui arrolados, pois o contato com as correspondências subsidiou-nos uma melhor compreensão dos próprios postulados teóricos e metodológicos que evocamos para justificá-lo. Assim, a empatia, a atitude amistosa, o respeito às vidas do passado, o estranhamento, o uso do senso histórico, o refinamento do olhar, a dimensão subjetiva, enfim, todos estes elementos concorreram para a concretização desta pesquisa.

CONCLUSÃO

O historiador nunca faz precisamente uma revelação tonitruante que transtorne a nossa visão do mundo; a banalidade é feita de particularidades insignificantes que, multiplicando-se, compõem um quadro muito inesperado.

*Paul Veyne
(Como se escreve a história)*

Embora possa ter despertado alguma reserva junto ao leitor, o objetivo deste trabalho era relativamente simples: realizar um breve estudo sobre o clima de profunda devoção aos afazeres científicos e literários – às “lides do espírito” – manifestado por um pequeno grupo de pessoas na metade do século passado. O que aqui se tentou fazer, portanto, nada mais foi do que pensar e erigir este clima – a que chamamos de “entusiasmo intelectual” – como um problema histórico passível de atenção e de investigação.

A formulação e a condução desta proposta, no entanto, só se tornaram possíveis graças à existência e conservação de um *corpus* documental particularmente interessante: o acervo epistolar reunido pelo Centro Cultural Euclides da Cunha (CCEC), uma prestigiosa agremiação de intelectuais sediada na cidade de Ponta Grossa, no Paraná. Foi a partir do contato com esta documentação que o projeto aqui desenvolvido começou a configurar-se enquanto tal. O que constituiu a fagulha inicial, por assim dizer, foram as constantes manifestações de apego às atividades intelectuais que apareceram em muitas cartas recebidas pela instituição. Mais ainda do que as manifestações em si mesmas, o que realmente intrigou-nos foram os termos, os argumentos, as palavras, as ideias, isto é, as formas em que tais declarações apareceram.

Assim, apesar de estarmos a apenas seis décadas de distância dos registros fixados nessas cartas, foram muitas as vezes que nos vimos surpreendidos pelas declarações nelas veiculadas. Começando pela linguagem e pelo vocabulário, passando pelos assuntos tratados e pelo tom de encômio em relação aos ideais do grupo, tudo parecia indicar a existência de um mundo conceitual que há muito havia submergido no tempo. Diante disso, pudemos constatar a justeza das convicções metodológicas que procuram acentuar a alteridade do passado. Se de

alguma forma não as incorporássemos em nossa análise, dificilmente conseguiríamos enxergar e distinguir as questões suscitadas pelo trabalho com as cartas.

No entanto, para eleger e desenvolver a problemática do entusiasmo intelectual não bastava considerar as correspondências do CCEC como fragmentos de um mundo perdido no passado. Com efeito, era ainda necessário tentar encetar amizade com os seus habitantes, conversar com eles, acreditar neles. Em outras palavras, era preciso respeitar e levar a sério aquilo que os remetentes diziam sobre si mesmos, tentando compreendê-los a partir de seus próprios termos.²²⁸ Só esta abertura para o diálogo nos permitiria visualizar as especificidades e as potencialidades de uma documentação epistolar marcada pelo signo da formalidade.

Vista por esse ângulo, a construção do objeto desta pesquisa se valeu de uma concepção de história pautada pelo reconhecimento da diferença e pela empatia em relação às vidas do passado. Para o desenvolvimento do nosso trabalho, foram então particularmente importantes as considerações de Robert Darnton, de Henri-Irénée Marrou, de Marc Bloch, de Sandra Pesavento e também de muitos outros autores citados ao longo do texto. Em maior ou menor medida, todos eles ajudaram-nos não só a estabelecer, mas também a pensar a problemática do entusiasmo intelectual junto aos documentos. Assim, parece ter ficado razoavelmente clara a articulação que buscamos estabelecer entre os preceitos teórico-metodológicos, o tema proposto e o trabalho de leitura e interpretação das cartas estudadas.

No que se refere aos procedimentos da investigação propriamente dita, foram ainda de grande valia as orientações de Paul Veyne sobre o método da seriação, pois procuramos aplicá-lo de modo rudimentar ao longo do trabalho com as fontes. Como pudemos verificar anteriormente, a análise das cartas foi realizada a partir da identificação de temáticas, de termos e também de argumentos que eram insistentemente evocados ou constantemente repetidos nas mensagens das correspondências. Vimos então que o chamado entusiasmo intelectual compunha-se não só de um extremado apego às lides científico-literárias, mas igualmente de posturas de renúncia e de crítica ferrenha aos interesses mundanos e materiais; de evocações patrióticas, nacionalistas e ufanistas; de manifestações cristãs e religiosas; de militância idealista, etc.

Ainda que seja temerário estender o quadro acima a todos os correspondentes e integrantes do CCEC, a grande maioria certamente concordava em um ou mais dos pontos levantados. Deste modo, o perfil ideológico apresentado pelo grupo assumia um aspecto

²²⁸ “Nossa atitude deliberada foi, primeiramente, de tomar a sério os ditos e escritos ordinários que são enunciados pelo bico da pena o mais próximo do vivido cotidiano. Assim, retomamos por nossa conta o postulado antropológico: as ferramentas intelectuais podem ser mais ou menos elaboradas, mas a imaginação e a vida emocional são sempre ricas e complexas”. DAUPHIN; POUBLAN, op. cit., p. 82.

marcadamente conservador. No âmbito local, por exemplo, os elementos que compunham o discurso das correspondências demonstravam uma irrefragável proximidade com o ideário integralista, cujo impacto na região fora efetivamente significativo e teria mesmo chegado até a década de 1950 através do chamado Partido de Representação Popular (PRP).

Para além dessas questões, vimos também que os correspondentes compartilhavam uma visão de mundo extremamente decadentista, pois para eles o homem havia degenerado moral, cultural e espiritualmente. As manifestações dessa crise generalizada que acreditavam estar atravessando davam-se não só através das cartas, mas também apareciam regularmente nas páginas do jornal literário publicado pela instituição. Da mesma forma, o protesto contra o estado das coisas assumia as mais variadas modalidades: reivindicações em favor da instalação de bibliotecas e de instituições culturais, discursos epistolares inspirados, crônicas moralizantes, relatos autobiográficos idealizados, poemas, etc. Tais críticas em relação aos descaminhos tomados pela humanidade até seriam compreensíveis se considerarmos o fato de que a maioria dos correspondentes vivenciou não apenas um período ditatorial, mas acompanhou também os horrores das duas grandes guerras mundiais do século XX.

Não obstante isso, a diatribe contra o estado em que então se encontrava o mundo falava acima de tudo da perda de referenciais que eram comuns a uma grande parcela dos correspondentes do CCEC. A emergência de novos valores, o desenvolvimento tecnológico e industrial acelerado, o surgimento de novos veículos de comunicação, a mudança do polo de influência cultural e econômica da Europa para os Estados Unidos, etc., tudo isso indica que o grupo de pessoas cujas cartas estudamos vivenciou uma experiência bastante semelhante àquela que Nicolau Sevcenko identificou em relação ao modo como alguns intelectuais da Primeira República – os “paladinos malogrados” – reagiram ao arrivismo e ao definhamento da literatura durante a chamada *Belle Époque*. Poderíamos então dizer, juntamente com o historiador, que “ambos [os grupos de intelectuais] pareciam pressentir com segurança o processo de transposição para o exterior e para as coisas materiais dos valores outrora essenciais e interiores”.²²⁹

De maneira profundamente imbricada a todos esses aspectos, vimos que ainda seria possível relacionar a experiência do declínio encontrada nos documentos a dois outros grandes processos históricos em pleno desenvolvimento no período. O primeiro desses processos diria respeito às mudanças que se operavam no próprio campo intelectual, pois o contexto em que os correspondentes do CCEC se encontravam coincidia com a consolidação

²²⁹ SEVCENKO, op. cit., p. 150.

das universidades e, conseqüentemente, com a inclusão de novos critérios de organização que afastavam o trabalho intelectual de seu tradicional perfil assentado no amadorismo e no diletantismo autodidata. Poderíamos falar então, com Russell Jacoby, no ocaso de um determinado modelo de intelectual de extração boêmia e que estaria menos isolado do espaço público em comparação com os acadêmicos que então se multiplicavam.

Quanto ao segundo processo histórico que ainda se poderia vincular aos sentimentos de perda e também de missão presentes nas cartas, seria constituído pela tese que aponta o inexorável declínio da tradição humanista ocidental. O tom de lamento pela prevalência dos valores materiais em detrimento dos espirituais poderia ser considerado como um claro sintoma de que a síntese sócio-cultural, como diz Peter Sloterdijk, já não seria mais fornecida com base nos princípios de um humanismo burguês ultrapassado e decadente. Aquilo que o filósofo alemão chama de “era nacional-humanista”, portanto, teria chegado ao seu fim, levando consigo o velho ideal iluminista da *République des Lettres*. Em seu lugar, estabelecia-se então uma moderna sociedade de massas guiada por novos meios de comunicação – como o rádio e a televisão –, junto à qual livros e cartas deixavam de ter um papel preponderante.

Tendo tudo isso em vista, não seria descabido reafirmar que as cartas e documentos aqui investigados teriam sido de algum modo atingidos pela maioria dos processos referidos acima. Ainda que possa ser uma precipitação de nossa parte pretender formular grandes conclusões nesse momento, não devemos ignorar por completo tudo aquilo que pudemos enfim apurar. Se porventura os resultados a que chegamos não passarem de “particularidades insignificantes”, temos esperança de que o pequeno inquérito aqui conduzido possa servir de ponto de partida para estudos mais abrangentes no futuro. Assim, se ao menos ele vier a despertar o interesse pela questão em outros pesquisadores, cremos que já terá cumprido o seu o seu papel.

ANEXOS

ANEXO A – Carta de Raul Gomes ao Presidente e demais membros do Centro Cultural Euclides da Cunha. Curitiba, 5 de setembro de 1949 (detalhe).

Si o destino retivera Cesar Lattes em Curitiba, nunca se tornaria no
 sabio do mason! Isso não obsta as nossas 14 e na iminencia de 16 facul-
 dades superiores! Busquei ai o nosso problema. Assim todo o surto de
 nucleos dotados de programa especifico de trabalhar pela nossa cultura
 devem merecer o apoio da intelectualidade. Cogita-se de obra essencial e
 urgente e indispensavel. Dai o merito de C.C. Euclides da Cunha.
 Chamado a cooperar convosco, ponho a insignificancia de meus prestimos
 a vosso dispor.

Assegurando-vos esse designio aqui fico como um
 vosso colaborador e amigo.

Raul Gomes

Dr. Raul Gomes
Rua Clotario
Portugal 244
(Antiga Colombo)

ANEXO B – Carta de Augusto Faria Rocha a Cyro Ehlke, Secretário do Centro Cultural Euclides da Cunha. Antonina (PR), 5 de setembro de 1949.

Antonina, 5 de Setembro de 1949.

Senhor Secretário.

Com grande emoção recebi, no devido tempo, o cativante ofício-mensagem de V.S. comunicando-me que, por proposta dos Snrs. Drs. Mario Lima Santos e Paris Antonio S. Michaelle, foi o meu obscuro nome eleito, por unanimidade, sócio correspondente do Centro Cultural "Euclides da Cunha", sediado nessa cidade, com o adendo de que ia ser expedido, - e já tenho em mãos, - o competente diploma.

Não enxérge no fato senão o traço marcante do tradicional cavalheirismo de que é apanágio a galharda mocidade intelectual da linda metrópole campesina, cuja atividade, trepidante e multifária, ainda pôde possibilitar, aos cultores das belas letras, o méi do espírito, á maneira das abelhas encantadas de Pindaro.

"Ponta Grossa aparece na altura - Dominando campanhas natais - Temos crença na glória futura - Da Princesa dos Campos Gerais."

São estes os versos iniciais do hino de Ponta Grossa, da minha lavra e que foram cantados na bela musica do maestro Rispoli, no dia 7 de setembro de 1922, comemorando o primeiro centenário da Independência e a fundação, no local, do edificio destinado á escola normal princezina.

Tudo isto vai longe e pretérito, mas a vida se renova no vigor da geração presente, como as rosas-de-todo-ano, para ornamentá-la indefinidamente pelo tempo e pelo espaço afóra.

Rendo-me á munificencia e benevolente gésto dos moços do Centro Cultural "Euclides da Cunha".

Recebo, no diploma liberalizado, uma dádiva demasiada alta, mas, afinal, tentadora.

Muito obrigado do modesto consocio.

Augusto Faria Rocha
(Augusto Faria Rocha).

Ao Ilmo. Snr. Cyro Ehlke,
D.Secretário do Centro Cultural "Euclides da Cunha".

P.GROSSA.

ANEXO C – Carta de Manoel de Oliveira Franco Sobrinho ao Presidente e demais Diretores do Centro Cultural Euclides da Cunha. Antonina (PR), 5 de setembro de 1949.

Manoel de Oliveira Franco Sobrinho
ADVOGADO

Curitiba, 20 de Outubro de 1949.

Exmo. Sr. Presidente e mais Diretores
do CENTRO CULTURAL "EUCLIDES DA CUNHA".
Ponta Grossa - Paraná.

Acuso, com viva satisfação, o recebimento
do ofício datado de 18 do corrente, assinado pelo Secretario em
Exercício do Centro Cultural "Euclides da Cunha".

Fiquei imensamente desvanecido com mais
essa prova de apreço e de amizade dos meus colegas Drs. Faria
Antonio S. Michaele e Nivon Weigert, indicando o meu nome para
eleição de Socio Correspondente, em Curitiba, do Centro Cultu-
ral "Euclides da Cunha".

Aceito a escolha como mais um galardão em
minha vida de proletario intelectual.

Procurarei, assim, nesta capital, corres-
ponder aos anseios culturais do Centro "Euclides da Cunha" a
altura de minhas forças e possibilidades.

Muito agradecido.


MANOEL DE OLIVEIRA FRANCO SOBRINHO

ANEXO D – Carta de Heloísa Alberto Tôrres a Cyro Ehlke, Secretário do Centro Cultural Euclides da Cunha. Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1952.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Rio de Janeiro, 23 de Janeiro de 1952.

Ilmo. Sr. Cyro Ehlke
Primeiro Secretário do
Centro Cultural Euclides da Cunha
Ponta Grossa - PARANÁ.

Senhor Secretário:

Recebi, há dias, sua comunicação de que uma grande admiradora das atividades do "Centro Cultural Euclides da Cunha", por generosidade de seus membros, fôra incluída entre os socios correspondentes. Acredite que esse meu sentimento de admiração acompanhado da maior simpatia vem, de há muito, seguindo o "Centro" e que, no atropêlo da vida por demais sobrecarregada que levo, sempre encontro uns momentos de folga para ler o seu jornal tão cheio de inquietação e atividade intelectual.

Peço transmitir à Diretoria do "Centro Cultural Euclides da Cunha" e muito particularmente a Paris Antonio S. Michael e Frederico Waldemar Lange a expressão de meu agradecimento.

Muito cordialmente
Heloísa Alberto Tôrres

Heloísa Alberto Tôrres

ANEXO E – Carta de Mário Gonçalves Vianna a Faris Michalele, Presidente do CCEC.
Lisboa, 30 de agosto de 1953.

Lisboa, 30 de Agosto de
1953

Querido confrade e amigo:

Venho agradecer-lhe a sua gentileza, propondo-me para sócio correspondente do vosso prestimoso e conceituado Centro Cultural "Euclides da Cunha". Muito obrigado.

Verifico que a vossa actividade literária é notável, o que muito vos honra e o que muito dignifica a vossa cidade. Sei bem quantos sacrificios e devoção custa tudo isso e é esse o motivo que me leva a felicitar-vos com a maior simpatia.

Agradeço-lhe as suas boas palavras, de aplauso e de incentivo,

ANEXO F – Carta de Gabriel Pinto Arruda ao Presidente e demais membros do Centro Cultural Euclides da Cunha. Cáceres (MT), 20 de janeiro de 1954.

Excelentíssimo Senhor Doutor Presidente e demais
MEMBROS do Centro Cultural Euclides da Cunha de Ponta Grossa,
Estado do Paraná.

Respeitosas saudações

Ausente desta cidade, na Capital da República, ao regressar, recebi, com imenso prazer, e profundamente desvanecido, o officio datado de 15 de Outubro ultimo, desse nobre Centro acompanhado do diploma de socio correspondente, que essa patriótica e culta organização cultural me conferiu por minha gentileza que tanto me honra, em virtude da proposta do meu velho e grande amigo, Tenente José da Cruz Arruda e Dr. Paris Antonio S. Michaeli, aos quais peço a V. Excia transmitir as expressões sinceras do meu mais profundo agradecimento, extensivas a todos os socios desse Centro cultural.

Ainda que não seja um literato-cientista, procurando apenas mostrar sempre com esforços e laudade, sem exagero, uma linguagem simples e sem colorido, as nossas inmensas riquezas e possibilidades economicas, aceito orgulhoso, embora não mereça, a grande honra de ser socio correspondente desse já notavel Centro Cultural "Euclides da Cunha".

Tenho, realmente me esforçado grandemente para colaborar com aquelles que trabalham pela felicidade, pela grandera e pela prosperidade desta nosso portentoso Brasil, e, por isso mesmo aceito contentissimo e desvanecido a honrosa investidura para colaborar tambem com esse culto e patriótico centro cultural.

Apresentando a V. Excia, Sr. Presidente e a todos os membros desse notavel centro, os meus sinceros agradecimentos, pela alta distincão que me concederam, guardo aqui as suas instruções para desempenha-las com a melhor boa vontade, tendo-me ao serviço dessa nobre organização, que, estou certo, composta de elementos de projecção e de grande valor intelectual e patriótico, como esta, alcançará, sem duvida, o seu alto e nobre objetivo.

Gabriel Pinto Arruda

Cáceres 20 de Janeiro de 1954

ORIGEM DO
CAMPUS FEDERAL
E BARRAGEM DA LUCENA

Tapejara

FONTE & SALES
SUADE — 1951

EDITORES
FABES ANTONIO S. MICHAELI

DEPARTAMENTO
DAIRY LEON WARBURG

ABASSA
JOÃO ALVES FERREIRA

A NO 1

PONTA GROSSA, JUNHO DE 1951

Nº 4

A Propósito do "Dia do Índio"

A hora oportuna escolhida de modo acertado, o Dia do Índio, não nos pouca coisa, traz-nos a oportunidade de refletirmos sobre a situação atual do indígena brasileiro. Apesar de, há muito tempo, o índio não ser mais considerado como "selvagem", a situação econômica e social do indígena brasileiro é extremamente precária. O índio vive em condições de extrema pobreza, sem acesso a educação, saúde e trabalho decente. A situação do indígena brasileiro é extremamente precária. O índio vive em condições de extrema pobreza, sem acesso a educação, saúde e trabalho decente.

Um dos principais problemas do índio brasileiro é a falta de terra. O índio precisa de terra para viver e trabalhar. A falta de terra é um dos principais problemas do índio brasileiro. O índio precisa de terra para viver e trabalhar. A falta de terra é um dos principais problemas do índio brasileiro. O índio precisa de terra para viver e trabalhar.

Dairy Leon Warburg
Um dos principais problemas do índio brasileiro é a falta de terra. O índio precisa de terra para viver e trabalhar. A falta de terra é um dos principais problemas do índio brasileiro. O índio precisa de terra para viver e trabalhar.

Um dos principais problemas do índio brasileiro é a falta de terra. O índio precisa de terra para viver e trabalhar. A falta de terra é um dos principais problemas do índio brasileiro. O índio precisa de terra para viver e trabalhar.

Um dos principais problemas do índio brasileiro é a falta de terra. O índio precisa de terra para viver e trabalhar. A falta de terra é um dos principais problemas do índio brasileiro. O índio precisa de terra para viver e trabalhar.

ESCRITO DE NOMENS E DE IDEIAS OU PARABOS DE MISERICORDIOS EM GERAL?

Escrevo para o Brasil e os povos de língua portuguesa. Escrevo para o Brasil e os povos de língua portuguesa. Escrevo para o Brasil e os povos de língua portuguesa. Escrevo para o Brasil e os povos de língua portuguesa.

Aire de Palomas

Esta "LAPEJARA" —
Tudo é a vida e tudo se transforma pela existência. Tudo é a vida e tudo se transforma pela existência. Tudo é a vida e tudo se transforma pela existência.

Gênios e Afinidades

Os gênios são aqueles que vivem fora do tempo. Os gênios são aqueles que vivem fora do tempo. Os gênios são aqueles que vivem fora do tempo. Os gênios são aqueles que vivem fora do tempo.

JOÃO ALVES FERREIRA
Rua Toledo, 100 - Ponta Grossa - Paraná
e Rua de São João, 100 - Ponta Grossa - Paraná

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADINTER, Elisabeth. **As paixões intelectuais**: desejo de glória 1735-1751. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. **Destinos das Letras**: história, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002.

BENDA, Julien. **A traição dos intelectuais**. São Paulo: Peixoto Neto, 2007.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura (Obras escolhidas, v. 1). 7ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 222-232.

BERBERI, Elizabete. **Impressões**: a modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. **Introdução à história**. 3ª. ed. Lisboa: Europa-América, 1976.

BURCKHARDT, Jacob. **Reflexões sobre a história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

BURKE, Peter. “O passado é um país estrangeiro”. Entrevista concedida ao Jornal O Globo e ao Globo Universidade no dia 16/05/2009. <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2009/05/16/peter-burke-passado-um-pais-estrangeiro-186814.asp>. Consulta em 07/10/2010.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CARDOSO JUNIOR, Hélio Rebello. **Enredos de Clio**: pensar e escrever a história com Paul Veyne. São Paulo: Unesp, 2003.

CHAMMA, Guísela Velêda Frey. **Ponta Grossa: o povo, a cidade, o poder**. Ponta Grossa: PMPG, 1988.

CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. pp. 231-253.

_____. Do códice ao monitor: as trajetórias do escrito. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 8, n. 21, mai./ago. 1994, pp. 185-199.

_____. O mundo como representação. In: **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, pp. 61-79.

CHAVES, Niltonci Batista. **A cidade civilizada: discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos na década de 1930**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

CORBIN, Alain. Alain Corbin: o prazer do historiador. Entrevista concedida a Laurent Vidal. **Revista Brasileira de História**, vol. 25, n. 49, 2005, p. 11-31.

_____. Alain Corbin, o prazer do historiador. Entrevista concedida a Laurent Vidal. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 25, n. 49, 2005, pp. 11-31.

_____. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

COSTA, Ricardo da. O conhecimento histórico e a compreensão do passado: o historiador e a arqueologia das palavras. **Revista Outros Tempos**. São Luís, vol. 1, n. 1, pp. 53-65.

CUNHA, Maria Teresa Santos. “Por hoje é só...”: cartas entre amigas. In: BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. **Destinos das Letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002, p. 181-204.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DARNTON, Robert. Uma entrevista com Robert Darnton. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989, pp. 232-243.

DAUPHIN, Cécile; POUBLAN, Danièle. Maneiras de escrever, maneiras de viver: cartas familiares no século XIX. In: BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. **Destinos das Letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002, pp. 75-87.

DENIPOTI, Cláudio. **A sedução da leitura: livros, leitores e história cultural – Paraná, 1880-1930**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

_____. Deusdedit, Joakim, seus livros e autores. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 18, n. 35, 1998, pp. 315.

_____. Templos do progresso: instituições de leitura no Brasil oitocentista. In: DENIPOTI, Cláudio; PIERONI, G. (orgs.). **Saberes brasileiros: ensaios sobre identidades - séculos XVI a XX**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, pp. 143-162.

_____. Um homem no mundo do livro e da leitura. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, vol. 6, n. 2, inverno de 2001, pp. 75-91.

DITZEL, Carmencita de Holleben Mello. **Manifestações autoritárias: o Integralismo nos Campos Gerais**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

_____. **O arraial e o fogo da cultura: os euclidianos ponta-grossenses**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 1998.

_____. O arraial do Pitangui: o Centro Cultural Euclides da Cunha de Ponta Grossa. In: DITZEL, Carmencita de Holleben Mello; SAHR, Cicilian Luiza Löwen (orgs.). **Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: UEPG, 2001, pp. 212-227.

DUBY, Georges. A história cultural. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, pp. 403-408.

FEBVRE, Lucien. Como reconstituir a vida afectiva de outrora? In: **Combates pela história**. 2ª. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1985, pp. 217-232.

_____. O homem do século XVI. **Revista de História**. São Paulo, vol. 1, n. 1, 1950, pp. 3-17.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do poder**. 21ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005, pp. 15-37.

_____. A escrita de si. In: **O que é um autor?** 7ª. ed. Lisboa: Nova Vega, 2009, pp. 129-160.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

GAY, Peter. Burckhardt: o poeta da verdade. In: **O estilo na história**: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 131-166.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Comanhia das Letras, 1996.

GOMES, Angela de Castro. Em família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre. In: **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, pp. 51-76.

GOMES, Josélia Maria Loyola de Oliveira. **Instrumento de Pesquisa para a História Local**. Monografia (Especialização em História do Paraná) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 1997.

_____; SACCHELLI, Myriam Janet. Laboratório de Pesquisa em História – Universidade Estadual de Ponta Grossa. In: LIMA, Enezila de; ARIAS NETO, José Miguel; ALMEIDA, Marta de (orgs.). Violência e direitos: 500 anos de lutas; **Anais do VII Encontro Regional de História**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001, pp. 109-116.

GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu: memória e história da história. **Anais do XVIII Encontro Regional de História**: O Historiador e seu tempo. ANPUH/SP, UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006, disponível em <<http://www.fflch.usp.br/dh/anpuhsp>>, acesso em 11/03/2007.

HUNT, Lynn (org.). História, cultura e texto. In: **A nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp. 1-29.

JACOBY, Russell. **Os últimos intelectuais**: a cultura americana na era da academia. São Paulo: Trajetória Cultural/Ed. USP, 1990.

LOPES, Eliana Marta Teixeira. Henri-Irénée Marrou: historiador engajado, um autor esquecido. **Cadernos de História da Educação**, n. 4, jan./dez. 2005, pp. 35-43.

LOPES, Itamar Cardozo; DENIPOTI, Cláudio. Entusiastas da cultura: o universo do livro e suas representações nas cartas do Centro Cultural Euclides da Cunha. **História** (São Paulo), Franca, vol. 29, n. 1, 2010, pp. 368-393.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 111-153.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARROU, Henri-Irénée. **Sobre o conhecimento histórico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 15, n. 29, 1995, pp. 9-27.

_____. **História & História Cultural**. 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique (orgs.). **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007, pp. 9-21.

_____. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, Coloquios, 2005. Disponível em <<http://nuevomundo.revues.org/index229.html>>. Acesso em: 14 nov. 2008.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **As muitas faces da história: nove entrevistas**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

PAULA, João Antonio de. Lembrar Huizinga: 1872-1945. **Nova Economia**. Belo Horizonte, nº.15, janeiro/abril de 2005, pp. 141-148.

PROSSER, Elizabeth Seraphim. **Cem anos de sociedade, arte e educação em Curitiba: 1853-1953**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, pp. 123-137.

REIS, José Carlos. Dilthey e o historicismo, a redescoberta da história. In: **História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. 3ª. ed. Rio de Janeiro, FGV, 2007, pp. 237-238.

RIDENTI, Marcelo. Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. **Tempo Social**, São Paulo, vol.17, n. 1, pp. 81-110.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. Perspectiva do neokantismo: Marrou e a epistemologia do conhecimento histórico nos culturalistas brasileiros. **Ethica**. Rio de Janeiro, v. 7, 2000, p. 156-185.

SAID, Edward. **Representações do intelectual**: as Conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHWARTZMAN, Simon. **Formação da comunidade científica no Brasil**. FINEP/Companhia Editora Nacional, 1979.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Ítala Byanca Morais da. Encontro de trajetórias e de múltiplas temporalidades: a prática epistolar dos sócios fundadores da Sociedade Capistrano de Abreu (1927- 1937). In: **Anais do III Simpósio Nacional de História Cultural – Mundos da Imagem: do texto ao visual**. Florianópolis: GT História Cultural – Núcleo Santa Catarina – ANPUH-SC/Clicdata Multimídia, 2006.

SIRINELLI, Jean-François. Elogio da complexidade. In: SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean-Pierre (orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, pp. 409-418.

_____. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1996, pp. 231-269.

SLOTERDIJK, Peter. **Regras para o parque humano**: uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

VENANCIO, Giselle Martins. “Sopros inspiradores”: troca de livros, intercâmbios intelectuais e práticas de correspondências no arquivo privado de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. **Destinos das Letras**: história, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002, pp. 217-242.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1987.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e Missão**: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964). Rio de Janeiro: Funarte/FGV, 1997.

WANKE, Eno Theodoro. Evocação de Faris Michaele. In: MICHAELE, Faris Antonio Salomão. **Cepa esquecida**: brasileiros ilustres de sangue indígena. Ponta Grossa: Gráfica Planeta, 1983, sem paginação.

_____. **Faris Michaele, o tapejara**: uma biografia. Rio de Janeiro: Edições Plaquette, 1999.

ZELDIN, Theodore. História pessoal e história das emoções. **História: Questões & Debates**. Curitiba, n°. 22/23, p. 30-45, jun./dez. 1991.